

Maria Clara Figueiredo Amorim

*A Posição do Sujeito em Português:
Estudo Sintáctico, Semântico e Informativo*

Dissertação de Mestrado em
Linguística Geral
Apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ORIENTADOR
Prof. Doutor Jorge Morais Barbosa

Coimbra

2003

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Jorge Morais Barbosa,
pela orientação científica e imensa disponibilidade, pelas valiosas indicações bibliográficas e comentários críticos, pelo incentivo, apoio e confiança que sempre me manifestou.

À Dr^a Deolinda Gomes,
por ter facilitado todo o processo de consulta de bibliografia no Centro de Linguística da Universidade do Porto.

À Catarina,
pela boa disposição com que sempre me acompanhou em Coimbra.

À Isabel e Célia
pela sua amizade, cumplicidade e incentivo; à Isabel, em particular, pela disponibilidade em dialogar comigo sobre aspectos deste estudo.

Nota Prévia

O *corpus* utilizado no presente estudo é constituído por um total de 313.230 palavras, pertencentes a textos da década de 1990 e distribuídas pelo discurso escrito (268.987 palavras) e pelo discurso oral (44.243 palavras). Destes últimos fazem parte dez textos do projecto *Português Falado*, bem como a transcrição, utilizada na dissertação de doutoramento da doutora Maria Helena Saianda (1998), do debate televisivo entre Mário Soares e Basílio Horta para as eleições presidenciais de 1991, e alguns textos de oratória, retirados do Diário da Assembleia da República.

Pela facilidade de tratamento de dados que o suporte informático possibilita, optámos por utilizar textos já digitalizados. Deste modo, recorreremos a bases disponíveis *online* – textos de oratória e de revistas (retirados do Diário da Assembleia da República e do subcorpus do *Português Fundamental* do Centro de Linguística de Lisboa, consultados em 28/12/2002 e disponíveis em http://debates.parlamento.pt/r3/dar/shpg_dar.asp e http://www.clul.ul.pt/sectores/projecto_rld_pesquisa.html, respectivamente) –, bem como a textos publicados em CD-Rom (*Português Falado*).

Dado que os materiais utilizados no presente trabalho são de fácil acesso, decidimos não os incluir em anexos. Esses textos serão identificados pelas seguintes siglas:

- *Português Falado*
 - “Boa Pontaria” – PF1
 - “Na Base Militar de Beja” – PF2
 - “O Marido Ideal” – PF3
- Debate Presidenciais 1991 – DP91

- Debates Assembleia República – DAR
- Revista *Visão* – RV
- Revista *Ingenium* – RI
- *Revista do Consumidor* – RC

Na Bibliografia, serão apenas referenciados os materiais citados ou directamente implicados neste estudo.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a posição do sujeito, em português, bem como de outras questões sintáticas, tem sido abordado sobretudo do ponto de vista da sintaxe, não se atendendo às alterações informativas que tais fenômenos acarretam. Não podemos esquecer, porém, que o objectivo principal de uma língua é a comunicação e, por conseguinte, tudo o que é formalmente manifestado no discurso do falante terá implicações naquilo que ele comunica. É essa a posição adoptada no presente estudo: a língua é um instrumento de comunicação, portanto, qualquer análise que seja feita deverá ter em conta a sua funcionalidade comunicativa. Tal posição é subsidiária da linguística funcional, cujo principal mentor, André Martinet, afirmou:

Em linguística funcional, consideramos que a pertinência é a pertinência comunicativa [...] porque, por experiência, sabemos ser ela que determina o funcionamento da língua e a sua evolução.

(Martinet, 1995: 59)

A importância atribuída à função comunicativa é revelada, desde logo, no nome adoptado por esta corrente linguística, já que se chama “funcional” “parce que l’accent y est mis sur ce qui, dans la parole, vise à assurer la communication entre les interlocuteurs” (Martinet, 1979: VIII). A linguística funcional surge, assim, verdadeiramente como uma disciplina que busca descrever e explicar os processos e meios linguísticos pelos quais, em dada língua, as pessoas comunicam entre si. Nesta perspectiva, procurar-se-á, no presente trabalho, explicitar as realizações linguísticas em estudo tendo em vista aquele objectivo: a comunicação.

Esta abordagem pretende, deste modo, descrever e explicar duas variáveis: a presença do pronome pessoal sujeito e a posição (pré ou pós-verbal)

deste functivo na frase, relacionando estes dados com a função comunicativa da linguagem. Ou seja, a perspectiva adoptada é a de que a frase tem uma organização informativa, sendo os seus constituintes ordenados de acordo com a intenção comunicativa do falante. Esta posição obriga, claramente, a um abandono das explicações tradicionalmente dadas para a ocorrência dos fenómenos em análise, dado que parte da hipótese de que muitas questões da forma gramatical podem ser explicadas a partir de conceitos informativos.

Neste sentido, o presente estudo encontra-se dividido em três momentos. O primeiro capítulo apresentará os conceitos fundamentais para uma análise sintáctico-informativa do functivo sujeito. Depois de se distinguir os três planos de análise linguística, serão discutidas as várias definições tradicionalmente atribuídas à função sintáctica *sujeito*, propondo-se uma baseada estritamente em critérios sintácticos. Indicar-se-ão também as funções que, nos outros estratos linguísticos, podem ser desempenhadas pelo mesmo constituinte.

No segundo capítulo, destacam-se as propostas mais relevantes sobre a ordem dos constituintes, iniciando-se a análise da posição pós-verbal do sujeito pelas gramáticas de língua portuguesa, de modo a verificar como este assunto foi trabalhado pelos estudiosos da língua. Para o efeito, foram seleccionadas algumas gramáticas publicadas em Portugal e no Brasil desde o século XIX até à actualidade. No mesmo capítulo serão também apresentadas as principais teorias sobre a ordem dos sintagmas na frase.

O terceiro capítulo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, reflectir-se-á sobre a não obrigatoriedade do sujeito lexical na língua portuguesa, nomeadamente através do pronome pessoal. Através da análise do *corpus*, será descrito o comportamento do sujeito pronominal, apresentando-se também os motivos que presidem à sua utilização. Na segunda parte do mesmo capítulo, abordar-se-á a posição pós-verbal do sujeito lexical, tendo sempre presente o objectivo comunicativo da linguagem.

Uma vez que este trabalho se insere no âmbito da sincronia actual, constituiu-se um *corpus* do português, de modo a explicar o comportamento sintáctico e informativo de um tipo particular de estrutura num sistema

linguístico específico: o da língua portuguesa na década de 90 do século XX¹. De modo a obter-se uma amostra ilustrativa da expansão lexical do sujeito e da sua posição face ao verbo, foi organizado um *corpus* que contemplasse a maior variedade de usos da linguagem oral e escrita. Assim, serviram de base a este estudo os seguintes *corpora*:

- a) Testemunhos escritos da imprensa;
- b) Linguagem oral comum e informal;
- c) Linguagem oral formal.

Do *corpus* estabelecido, foram seleccionados seis verbos – *dizer, estar, fazer, ter e ver* –, com base no critério de frequência, analisando-se as orações² em que estes ocorrem como núcleo do predicado, sem qualquer auxiliar, num total de 2428 orações – quer subordinantes quer subordinadas e coordenadas introduzidas por conjunção –, distribuídas pelo discurso escrito (1764 orações) e oral (664 orações). As orações reduzidas de infinitivo e de gerúndio foram eliminadas, pelo facto de apresentarem características sintácticas muito próprias, bem como frases repetidas e inacabadas, frequentes no discurso oral. As orações subordinadas relativas foram, também, excluídas uma vez que o pronome relativo ocupa sempre a posição inicial da oração que introduz, independentemente da função sintáctica que desempenha. Do mesmo modo, não foram consideradas frases imperativas e construções “apassivadas” por *se*, já que não permitem a ocorrência do sujeito lexical. Por último, excluímos as frases focalizadas, uma vez que esta construção já não é informativamente neutra.

¹ No seguimento de Martinet, a sincronia é vista como algo dinâmico, uma vez que “as línguas se modificam sem por isso deixarem de funcionar” (1991: 33), acompanhando as modificações, lentas mas progressivas, das sociedades a que pertencem. A língua é entendida, deste modo, não como um produto, mas como um processo (cf. Martinet, 1995: 41), algo que está permanentemente em mudança, adequando-se às necessidades sentidas pelos seus falantes: “Se as línguas se modificam ao longo dos tempos, veremos que é essencialmente para se adaptarem de maneira mais económica à satisfação das necessidades comunicativas dos grupos que as falam” (*idem*, 1991: 14).

² Entendemos aqui por *oração* qualquer unidade de comunicação, dependente ou autónoma, constituída por um sintagma verbal determinado ou não por outro sintagma.

CONCEITOS PRELIMINARES PARA UMA ABORDAGEM DO SUJEITO PÓS-VERBAL

1. Os Diferentes Planos de Análise Linguística

Num estudo que pretende explicar as alterações semânticas e informativas decorrentes de modificações estruturais, torna-se indispensável a distinção e caracterização dos diferentes planos de análise linguística¹, bem como das diferentes funções desempenhadas pelo constituinte frásico em análise – o sujeito.

A noção de função assume, portanto, uma crucial importância na nossa reflexão, em que predomina a pertinência comunicativa, pois está relacionada com o papel que um determinado elemento desempenha na comunicação. Martinet define este conceito como “o fenómeno linguístico correspondente à relação entre um elemento da experiência e a experiência global” (1991: 108).

Com efeito, toda a mensagem linguística é composta por um conjunto de elementos que, consoante o efeito comunicativo pretendido, se combinam entre si, estabelecendo relações sintagmáticas e desempenhando, cada um deles, uma função distinta nessa combinação, isto é, uma função sintáctica. Pela clareza da exposição, transcrevemos a explicação fornecida por Osvald Ducrot e Tzvetan Todorov:

¹ Os linguistas da Escola de Praga desenvolveram estudos neste âmbito, a que chamaram “the three-level approach to syntax”. Esta abordagem faz a distinção entre três níveis: o semântico, o gramatical e o da organização contextual, ou da “Perspectiva Funcional de Frase” (cf. Firbas, 1974: 15).

[...] admite-se que a frase, tomada globalmente, tem uma finalidade, e que cada constituinte se distingue dos outros pelo papel que desempenha no cumprimento dessa finalidade. Como num organismo biológico ou social, cada membro da frase deve dar a sua contribuição específica para a realização da tarefa colectiva.

(Ducrot e Todorov, 1991: 257)

Deste modo, ao atribuímos uma determinada função sintáctica a um elemento de uma frase, estamos a especificar o “[...] papel que desempenha con respecto a la unidad sintáctica [...] de que forma parte” (Rojo, 1983: 55), assinalando a sua relação específica com a totalidade da frase e, indirectamente, com os restantes constituintes.

Uma vez que as funções sintácticas estão dependentes da língua e das suas possibilidades de combinação sintagmática, sofrem variação de língua para língua, podendo, porém, ser representadas em abstracto. Cada função sintáctica abstracta pode ser comparada a um espaço vazio susceptível de ser ocupado por elementos diversos, uma vez que “Tienen *carácter formal*: no dependen del significado concreto de los sintagmas que las «representan»” (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 12). Deste modo, elementos de uma mesma categoria, ou até um mesmo sintagma, podem desempenhar diferentes funções, consoante o tipo de relação que estabeleçam com a globalidade da frase. Paralelamente, uma mesma função pode ser desempenhada por constituintes diferentes. Assim, nos exemplos (1) e (2), a função abstracta de sujeito é ocupada, respectivamente, pelos sintagmas *O João* e *A mãe*:

(1) O João ofereceu um presente à mãe.

(2) A mãe ofereceu um presente ao João.

No entanto, há restrições semânticas impostas pelos verbos que não permitem, por exemplo, que qualquer substantivo ocupe a função de sujeito nas

estruturas em que ocorre; daí a inaceitabilidade de (3), uma vez que o verbo ‘oferecer’ exige um sujeito pertencente à classe semântica [+ humano]:

(3) * A mesa ofereceu um presente ao João.

Segundo Gutiérrez Ordóñez (1997: 12), ao “conjunto formado por estos huecos funcionales más los sintagmas o functivos que los ocupan” chama-se *função sintáctica concreta*, noção que já engloba factores semânticos.

As funções sintáticas estão, assim, intimamente relacionadas com as funções semânticas, pois “[...] son la manifestación formal de un determinado significado (la función semántica)” (Rojo, 1983: 52), remetendo sempre para uma função semântica. No entanto, são noções distintas, uma vez que, enquanto as primeiras são de natureza formal, as segundas baseiam-se apenas no conteúdo, reflectindo “*en grandes categorías (agente, paciente, instrumento, beneficiario, etc.) los comportamientos e procesos de los realia que se pretende describir*” (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 14).

Embora operando em estratos diferentes, as funções sintáctica e semântica têm pontos em comum, na medida em que designam as relações que se estabelecem entre os constituintes e o conjunto a que pertencem, podendo ser definidas da mesma forma, “sin más alteración que la de entender que en un caso hacemos referencia a elementos y conjuntos sintácticos y en el otro a elementos y conjuntos semánticos” (Rojo, 1983: 75). Esta proximidade está também presente na definição que Simon Dik sugere para função semântica, semelhante àquela que apresentámos para função sintáctica: “Semantic functions specify the roles which the referents of the terms involved play within the ‘state of affairs’ designated by the predication in which they occur” (1978: 13).

Uma vez que estes dois tipos de função operam em planos linguísticos diferentes, compreende-se que a uma mesma função sintáctica possam ser atribuídas várias funções semânticas e que, paralelamente, uma mesma função semântica possa manifestar-se em funções sintáticas diversas. Por exemplo,

em (4), o constituinte com a função de sujeito tem a função semântica de agente, enquanto em (5) o elemento com a mesma função sintáctica desempenha o papel semântico de término. Já em (6), o agente corresponde à função de complemento, e não de sujeito:

- (4) *O Pedro* fechou a porta.
- (5) *A porta* fechou.
- (6) A porta foi fechada pelo *Pedro*.

Fica, assim, claro que entre funções sintácticas e semânticas não existe uma “correspondência biunívoca” (Rojo, 1983: 52), isto é, a mesma função sintáctica não corresponde sempre à mesma função semântica, e vice-versa.

Além das funções sintácticas e semânticas, os constituintes de um enunciado desempenham ainda funções informativas ou, na terminologia de Dik (1978: 13), pragmáticas. Estas operam num terceiro plano, distinto do sintáctico e do semântico, sendo, também, as menos estudadas.

A análise dos fenómenos que operam no plano informativo foi alvo de atenção particular por parte dos linguistas da Escola de Praga, particularmente V. Mathesius, J. Firbas e F. Daneš. Partindo do princípio de que os meios linguísticos estão ao serviço da comunicação², os seus estudos tentaram explicar algumas ocorrências linguísticas, nomeadamente a ordem dos sintagmas, que não podiam ser justificadas pela sintaxe ou pela semântica, uma vez que operam num outro estrato da organização linguística: o plano informativo.

Quando um falante actualiza um enunciado, organiza-o de acordo com as suas intenções comunicativas, isto é, de acordo com aquilo que julga que o seu interlocutor precisa de saber. Esta organização situa-se num estádio

² Firbas atribui a Mathesius a tese do predomínio da comunicação sobre a organização linguística: “Mathesius holds that in communication the lexical and grammatical means of language are made to serve a special purpose imposed on them by the speaker at the moment of utterance, i.e. in the very act of communication” (Firbas, 1974: 14).

diferente da sintaxe e da semântica, não afectando as relações destes planos; ou seja, as relações formais e os papéis semânticos dos constituintes não sofrem qualquer alteração, apenas são dispostos de maneira diferente, respondendo à necessidade comunicativa do momento:

Las conformaciones informativas no introducen modificaciones en la composición «dramática» que el hablante realiza de un proceso. No quitan ni añaden nuevos funtivos, ni modifican el papel de cada uno. Son una organización «superior» de esos mismos materiales destinada a satisfacer las necesidades informativas del que escucha [...].

(Gutiérrez Ordóñez, 1997: 17)

Deste modo, as relações sintácticas estabelecidas entre os constituintes, bem como os papéis semânticos realizados pelos diferentes elementos, são iguais em (7) e em (8), desempenhando o constituinte *João* as funções de sujeito e de agente, respectivamente, e *Ana* a função sintáctica de complemento indirecto e semântica de receptor:

(7) O *João* escreveu à Ana.

(8) À Ana escreveu o *João*.

Embora os dois enunciados signifiquem o mesmo, mantendo os mesmos esquemas sintáctico e semântico, a organização informativa não é a mesma, como demonstram as perguntas hipotéticas³ correlativas a cada um deles:

(7') O que fez o João?

(8') Quem escreveu à Ana?

³ Sobre a *questão inicial*, ver 4.2.1 deste capítulo.

Com efeito, a informação transmitida não é a mesma, uma vez que, ao enunciarmos (7), acreditamos que o nosso interlocutor sabe que o João fez alguma coisa, mas não o que fez concretamente; já o enunciado (8) responderia à necessidade de o nosso interlocutor saber quem escrevera à Ana, partindo-se do pressuposto de que já sabia que alguém lhe escrevera.

Para tentar explicar estes fenómenos, foram utilizados conceitos como tema / rema, informação conhecida / informação nova, tópico / comentário e foco. Abordaremos estas noções em 4.2, neste capítulo.

2. Da Dificuldade em Definir “Sujeito”

Desde a Antiguidade Clássica e durante séculos, a frase foi vista como estando organizada em duas partes, *ónoma* e *rema*, desempenhando cada uma delas uma função. Segundo Aristóteles, o *ónoma* correspondia à parte da frase que indicava aquilo de que se falava, enquanto o *rema* equivalia à parte que afirmava algo acerca do *ónoma* (cf. Capítulo XX da *Poética*)⁴. Estas noções, baseadas na lógica, foram utilizadas para definir os conceitos *sujeito* e *predicado*, tendo dominado no período que medeia entre Aristóteles e Port-Royal e sobrevivido até aos nossos dias no discurso metagramatical, como se pode verificar ainda na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*:

São termos essenciais da oração o SUJEITO e o PREDICADO.

O SUJEITO é o ser sobre o qual se faz uma declaração; o PREDICADO é tudo aquilo que se diz do SUJEITO.

(Cunha e Cintra, 1994: 122)

⁴ Já Platão, em *O Sofista*, havia formulado a dicotomia entre *ónoma* e *rema*.

Alguns dos exemplos apresentados pelos autores são, porém, suficientes para pôr em causa esta definição de sujeito:

- (1) **Tudo** parara ao redor de nós. (C. Lispector, *apud* Cunha e Cintra, *idem*: 126)
- (2) **O por fazer** é só com Deus. (F. Pessoa, *apud* Cunha e Cintra, *idem*: *ibidem*)

Com efeito, dificilmente se aceitaria que os exemplos citados fazem “uma declaração” sobre “o[s] ser[es]” *tudo* e *por fazer*.

No século XIX, os gramáticos acrescentaram a estas noções de sujeito / predicado lógicos os termos sujeito / predicado psicológicos, definindo sujeito psicológico como “aquilo de que fala o locutor, [...] o objecto do discurso” (Ducrot e Todorov, 1991: 325). À informação transmitida acerca desse sujeito chamou-se predicado psicológico.

A noção de sujeito é também frequentemente associada, na tradição gramatical, à de agente. Esta confusão entre uma das funções semânticas desempenhadas pelo sujeito e o próprio sujeito poderá dever-se ao facto de os exemplos normalmente fornecidos para ilustrar este conceito serem constituídos por frases simples declarativas, com verbos transitivos de acção. Esta definição de sujeito excluiria, todavia, a possibilidade de considerarmos sujeitos os sintagmas em itálico em (3) e (4):

- (3) *O Paulo* está doente.
- (4) *O João* tem um carro novo.

Em suma, a tradição gramatical utiliza várias noções de sujeito, todas ancoradas em aspectos semânticos ou informativos. Com efeito, ao definir-se sujeito como “agente” está a utilizar-se um conceito semântico, dependente do lexema verbal; já a noção “objecto do discurso” pode ser associada à função

informativa “tema”⁵.

Estas descrições tradicionais de sujeito revelaram-se, assim, insuficientes para uma caracterização deste elemento. Mais recentemente, os estudos realizados no âmbito da gramática universal tentaram uma definição que permitisse identificar em qualquer língua os elementos com a função de sujeito, sendo o trabalho de Edward L. Keenan (1976) um dos mais importantes.

Keenan identificou trinta propriedades⁶ comuns aos constituintes sujeito de qualquer língua. No entanto, como salienta o autor, a definição que apresenta desta função não é estritamente sintáctica, mas “It is rather a cluster concept, or as we shall say, a multifactor concept” (1976: 312). Por esse motivo, as características que indica situam-se em três níveis diferentes: sintáctico, semântico e pragmático.

Uma vez que a noção de sujeito designa uma função sintáctica, deve ser definida com base apenas em critérios sintácticos, formais. É uma definição nestes moldes que apresentaremos em seguida.

O sujeito pode ser definido como o elemento que “[...] estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração [...]” (Bechara, 1999: 409), apresentando como principal característica o facto de ser obrigatório. Com efeito, mesmo quando não há um sujeito lexical exposto, esta função pode ser identificada através da desinência verbal de pessoa e número, uma vez que é obrigatória dentro de uma estrutura frásica; ou seja, na terminologia de Tesnière, o elemento com a função sintáctica de sujeito é um

⁵ Não obstante, estas definições semântico-informativas de sujeito foram importantes para o desenvolvimento do estudo da organização informativa da frase, bem como para a distinção dos três planos de análise linguística: “[...] the forerunner of this approach [the three-level approach to syntax] is V. Ertl, who in 1926 distinguished between the grammatical, logical and psychological subject” (Firbas, 1974: 15).

⁶ Estas propriedades são agrupadas em quatro categorias: propriedades autónomas (onde inclui, entre outras características, a existência autónoma, a indispensabilidade e a referência autónoma); propriedades de marcação de caso; papel semântico e domínio imediato (cf. Keenan, 1976: 312-323).

actante⁷, fazendo parte da valência do verbo. De acordo com Martinet (1991: 120), é esta presença obrigatória que permite identificar o sujeito, distinguindo-o do complemento.

A nível formal, o sujeito em português é, portanto, representado pelo monema de pessoa, podendo manifestar-se também lexicalmente através de um SN não precedido de preposição. Este caracteriza-se geralmente pela concordância em pessoa e número com o núcleo predicativo (5), podendo ser substituído pela forma nominativa do pronome pessoal (5'): primeira pessoa *eu*, segunda pessoa *tu*, terceira pessoa *ele/ela*, quarta pessoa *nós*, quinta pessoa *vós*, sexta pessoa *eles / elas*:

(5) *A criança* leu um livro. / * *A criança* leram um livro.

(5') *Ela* leu um livro.

Normalmente, o sintagma nominal com função de sujeito ocupa a posição pré-verbal, considerando-se esta a posição não-marcada. Quando a posposição deste functivo não é determinada sintacticamente, adquire valores informativos específicos, como veremos no terceiro capítulo.

Em certas frases, a função de sujeito é dificilmente identificável, uma vez que é representada por sintagmas formalmente idênticos àqueles que preenchem a função de complemento directo. Nestes casos, apenas a pronominalização permite a identificação do sujeito, e não, como sugere Martinet (1991: 120), a posição pré-verbal, uma vez que esta apenas fornece informação pragmática:

(6) Pedro matou Paulo. (Martinet, *idem: ibidem*)

(6') Ele matou Paulo.

⁷ “Les **actants** sont les êtres ou les choses qui [...] participent au procès” (Tesnière, 1969: 103).

Outra característica do sujeito reside no facto de, numa construção transitiva activa, o constituinte com esta função corresponder, na passiva respectiva, a um SN antecedido de preposição, geralmente *por*, ou ser omitido (5'').

(5'') Um livro foi lido (pela *criança*).

O sujeito de uma construção pode ser identificado, ainda, segundo as autoras da *Gramática da Língua Portuguesa* (Mateus *et al.*: 2003: 283-284), através da estrutura clivada⁸ *ser suj que X* ou pseudo-clivada *quem / o que SV ser suj*, representadas em (5''') e (5''''), respectivamente:

(5''') Foi *a criança* que leu um livro.

(5'''') Quem leu um livro foi *a criança*.

No entanto, parece-nos que este teste só é válido para se confirmar a identificação do sujeito, não podendo ser utilizado por si só para proceder a essa identificação em estruturas transitivas, uma vez que podemos focalizar também o segundo SN:

(7) Foi um livro que a *criança* leu.

(7') O que a *criança* leu foi um livro.

Finalmente, o sujeito de uma estrutura responde de forma não redundante à pergunta *quem / o que SV?*, como demonstra o exemplo infra:

⁸ A denominação 'estruturas clivadas' e 'pseudo-clivadas', usual nos autores de tradição anglo-saxónica, é substituída no presente estudo pela designação 'estruturas equacionais'. Alguns autores utilizam também a expressão 'perífrases de relativo' para nomear estas construções (cf. Moreno Cabrera, 1999: 4248).

(5''''') P: Quem leu o livro?

R: A *criança* suj.

Apesar de todos os critérios formais apresentados, há estruturas em que a identificação do sujeito se revela difícil. É o caso de algumas construções atributivas. Estas estruturas, por vezes também denominadas *substantivas* e *copulativas*, caracterizam-se por possuírem um SV formado por um verbo, mais frequentemente *ser*, *estar* ou *parecer*, que se encontra “desemantizado(s) parcialmente y acompañado(s) de un sintagma complementario atributo que incide conjuntamente sobre el verbo y el sujeto” (Hernández Alonso, 1995: 93).

Do ponto de vista formal, embora o atributo, tal como o complemento directo dos verbos transitivos, seja um actante do verbo, ou seja, faça parte da sua valência, distingue-se deste por concordar em género e número com o elemento a que se refere. O facto de não admitirem a transformação em passiva distingue também as construções atributivas das transitivas.

Hernández Alonso (*idem: ibidem*) identifica, dentro das construções atributivas, três subgrupos: as atributivas puras, as equativas e as equacionais. Esta divisão está dependente do tipo de relação existente entre o sujeito e o atributo. Debruçar-nos-emos, em seguida, apenas sobre as construções equativas e equacionais, uma vez que as estruturas “atributivas puras” não são reversíveis, não havendo permutação de sujeito e atributo, e, portanto, não suscitam problemas na identificação do sujeito.

2.1. *Estruturas Equativas*

As estruturas equativas caracterizam-se por se construírem apenas com o verbo *ser*, que funciona como uma espécie de “eixo de simetria”⁹, em torno do qual giram o constituinte com função de sujeito e o constituinte com função de atributo. São, portanto, construções que apresentam a propriedade de reversibilidade. Normalmente, o elemento com a função de atributo é de natureza nominal, no entanto “lo fundamental es que sujeto y atributo tengan la misma clase designadora” (Hernández Alonso, 1995: 94).

Do ponto de vista semântico, ambos os elementos são equivalentes em termos de referência, pois possuem um referente comum, encerrando, também, a mesma extensão significativa. Ou seja, em (8) não se atribui nenhuma propriedade ao segmento ‘Os polícias’, apenas se identifica um grupo de indivíduos, denominado ‘polícias’, com outro grupo de indivíduos, referido como ‘heróis’. Referimo-nos, assim, ao mesmo grupo de indivíduos, igualando “la referencia de uno de los sintagmas con la del otro” (Moreno Cabrera, 1991: 563). Por este motivo, as construções equativas são também chamadas *identificativas*, sendo um dos elementos o identificador e o outro o identificado (cf. Fant, 1980: 131).

(8) Os polícias são os heróis. / Os heróis são os polícias.

Além das propriedades mencionadas, o facto de estas construções não admitirem “otra atribución comparativa tras la propia” (9) distingue-as, de acordo com Moreno Cabrera (*apud* Hernández Alonso, 1995: 95), das restantes atributivas (10):

⁹ A simetria existente nas construções equativas é apenas sintáctica, uma vez que, do ponto de vista informativo, a comutação dos segmentos tem implicações importantes, pois o interlocutor, geralmente, interpretará como informação nova o segundo elemento.

(9) * Os polícias são os heróis como os meus amigos.

(10) O rapaz é inteligente como o meu irmão.

Caracterizadas as estruturas equativas, compreende-se a dificuldade de identificar o functivo sujeito. Com efeito, pelos motivos já apresentados anteriormente, facilmente se depreende que a identificação desta função sintáctica não pode ser feita simplesmente através da posição pré-verbal, já que a construção é, do ponto de vista sintáctico, simétrica, podendo qualquer dos elementos ocupar essa posição.

Se aplicarmos os critérios formais de identificação do sujeito, verificamos que ambos os constituintes podem desempenhar essa função sintáctica. Senão vejamos: tanto ‘os polícias’ como ‘os heróis’ concordam em pessoa e número com o verbo, sendo actantes deste, como se verifica em (11) e (12)¹⁰:

(11) ? Os polícias são.

(12) ? São os heróis.

Por outro lado, ambos os constituintes concordam em pessoa e número com o verbo, podendo ser substituídos pelo pronome pessoal sujeito de sexta pessoa, *eles*:

(13) Eles são os heróis. / Os heróis são eles.

(14) Os polícias são eles. / Eles são os polícias.

No entanto, apenas o constituinte *os heróis* pode ser comutado pelo clítico *o*, como demonstram os exemplos que se seguem:

¹⁰ Estas construções são apenas possíveis em contexto; por exemplo, em resposta aos enunciados ‘Hoje em dia ninguém é herói’ e ‘Quem são estes?’, respectivamente.

(15) Os polícias são-no.

(16) * Os heróis são-no.

Uma vez que o elemento que permite a pronominalização corresponde ao atributo, o outro functivo será, necessariamente, o sujeito. Com efeito, apenas o atributo, ou predicativo do sujeito, pode ser comutado pelo pronome átono invariável *o*, não sendo necessária a concordância em género e número com o sintagma que substitui, visto que o functivo sujeito, sobre o qual incide o atributo, já transporta estas marcas flexionais (cf. Hernández Alonso, 1995: 182).

Esta hipótese de a função de sujeito ser desempenhada pelo constituinte ‘Os polícias’ parece ser confirmada pela possibilidade de apenas se poder destacar esse sintagma¹¹:

(17) Os polícias é que são os heróis.

(18) * Os heróis é que são os polícias.

Também o facto de apenas aquele constituinte permitir o teste de “redobro de sujeito” corrobora a suposição de que o functivo ‘os polícias’ desempenha a função sintáctica de sujeito¹², já que estas construções “[...] só são possíveis quando o pronome retoma o sujeito da oração pequena [...]” (Mateus *et al.*, 2003: 544):

(19) Os polícias... eles foram os heróis.

¹¹ Nas atributivas puras – como ‘O Pedro está triste’ – apenas o sujeito pode ser focalizado:

(i) O Pedro é que está triste.

(ii) * Triste é que o Pedro está.

¹² De acordo com Mateus *et al.* (2003: 544), “[...] também neste tipo de frases copulativas [...] um dos constituintes nominais se comporta como predicado e o outro como sujeito”.

(20) * Os heróis... eles foram os polícias.

A aplicação destes testes poderia levar-nos a afirmar que, embora mais difícil do que nas construções predicativas, a identificação do functivo sujeito nas equativas é possível, não sendo irrelevante qual o segmento sujeito e qual o atributo. Esta posição é coincidente com a de Rodrigues Lapa, que, embora sublinhando a proximidade entre o sujeito e o nome predicativo do sujeito, indica pistas que permitem identificar cada uma das funções:

[...] o espírito não distingue claramente entre o sujeito e o nome predicativo e tem naturalmente tendência para pôr em sujeito o nome menos abstracto: «Os pêssegos eram a surpresa». Ainda mesmo que o sujeito e o predicativo sejam ambos nomes concretos, o que está no plural é por via de regra o mais concreto e é com esse que o outro concorda: «A cama *são* umas palhas».

(Lapa, 1984: 232)

Se adaptarmos os exemplos do autor, igualando a flexão de número de ambos os constituintes, e os transformarmos numa estrutura de ênfase – (21), (21') e (22), (22') –, verificamos que a função de sujeito parece ser, efectivamente, desempenhada pelos constituintes indicados por Lapa:

(21) O pêssego é que era a surpresa.

(21') * A surpresa é que era o pêssego.

(22) As palhas é que são as camas.

(22') * As camas é que são as palhas.

No entanto, parece-nos, também, que tanto (23) como (24) são aceitáveis, sendo, talvez, necessário, em (23), um acento de intensidade no primeiro constituinte:

(23) Os PÊSSEGOS era a surpresa.

(24) A cama é umas palhas.

Uma vez que a identificação do sujeito se faz, antes de mais, através da concordância com o verbo, verificamos que qualquer um dos constituintes dos exemplos analisados pode desempenhar essa função, embora os únicos segmentos que permitem a focalização sejam, nas palavras de Rodrigues Lapa, “o[s] mais concreto[s]” (1984: 232). Deste modo, embora em certas estruturas equativas seja possível, a identificação das funções sintáticas através de estruturas de ênfase não é vinculativa, uma vez que algumas construções permitem que ambos os constituintes concordem, alternadamente, com o verbo. Este facto parece confirmar a afirmação de que “[...] poco importa, en realidad, en estas construcciones, la determinación de qué segmento es sujeto y cuál atributo” (Alarcos, 1972: 232).

Podemos concluir, portanto, que a identificação do sujeito em algumas estruturas equativas é difícil, uma vez que estas construções reagem de forma diferente aos diversos testes sintáticos, como estruturas de ênfase ou de “redobro de sujeito”.

2.2. Estruturas Equacionais

À semelhança das estruturas equativas, as equacionais¹³, assim denominadas por Alarcos¹⁴ (1972: 232), também se constroem apenas com o verbo *ser*, que liga dois constituintes com o mesmo referente¹⁵. No entanto, distinguem-se daquelas porque permitem pôr em relevo um dos functivos da frase, sendo, portanto, um dos processos existentes na língua que permitem marcar a função informativa *foco*.

Do ponto de vista sintáctico, as construções equacionais são formadas por um constituinte que se pretende enfatizar ligado através do verbo

¹³ O nosso conceito de estruturas equacionais não é equivalente ao de Charles Hockett. De acordo com este autor (1958: 204), as construções equacionais podem ter três padrões, consoante o tipo de elemento atributivo – nome, adjectivo ou adverbial –, podendo este último ocorrer como atributo da forma verbal. Obtemos, assim, as seguintes estruturas:

- (i) A Joana é a filha.
- (ii) A Joana é bonita.
- (iii) A Joana está aqui.

De acordo com a posição aqui adoptada, nenhuma destas construções é equacional, sendo (i) uma frase equativa e (ii) uma atributiva pura. O facto de, em (iii), ‘aqui’ representar um circunstancial também não permite a sua classificação como atributiva.

Hockett considera também que o complemento directo de alguns verbos transitivos que seleccionam um predicativo do complemento directo, como os verbos “jucandi”, constitui uma oração equativa. É o caso de, por exemplo, ‘-o correcto’, da frase (iv):

- (iv) Considero-o *correcto*. (*idem*: 205)

Esta posição decorre do facto de a passiva equivalente desta construção ser, de acordo com a sua caracterização, semelhante a uma equativa:

- (v) Ele é considerado *correcto*. > Ele está *correcto*. (*idem*: *ibidem*)

Apesar de o complemento directo da construção (iv) – ‘-o correcto’ – poder ser expandido numa oração formada com o verbo *ser* (v), não concordamos que seja classificado como tal, já que não possui os constituintes necessários à existência de uma oração – sujeito e predicado:

- (vi) Considero que *ele é correcto*.

Aliás, mesmo a expansão em ‘ele é correcto’ não corresponde a uma construção equacional, tal como a entendemos no presente trabalho, mas a uma atributiva pura (cf. ponto 2).

¹⁴ Além das estruturas de ênfase, Alarcos inclui no grupo das construções equacionais aquelas que aqui denominamos por equativas.

¹⁵ A semelhança existente entre as duas estruturas levou Lars Fant (1980: 131) a considerar as equacionais como um subtipo das equativas.

copulativo *ser* à restante sequência, não enfatizada, realizada por uma oração relativa que concorda com o segmento realçado. Estes constituintes podem ser dispostos de três formas distintas:

- a) *A ser B*: O treinador foi quem influenciou o resultado.
- b) *B ser A*: Quem influenciou o resultado foi o treinador.
- c) *Ser A B*: Foi o treinador quem influenciou o resultado.

Estas estruturas são, portanto, versões enfatizadas de uma estrutura primitiva que não apresenta essa particularidade (25). Embora nos exemplos apresentados apenas se tenha enfatizado o functivo sujeito, pode realçar-se qualquer constituinte frásico (26):

(25) O treinador influenciou o resultado.

(26) O resultado foi o que o treinador influenciou.

De acordo com Gutiérrez Ordóñez (1994: 364), o paralelismo existente entre os dois constituintes das construções equacionais verifica-se em vários níveis: categorial, semântico e formal. Ou seja, ambos os constituintes pertencem à mesma categoria sintáctica e possuem os mesmos traços semânticos ('animado', 'tempo', 'lugar', etc.). Além disso, a nível formal, se um dos elementos tiver uma marca da sua função sintáctica, o outro também terá:

(27) *Para* chegar cedo foi *para* que comprei o carro.

Este paralelismo entre os dois segmentos da sequência (*A* e *B*) torna, como já referimos, algumas construções equacionais muito semelhantes às equativas. Por este motivo, o elemento destacado da estrutura equacional é

frequentemente marcado com um acento de intensidade, de modo a permitir a distinção entre esta estrutura (28) e uma equativa com relativa (29):

(28) O PAULO é quem chegou atrasado.

(29) O Paulo é quem chegou atrasado.

Quando a construção em análise não permite a contracção, que permitiria comprovar o seu estatuto de estrutura de ênfase¹⁶, estamos claramente perante uma equativa:

(30) O que chegou é meu irmão.

(31) * É meu irmão.

A identificação das funções sintácticas nas estruturas equacionais revela-se tarefa ainda mais difícil do que nas equativas. Com efeito, enquanto a generalidade das equativas permite a comutação do suposto atributo pelo clítico *o*, nas equacionais isso não se verifica:

(27') * Para chegar cedo foi-*o*.

(28') ? O Paulo é-*o*.

Esta impossibilidade de identificar o atributo é acompanhada, por vezes, pelo facto de o presumível functivo sujeito ser encabeçado por uma preposição (27) ou ser realizado por um advérbio (32):

(32) Aqui foi onde o encontraram.

¹⁶ A aplicação deste teste permite comprovar que (28) é uma estrutura equacional:

(28a) O Paulo chegou atrasado.

Uma vez que o sujeito, em português, quando actualizado lexicalmente, é sempre realizado por um SN não precedido de preposição, parece evidente que, tal como nas equativas, não faz sentido procurar o functivo sujeito nas estruturas equacionais.

3. Funções Desempenhadas pelo Functivo Sujeito nos Planos Semântico e Informativo

Como referimos anteriormente, um constituinte frásico que desempenhe uma determinada função a nível sintáctico pode exercer outras funções, localizadas em diferentes planos. Nesta secção abordaremos as funções que, nos estratos semântico e informativo, podem ser atribuídas ao functivo sujeito.

3.1. Funções Semânticas

O sujeito, como já foi mencionado, é um constituinte frásico obrigatório, sofrendo apenas as restrições semânticas impostas pelo verbo que constitui o núcleo predicativo com que se relaciona, uma vez que “[...] c’est **le sens du verbe qui va déterminer la valeur de la fonction** [...]” (Martinet, 1979: 158). O *sujeito concreto* é, assim, determinado pelo lexema verbal, que lhe atribui um determinado papel semântico relativamente ao estado de coisas designado pela predicação, dependendo “[...] de la relación semántica entre ellos y el verbo correspondiente” (Hernández Alonso, 1995: 160).

Desde a proposta de uma “gramática de casos”, de Charles Fillmore, os estudos realizados nesta área originaram uma grande proliferação de termos,

havendo várias propostas relativamente ao tipo de funções semânticas desempenhadas pelo functivo sujeito. Heles Contreras (1976, 33-37), por exemplo, associa a este constituinte os papéis de agente, paciente, experienciador, possuidor e causa; enquanto Simon Dik (1978: 36-39) lhe atribui as funções de agente, posicionador (*positioner*), processado (*processed*) e força. Assim, em (1), por exemplo, o constituinte com a função de sujeito, *O Luís*, desempenha a função semântica de paciente, segundo a terminologia de Contreras, e de posicionador, de acordo com Dik:

(1) *O Luís* está sentado.

Relativamente aos estudiosos da língua portuguesa, as propostas também variam. Maria Helena Mira Mateus *et al.* (2003: 187-197) reformulam a proposta feita na edição anterior da sua *Gramática da Língua Portuguesa* e indicam, para o sujeito, as funções de agente, fonte, experienciador, locativo e tema¹⁷. Embora o papel temático *alvo* não seja atribuído explicitamente ao functivo sujeito, parece-nos que os argumentos de alguns verbos – como *receber* – que desempenham esta função sintáctica poderão realizar aquela função semântica. Com efeito, ao definir *alvo* como “o papel temático do argumento que designa a entidade para a qual algo foi transferido, num sentido locativo ou não” (2003: 190), utilizando termos muito semelhantes aos usados na definição de *recipiente* na edição antiga (1989: 45), as autoras permitem interpretar como *alvo* o sujeito do exemplo que se segue:

(2) *A Ana* recebeu um presente.

Já Mário Vilela (1995: 270) refere que o sujeito pode desempenhar os papéis semânticos de autor (agente), destinatário, alvo da acção (paciente / afectado), portador do processo, portador de estado, portador duma

¹⁷ Na edição anterior, as autoras propunham as funções de agente, paciente, origem, objecto, experienciador, recipiente e posicionador (Mateus *et al.*, 1989: 44-45).

propriedade, instrumento, lugar e experienciador. Segundo esta proposta, o sujeito dos dois exemplos anteriores desempenharia, respectivamente, as funções semânticas de portador de estado e de destinatário.

Veja-se um outro exemplo, que comprova a flutuação terminológica existente nesta área:

(3) *A chave* abriu o cofre.

Neste caso, as autoras da *Gramática da Língua Portuguesa* (Mateus *et al.*, 2003) atribuem ao functivo sujeito – *A chave* – o papel semântico de fonte, enquanto Vilela o denomina por instrumento.

Face a esta multiplicação de propostas, relativamente às funções semânticas, parece-nos conveniente apresentarmos a perspectiva adoptada neste estudo, acompanhada de uma breve definição de cada função semântica que pode ser desempenhada pelo functivo sujeito. Devido às várias sugestões existentes, optámos pela de Guillermo Rojo (1983: 83), linguista espanhol que tem desenvolvido a sua investigação no âmbito da Linguística Funcional:

A	B	C
Tipos fundamentais de processos	Funções semânticas dos argumentos centrais	Funções semânticas dos argumentos periféricos
Acção Estado Processo	Agente Causativo Experimentador Término Receptor Instrumental	Origem Meta / Direcção Duração Locativo (espacial ou temporal) Causa Comitativo

De acordo com esta proposta, o functivo sujeito pode desempenhar as funções semânticas de agente, causativo, experimentador, término (resultante e afectado), receptor e instrumental.

A função semântica de *agente* parece ser a mais consensual, uma vez que figura nas propostas de todos os autores. Ocorre apenas com predicções de acção e designa uma entidade que controla uma acção, caracterizando-se pela presença do traço [+ animado]:

(4) *O Pedro* plantou uma árvore.

Já o *causativo* é a função desempenhada por uma entidade que desencadeia uma acção, não a realizando, porém, directamente, o que permite distingui-lo da função agente. O exemplo de uma estrutura causativa fornecido por Rojo parece-nos bastante elucidativo:

(5) *O Paulo* ferve a água.

Com efeito, o elemento com a função de sujeito não é, semanticamente, o agente da acção, uma vez que não é o Paulo que efectivamente ferve a água, apenas provoca essa acção (por exemplo, pondo a água ao lume)¹⁸.

Relativamente à função de *experimentador*, esta ocorre apenas com predicções de processo ou de estado. Segundo Rojo, o experimentador está para os processos e estados como o agente está para as acções. No entanto, esta afirmação pode induzir em erro, levando à pressuposição de que a entidade que

¹⁸ Esta matéria remete para o problema das valências verbais, uma vez que a alguns verbos podem associar-se diferentes funções semânticas, levantando o controverso assunto de estarmos perante dois verbos homónimos ou um só verbo com vários sentidos. Por exemplo, construções como 'O Luís matou a mulher' permitem duas interpretações, já que o functivo sujeito pode desempenhar diferentes funções semânticas. Com efeito, 'O Luís' poderá desempenhar a função de agente, no caso de ter assassinado a mulher, ou de causador, no caso de apenas ter provocado esse acontecimento ao originar o acidente automóvel que a vitimou (por exemplo, por passar um sinal vermelho). O mesmo se passa com outras estruturas, como 'O Pedro cortou o cabelo' ou 'A Ana fez uma operação', cujos sintagmas na função de sujeito podem ter a função semântica de agente, no caso de terem desempenhado a acção de 'cortar' ou 'operar', ou de término, se apenas forem afectados por essas acções. Esta questão não será, porém, aqui discutida, uma vez que ultrapassa o âmbito do nosso estudo.

desempenha esta função é caracterizada, tal como o agente, pelo traço [+animado], o que não corresponde à verdade:

- (6) *O João* gosta de animais.
- (7) *O rapaz* está sentado no chão.
- (8) *As flores* cresceram.

Quanto ao *término*, esta função semântica designa a entidade que é modificada por uma acção, podendo ser o resultado dessa acção ou apenas afectado por ela. No primeiro caso, estamos perante um *término resultante* (9), enquanto no segundo temos um *término afectado* (10):

- (9) *Os Lusíadas* foram escritos por Camões.
- (10) *O livro* foi devolvido depois do prazo.

Embora Rojo não defina o papel semântico de *receptor* nem apresente nenhum exemplo, pensamos que esta função é equivalente às de *alvo*, de Mateus *et al.* (2003: 190), e de *destinatário*, de Vilela (1995: 270), indicando a entidade que recebe algo ou para a qual algo foi transferido. Deste modo, se analisarmos o exemplo (2), reproduzido em (11), verificamos que esta função é cumprida pelo functivo sujeito:

- (11) *A Ana* recebeu um presente.

Relativamente ao *instrumental*, este designa a entidade que é a causadora de uma acção, embora não a controle:

- (12) *A chave* abriu a gaveta.

Em suma, parece claro que estamos perante duas entidades diferentes: uma abstracta, formal (o sujeito), que se reveste de diferentes formas, concretas, de acordo com o lexema verbal que o selecciona (por exemplo, ‘o João’; ‘a Ana’; ‘os Lusíadas’ ou ‘a chave’). São essas formas concretas que estabelecem uma relação de significado com o verbo, desempenhando uma determinada função semântica relativamente ao estado de coisas designado na predicação.

3.2. Funções Informativas

A principal função de qualquer língua é, como sabemos, permitir a comunicação entre duas ou mais pessoas. Mas essa comunicação pode revestir-se de diferentes facetas: oferecer, pedir, ordenar, trocar, agradecer, etc. A actividade de informar é, talvez, uma das mais importantes, pois permite que um falante altere o estado de conhecimentos do interlocutor. Nas palavras de Gutiérrez Ordóñez:

Informar es una actividad semiológica por medio de la que un *emisor* (E) se dirige a un *destinatario* (D) para modificar su estado de conocimientos, transmitiéndole, por medio de algún instrumento significativo, datos que supone que de algún modo le son nuevos.

(Gutiérrez Ordóñez, 1997: 18)

É, portanto, a partir da informação possuída pelo interlocutor que o emissor organiza a sua mensagem. Para a análise deste terceiro estrato linguístico, é fundamental a distinção das diferentes funções que aí operam.

Como vimos no ponto 2, uma das primeiras definições de sujeito e predicado fazia corresponder estas noções a “aquilo sobre o que é a frase” e “aquilo que é dito acerca disso”, recorrendo-se a noções do estrato informativo

para explicar conceitos sintáticos. Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, assistiu-se a várias tentativas de distinguir e explicar estas, e outras, noções informativas, entretanto abandonadas na definição de sujeito e predicado.

O conceito de *função informativa*, essencial no nosso estudo, foi uma das principais aportações da Escola de Praga, tendo gerado uma clarificação do plano informativo e aberto caminho para novas investigações. Todavia, os estudos feitos posteriormente nesta área não contribuíram para uma “homogeneización ni terminológica, ni conceptual ni de criterios” (Gutiérrez Ordóñez, *idem*: 9) de palavras como ‘tema’, ‘rema’, ‘foco’, ‘ênfase’, etc., tendo sido introduzido na teoria linguística um número de diferentes termos e definições.

Deste modo, numa abordagem às funções informativas, torna-se imprescindível uma clarificação dos conceitos a utilizar, uma vez que, frequentemente, os vocábulos não são usados pelos diferentes autores de uma forma consistente. Nesta secção incidiremos sobre as funções de *tema*, *rema*, *informação conhecida*, *informação nova* e *foco*.

3.2.1. Tema / Rema

Os conceitos de *tema* e *rema*, essenciais numa análise informativa, têm origem na Antiguidade¹⁹, correspondendo a dois segmentos informativos presentes num enunciado. A Escola de Praga retomou estas noções na Perspectiva Funcional de Frase, de acordo com a qual a frase é constituída por duas partes comunicativamente distintas, segundo o seu contributo para o desenvolvimento da comunicação: o *tema* e o *rema*. Na esteira destes estudos, sucederam-se outras investigações, quer sob este quer sob outros quadros

¹⁹ De acordo com Platão e Aristóteles, a frase era constituída por dois grandes elementos: *ónoma* e *rema*.

teóricos, passando a utilizar-se aqueles termos para nomear conceitos diferentes. Com efeito, a noção de *tema* tem sido identificada ora com *informação conhecida*, ora com *aquilo de que se fala*, ora com a *posição inicial*.

A indefinição destes conceitos, presente até aos nossos dias, remonta já ao fundador da Perspectiva Funcional de Frase²⁰, Vilém Mathesius, que propôs duas concepções de *tema*. Numa primeira fase, Mathesius definiu o “ponto de partida de um enunciado” como “that which is known or at least obvious in the given situation and from which the speaker proceeds”, sendo “the core of the utterance” aquilo que o falante “states about, or in regard to, the starting point of the utterance” (*apud* Daneš, 1974: 106). Alguns anos mais tarde, descreve o “tema” como algo “that is being spoken about in the sentence”, enquanto “the core” é aquilo que o falante diz acerca desse *tema* (Mathesius, *apud* Daneš, *idem: ibidem*)²¹.

No entanto, como Jan Firbas e outros investigadores salientaram, os dois aspectos apresentados nas concepções de *tema* propostas por Mathesius – o contextual (*informação conhecida*) e o temático (*aquilo de que se fala*) – não precisam de coincidir, uma vez que há enunciados em que aquilo de que se fala não é *informação conhecida* (cf. Firbas, 1974: 23-24). É o caso, por exemplo, de alguns tipos de frases que iniciam uma mensagem ou texto, como o início do romance *Os Maias*, de Eça de Queirós:

- (13) A casa que os Maias vieram habitar em Lisboa, no Outono de 1875, era conhecida na vizinhança da rua de S. Francisco de Paula, e em todo o bairro das Janelas Verdes, pela casa do Ramalhete ou simplesmente o Ramalhete.

²⁰ Inicialmente esta teoria foi denominada por “Divisão Actual de Frase”.

²¹ De notar, porém, que, enquanto os primeiros membros das dicotomias (*informação conhecida* e *tema*) são diferentes, os segundos são idênticos, pois o núcleo do enunciado, ou *rema*, é definido como aquilo que o falante diz acerca da *informação conhecida* ou aquilo que diz acerca do *tema*.

Com efeito, “a casa que os Maias vieram habitar em Lisboa” expressa aquilo de que se vai falar, mas não constitui informação conhecida para quem pela primeira vez abre o romance. O mesmo acontece em determinados enunciados que não iniciam uma mensagem mais longa, sendo actualizados isoladamente, como (14), nos quais o assunto de que se falará (‘uma andorinha’) não é algo já conhecido pelo interlocutor:

(14) *Uma andorinha* fez o ninho no telhado de minha casa.

A caracterização de *tema* como informação conhecida conduziria necessariamente à interpretação dos enunciados anteriores como não tendo tema. Por este motivo, bem como para explicar a relação entre informação conhecida e nova e aquilo de que se fala, Firbas introduziu a noção de *dinamismo comunicativo*, entendido como “the extent to which the element contributes towards the development of the communication” (1974: 19). De acordo com este linguista, o *tema* é constituído por “an element or elements carrying the lowest degree(s) of CD [Communicative Dynamism] within a sentence” (*idem*: 24), não tendo, portanto, de veicular informação conhecida, apesar de os elementos que transmitem informação nova terem maior grau de dinamismo comunicativo.

Jan Firbas assinala que, em enunciados como (14), apesar de o sintagma nominal indefinido não-genérico conter sempre informação nova, o constituinte ‘uma andorinha’ pode funcionar como *tema*, uma vez que é, comunicativamente, o segmento menos importante. Já com verbos que expressam “the notion of appearance on the scene” (Firbas, *idem*: 18), como em (15), o sintagma indefinido não-genérico (‘um homem’) é o constituinte com maior importância comunicativa, sendo, conseqüentemente, o rema do enunciado²² (cf. Firbas, 1974: 18):

²² Em português, essa importância comunicativa atribuída ao sujeito de verbos como *entrar* é, normalmente, marcada colocando-o à direita do verbo: ‘Entrou um homem na sala’.

(15) *Um homem* entrou na sala.

A proposta de Firbas elimina a bipartição da estrutura informativa, uma vez que há uma distribuição desigual de dinamismo comunicativo pela frase. No entanto, além de a atribuição de maior ou menor grau de dinamismo comunicativo não poder ser objectivada, esta proposta tem o inconveniente de atribuir vários graus de “thematicity” ou de “rhematicity” a diferentes elementos frásicos (cf. Daneš, 1974: 107). Assim, num enunciado como (16), não só é difícil a identificação do elemento mais temático como também a atribuição dos vários graus de *dinamismo comunicativo*:

(16) Quando a polícia chegou ao local do acidente, verificou que o carro era roubado.

Também M. A. K. Halliday reflectiu sobre os aspectos contextual e temático da Perspectiva Funcional de Frase, definindo *tema* como o primeiro elemento da frase: “the theme is assigned initial position in the clause, and all that follows is the rheme” (*apud* Daneš, 1974: 108)²³. De acordo com esta definição, os elementos em itálico dos exemplos que se seguem constituem o *tema* dos enunciados:

(17) *O Luís* chegou atrasado.

(18) *Quem* chegou?

(19) *Fala* baixo.

Apesar de em (17) não se colocar qualquer dúvida sobre o assunto “I am talking about” (Halliday, *apud* Daneš, *idem*: 107), o mesmo não acontece

²³ As noções de tema e de informação conhecida são distinguidas, por este linguista, da seguinte maneira: “while ‘given’ means ‘what you were talking about’ (or ‘what I was talking about before’, ‘theme’ means ‘what I am talking about’ (or ‘what I am talking about now’)” (Halliday, *apud* Daneš, 1974: 107).

em (18) e (19). De facto, não podemos dizer que aqueles enunciados são acerca de ‘quem’ e de ‘fala’, pelo que a proposta de Halliday não nos parece suficiente para clarificar as funções informativas *tema* e *rema*.

Uma vez que as propostas apresentadas não são consensuais, adoptaremos uma definição mais geral de *tema*, estribada na concepção temática proposta por Mathesius e no conceito de *suporte informativo*:

Le support [...] n'est pas exactement ce au sujet de quoi, mais ce à propos de quoi le locuteur dit quelque chose. C'est en effet le point de départ de l'énoncé, c'est-à-dire le tremplin ou l'entrée en matière à partir de quoi le locuteur va pouvoir fournir une information à l'interlocuteur.

(Touratier, 1993: 50)

Mantendo, neste estudo, a distinção entre *informação conhecida* e *tema*, entenderemos esta função como aquilo a propósito do que se diz alguma coisa. O *tema* é, então, o ponto de partida para o locutor transmitir a informação principal, o *rema*. Já esta função informativa corresponde àquilo que se afirma a propósito do *tema*²⁴. Na terminologia de Bally, a finalidade de qualquer enunciado é o “propos”, definido como aquilo que se diz sobre algo, o “tema” (cf. Bally, 1965: 53; 101). O *rema* só é válido, portanto, relativamente ao seu *tema*, estando esta noção discursiva em estreita relação com o conceito de *tópico* apresentado por Li e Thompson (1976) e Chafe (1976), que reflectiram sobre as diferenças entre *tópico* e *sujeito*.

Contrariando a importância historicamente atribuída ao conceito de *sujeito*, Li e Thompson (1976) propuseram que esta noção gramatical não tem

²⁴ Os conceitos de *tema* e *rema* aqui utilizados, embora mais abrangentes, são próximos não só da proposta de Mathesius mas também das noções de *tópico* e *comentário*, introduzidos por Charles Hockett, que os usou para caracterizar as construções predicativas: “The most general characterization of predicative constructions is suggested by the terms ‘topic’ and ‘comment’ for their ICs: the speaker announces a topic and then says something about it” (Hockett, 1958: 201). Este linguista refere que, em inglês, o *tópico* coincide, na maior parte das vezes, com o *sujeito* da frase, embora, frequentemente, esta identificação não se verifique na linguagem coloquial. Sugere também que, normalmente, o *tópico* precede o *comentário*, sendo o primeiro elemento da frase (*idem: ibidem*).

relevância em algumas línguas, sendo mais pertinente falar do conceito discursivo *tópico*, entendido do mesmo modo que Chafe (1976). De acordo com o estudo realizado por estes autores, as frases de algumas línguas, como o japonês, dividem-se não em *sujeito* e *predicado*, noções de natureza sintáctica, mas, na sua terminologia, em *tópico* e *comentário*, conceitos que relevam de um outro plano de análise: o informativo. O *tópico* tem a função de informar o interlocutor de que o domínio no qual uma predicação, ou melhor, o *dictum* é válido²⁵, está limitado:

What the topics appear to do is to limit the applicability of the main predication to a certain restricted domain. [...] the topic sets a spatial, temporal, or individual framework within which the main predication holds.

(Chafe, 1976: 50)

O *tema* é, portanto, uma noção discursiva, sendo uma das funções informativas existentes no discurso e apresentando manifestações formais diversas. Com efeito, embora frequentemente o sintagma com a função sintáctica de sujeito seja também o tema do enunciado, esta função pode coincidir com qualquer outro sintagma que possua estatuto sintáctico:

(20) *O António* chegou tarde a casa.

(21) *Domingo* vou ao futebol.

(22) *Quanto ao serviço*, este restaurante não é muito bom.

Deste modo, em (20), o tema coincide com um actante do verbo, o functivo sujeito 'O António'. No enunciado (21), esta função informativa é realizada pelo sintagma com a função sintáctica de complemento circunstancial

²⁵ Embora o *comentário*, ou *rema*, na nossa terminologia, contenha, geralmente, uma predicação, nem sempre isso acontece (cf. Gutiérrez Ordóñez, 1997: 50):

(i) Quanto a mim, uma desgraça!

– ‘Domingo’ –, enquanto em (22) o segmento ‘Quanto ao serviço’ pode considerar-se como estando na periferia da frase²⁶. Do ponto de vista sintáctico, este constituinte terá um estatuto próximo do dos advérbios de frase, que, tal como aquele, “modificam toda a proposição, não sendo nem argumentos verbais nem adjuntos a SV” (Mateus *et al.*, 2003: 431).

Quando os segmentos com a função de tema são functivos da frase, é frequente a sua reprodução, seja através do pronome anafórico (23) ou por meio de concordância (24):

(23) Palavras, leva-*as* o vento.

(24) Os meus alunos, *são* uns preguiçosos.

Só através desta função informativa é possível explicar a ocorrência de vírgulas na representação escrita de enunciados semelhantes a (24), pois, na verdade, a vírgula não está erradamente colocada entre sujeito e predicado, antes separa a função de tema. Assim, o segmento ‘os meus alunos’, manifestação descontínua do functivo sujeito, desempenha simultaneamente a função de tema, havendo, porém, um predomínio da função informativa sobre a sintáctica.

Também em (25) estamos perante um segmento – ‘com o José’ – que desempenha duas funções distintas, uma informativa e outra sintáctica, não sendo, porém, necessária a reprodução do functivo, pois este já contém a marca funcional: “La referencia anafórica a un tópico desnudo es obligatoria si contrae una función directamente subordinada al verbo”²⁷ (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 54).

(25) *Com o José*, porque não sais mais vezes?

²⁶ Alguns autores consideram que o recurso à expressão ‘Quanto a’ é um meio de enfatizar o tema (cf. Perrot, 1994: 20; 23).

²⁷ A função de tópico caracterizada por Salvador Gutiérrez (1997) é, no presente estudo, englobada na função de tema.

Deste modo, se retirarmos o índice funcional do constituinte que desempenha também a função de tema, este deixa de ser um functivo, passando a estar fora da frase, pelo que teremos de inclui-lo juntamente com o pronome anafórico no rema (26), caso contrário o resultado será agramatical (27):

(26) *O José*, porque não sais *com ele* mais vezes?

(27) * *O José*, porque não sais \emptyset mais vezes?

Aos sintagmas que, como ‘O José’ no enunciado (26), têm a função de informar o interlocutor que é a propósito daquilo que se vai dizer algo, mas não possuem qualquer estatuto sintáctico, chamaremos *tópico*. Ou seja, a função informativa *tópico* coincide com a de *tema*, mas, ao contrário desta, não faz parte da sintaxe da frase.

Embora, em geral, a função informativa *tema* se manifeste formalmente, nem sempre isso acontece, podendo, nestes casos, ser inferida a partir do contexto: “[...] le support est à dégager des données énonciatives, c’est-à-dire soit du contexte linguistique soit de la situation désignée soit de la situation énonciative elle-même” (Touratier, 1993: 60).

Em enunciados informativamente complexos, podemos ter num mesmo enunciado vários temas (cf. Touratier, *idem*: 57), como se verifica em (22). Com efeito, verificamos a existência de um primeiro *tema*, ‘Quanto ao serviço’, a propósito do qual se afirma que ‘este restaurante não é muito bom’, constituindo esta afirmação o *rema*. Este primeiro *tema* permite que o falante delimite claramente qual o sector do restaurante que não tem qualidade (o serviço), excluindo deliberadamente todos os outros (como a comida, a higiene ou a decoração). Inserido no *rema* deste primeiro *tema*, temos um segundo *tema*, ‘este restaurante’, com o respectivo *rema* ‘não é muito bom’.

Apesar de o tema ocupar, geralmente, a posição inicial do enunciado, pode aparecer num outro lugar, como exemplifica o enunciado que se segue:

(28) Gostaram da festa, *os teus amigos*?

Com efeito, o constituinte ‘os teus amigos’ parece ter a função de identificar aquilo de que se fala, limitando a validade de ‘gostaram da festa’ àquele grupo de indivíduos. O facto de não aparecer em posição inicial impede alguns linguistas de aceitar a sua classificação como *tema*, sugerindo-se a noção de *report*, que, juntamente com os conceitos de *support* e *apport*, forma a tríade das funções informativas (cf. Touratier, 1993; Perrot, 1994). Perrot (*idem*: 17) considera que a classificação destes elementos pós-remáticos como tema “est en contradiction avec la fonction même du constituant thématique, celle de support pour l’apport à venir”. No entanto, parece-nos nem sempre haver contradição, uma vez que o ponto de partida é, de facto, ‘os teus amigos’, embora não se expresse no início do enunciado, podendo ser inferido através de elementos contextuais. O locutor pode, contudo, considerar necessário exprimi-lo, para lembrá-lo ou para marcar uma certa insistência, focalizando-o (cf. Touratier, 1993: 54).

Como já referimos anteriormente, o tema é uma função independente da distribuição de informação conhecida (*dado*) e nova de um enunciado, podendo coincidir, ou não, com informação já conhecida (29) ou com informação nova (30), como demonstram as perguntas hipotéticas correlativas a cada um dos enunciados:

(29) *O temporal* [dado] destruiu as culturas [novo].

(29’) O que fez o temporal?

(30) *Uma criança* foi abandonada à porta da igreja [novo].

(30’) O que aconteceu?

Com efeito, no enunciado (29) fala-se acerca do temporal, que, em resposta a uma pergunta como (29’), constitui informação já conhecida, coincidindo o rema, ou aquilo que se diz a propósito daquele assunto, com a informação nova (‘destruiu as culturas’). Já em (30), o tema é ‘uma criança’,

que constitui, juntamente com o rema ('foi abandonada à porta da igreja'), informação nova²⁸.

Certos constituintes com a função informativa de tema não incluem informação conhecida nem nova. É o caso do tema principal de um enunciado como (22), reproduzido aqui em (31):

(31) Quanto ao serviço, o restaurante não é muito bom.

Se este enunciado responder a uma pergunta como (32), apenas o *rema*, função informativa que se encontra numa relação de interdependência com o *tema*, inclui os segmentos com as funções informativas de *dado* e *novo*, tendo a seguinte organização informativa:

Tema	Rema	
	<u>Dado</u>	<u>Novo</u>
Quanto ao serviço,	o restaurante	não é muito bom

(32) O que achaste do restaurante?

Em suma, o *tema* não pode ser confundido com nenhuma outra função informativa ou sintáctica. Embora possa ser desempenhada por um functivo da frase, como o sujeito, há apenas uma coincidência de funções pertencentes a estratos diferentes num mesmo constituinte, como o demonstra a possibilidade de omitir a função informativa de tema no enunciado (31) – 'o restaurante' –, mas não a de sujeito (monema de terceira pessoa). A omissão do *tema* só é possível, porém, quando coincide com informação já conhecida.

²⁸ Num outro nível, qualquer das respostas constitui o rema da sua pergunta, pois é aquilo que se afirma a propósito de 'o que fez o temporal?' ou de 'o que aconteceu?'.

3.2.2. Informação Conhecida / Informação Nova

De um modo geral, as funções informativas de informação conhecida, ou *dado*, e informação nova, ou *novo*, são desempenhadas pelos mesmos constituintes que, no plano sintáctico, preenchem, respectivamente, as funções de sujeito e predicado, embora esta correspondência possa ser alterada (cf. Capítulo II), pois “[...] there is no necessary correlation of subject status with givenness, or for that matter of nonsubject status with newness” (Chafe, 1976: 48). Esta tendência para os sujeitos serem informação conhecida e os predicados informação nova pode explicar-se pelo facto de, geralmente, se atribuir maior importância comunicativa à acção predicativa.

A generalidade dos enunciados apresenta, portanto, uma estrutura binária²⁹, sendo organizados em função daquilo que o nosso interlocutor já sabe e daquilo que pretende saber, como se houvesse sempre uma pergunta a que o emissor tivesse de responder. É essa questão inicial, seja ela real ou hipotética, que regula toda a interacção verbal, pois:

- elle décide de que ci est **pertinent, convenant, acceptable**;
- elle décide aussi quelles informations parmi celles qui sont présentées comptent comme des informations qui sont **supposées être partagées** et quelles sont celles qui comptent comme des informations **nouvelles**, qui peuvent être offertes comme **réponse** à la question.

(Mendenhall, 1990 : 76)

Assim, por exemplo, o enunciado (33) pode ser reorganizado de diferentes modos, consoante essa pergunta, real ou hipotética, a que responde:

²⁹ Há, porém, enunciados que elidem a informação já conhecida, uma vez que esta ainda está presente no espírito do ouvinte, não sendo necessário repeti-la. É o caso de ‘Saiu’, como resposta à pergunta ‘O João?’.

(33) O João viu o jogo de futebol no café.

Todo este enunciado poderia ser considerado informação nova, se respondesse a (33'). Ou seja, ao fazer a pergunta (33') o interrogador declara não saber alguma coisa, que é aquilo que é perguntado – *o que* –, relativamente a outra informação que já possui, neste caso *aconteceu alguma coisa*.

(33') *O que* aconteceu?

As perguntas são normalmente organizadas em duas fracções informativas, correspondentes ao interrogativo e ao restante enunciado: “El interrogativo condensa lo que se desea saber. En el resto se formula lo consabido”³⁰ (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 20).

Poderíamos ainda colocar outras perguntas relativamente ao mesmo acontecimento, como se constata em seguida. Em todas elas, o pronome ou advérbio interrogativo, em cursiva, corresponde ao *novo*, constituindo os restantes elementos o *dado*³¹:

(33a) *Quem* viu o jogo de futebol no café?

(33b) *Onde* viu o João o jogo de futebol?

(33c) *O que* viu o João no café?

(33d) *O que* fez o João no café?

O emissor de (33) poderia, portanto, organizar a informação de outro modo, consoante aquilo que julgasse que o seu interlocutor desejava saber, isto

³⁰ O facto de parte do enunciado interrogativo corresponder a informação já conhecida pelo locutor não implica que desempenhe obrigatoriamente a função de *dado*, como veremos no terceiro capítulo.

³¹ Consideramos que “une interrogation est, aussi bien qu’une assertion, porteuse d’information [...]” (Perrot, 1994 : 14). Nestes enunciados, o *novo* ocupa normalmente a posição inicial, enquanto nos declarativos essa posição é reservada ao *dado*.

é, consoante a questão inicial. Sempre que, por esse motivo, um ou mais elementos que desempenhem uma função sintáctica comutável por um pronome sejam antepostos ao verbo, é obrigatório o clítico redundante (33a) (cf. Gutiérrez Ordóñez, 1997: 23). Deste modo, as respostas às perguntas anteriores seriam as seguintes:

(33a') O jogo de futebol no café viu-o o João.

(33b') O João viu o jogo de futebol *no café*.

(33c') O João viu no café *o jogo de futebol*.

(33d') O João no café *viu o jogo de futebol*.

Nos enunciados anteriores, os elementos em itálico constituem a contribuição feita pelo falante para o acto comunicativo, isto é, a informação nova. Tudo o que está à sua esquerda é considerado informação conhecida, partilhada pelos interlocutores, ou *dado*³². Como podemos verificar, o functivo sujeito pode desempenhar ambas as funções informativas, apesar de predominantemente fazer parte do *dado* [(33b'), (33c') e (33d')].

A identificação das funções informativas *dado* e *novo* pode, portanto, ser feita a partir de uma questão inicial, real ou hipotética. No caso de a mensagem informativa responder a uma pergunta real, explícita, não surge qualquer dúvida acerca de qual a informação já conhecida pelo nosso interlocutor e de qual a que pretende saber. Quando, porém, o enunciado não responde a uma pergunta explicitamente formulada, o receptor tem de reconstituir essa questão inicial, de modo a identificar correctamente as funções informativas. Geralmente esta tarefa encontra-se facilitada pelo facto de os enunciados delimitarem a fronteira entre *dado* e *novo* através de alguns

³² Devido aos vários termos existentes nesta área, Gutiérrez Ordóñez (1997), tal como Mendenhall (1990), adopta os termos *supporte* e *apporte* para nomear a informação conhecida e a informação nova, respectivamente, utilizando-os, portanto, num sentido diferente de Touratier (1993: 51): “Il ne faut pas réduire le support de l'énoncé à un élément d'information qui n'est pas nouveau pour l'interlocuteur [...]”.

traços formais, como a ordem dos sintagmas, o recurso à entoação, ao acento de intensidade e às pausas, bem como a possibilidade de elipse³³.

Com efeito, ao contrário da informação já conhecida, a informação nova não pode ser, obviamente, elidida, pois isso violaria o *princípio da informatividade*, formulado por Gutiérrez Ordóñez a partir do *princípio de cooperação* de Grice:

Haz que tu enunciado sea tan informativo como sea necesario en la instancia de comunicaci3n en que te hallas comprometido.

(Gutiérrez Ordóñez, 1997: 18)

A importância do(s) elemento(s) com a função de *novo* no processo comunicativo manifesta-se também na impossibilidade de ser(em) representado(s) por um pronome pessoal átono (cf. Chafe, 1976):

(34) P: Quem é que o professor chamou?

R: * O professor chamou-nos.

R: O professor chamou-nos a nós.

Frequentemente, o enunciado não marca claramente as funções de *dado* e *novo*, podendo gerar uma ambiguidade informativa que o receptor terá de desfazer. Neste caso, o ouvinte recorrerá ao contexto ou à situação para identificar as funções informativas, anulando a ambiguidade. Por exemplo, o enunciado (35), não constituindo uma resposta explícita, pode responder a várias perguntas hipotéticas (35a), (35b), (35c), uma vez que não possui as funções de *dado* e *novo* delimitadas:

³³ Gutiérrez Ordóñez (1997: 27-28) propõe alguns testes que permitem identificar as funções de informação conhecida e informação nova, como a utilização do conector *mas refutativo*, ou *mas_{sn}*, (utilizado em estruturas do tipo *Não A mas B*) e a utilização da interrogativa disjuntiva (*A ou B?*), uma vez que apenas a informação nova permite estas estruturas.

(35) O Pedro escreveu um romance.

(35a) O que aconteceu?

(35b) O que fez o Pedro?

(35c) O que escreveu o Pedro?

Só em função do contexto ou da situação o enunciado poderá ser correctamente interpretado, permitindo que o ouvinte infira qual a informação nova: todo o enunciado, *escreveu um romance* ou apenas *um romance*.

Deste modo, é evidente que a identificação das funções informativas não pode ser feita através da posição que ocupam. Com efeito, embora os elementos que desempenham a função de *dado* surjam, normalmente, nos enunciados declarativos, em posição inicial, sendo seguidos pelo *novo*, esta distribuição da informação não é obrigatória. Assim, (35d') poderia responder a (35d), surgindo a informação nova antes da informação conhecida:

(35d') O PEDRO escreveu um romance.

(35d) Quem escreveu um romance?

Sempre que o *novo* surge nesta posição não habitual, é-lhe associada uma outra função informativa: o *foco*, marcado em (35d') pelo acento de intensidade.

Verificamos, assim, que a generalidade dos enunciados é constituída por dois grandes blocos informativos que contrastam entre si. As funções informativas *dado* e *novo* relacionam esses dois blocos, pelo que “[...] poseen *dimensión sintagmática*, combinatoria [...]” (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 21).

3.2.3. Foco

A função informativa *foco* permite pôr em relevo um determinado segmento do enunciado, com o intuito de “llamar la atención del receptor con el fin de vencer en éste una predisposición contraria o simplemente de subrayar su importancia en el proceso informativo en que se hallan inmersos” (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 34).

Qualquer enunciado pode ser pronunciado sem se recorrer a esta função, não se enfatizando nenhum dos functivos (36), uma vez que o *foco* é uma função informativa opcional. No entanto, se o falante presumir que o seu interlocutor pensa, por exemplo, que foi outro aluno que faltou, como a Joana ou o Rui, sentirá necessidade de realçar o functivo *Luísa*, sujeito da frase, para que o destinatário o interprete como uma ‘correção’, e não como um engano (37):

(36) A Luísa faltou ao exame.

(37) A LUÍSA faltou ao exame.

Deste modo, ao marcar prosodicamente o elemento ‘A Luísa’, o locutor pretende “signaler que l’élément posé comme tel [...] fait en même temps l’objet d’une sélection, exclusive ou privilégiant” (Perrot, 1994: 19).

Embora os elementos focalizados sejam, geralmente, informação nova, qualquer segmento frásico pode ser realçado fonologicamente, sendo mesmo possível destacar vários simultaneamente:

(38) A LUÍSA [e não a Joana] faltou ao EXAME [e não à frequência].

Esta função tem, portanto, natureza paradigmática, uma vez que opõe um elemento do enunciado a todos os outros que poderiam figurar naquele lugar.

Além do acento de intensidade, a função informativa *foco* pode ser marcada através de vários procedimentos sintáticos e lexicais. A nível sintático, é possível estabelecer o foco de atenção informativa sobre um determinado constituinte através da ordem dos sintagmas (cf. Capítulo II) ou de construções equacionais, equandicionais³⁴ e outras estruturas de ênfase. No plano lexical, é possível marcar o foco através da repetição de palavras e da utilização de determinados vocábulos (cf. Gutiérrez Ordóñez, 1997: 36-37).

4. Síntese

Ao longo dos séculos, a sintaxe foi sendo consolidada como uma das principais, senão mesmo a principal, áreas de estudo das línguas. Por esse motivo, os seus instrumentos de análise, conceitos como *sujeito* e *predicado*, criaram raízes profundas nos estudos linguísticos, tendo sido alvo de diversas definições, cuja imprecisão permitia abarcar noções que, não pertencendo ao campo da sintaxe nem tendo sido ainda objecto de investigação, eram intuídas como importantes na análise de uma língua. É assim que surgem definições de *sujeito* baseadas em critérios semânticos – “aquele que desempenha a acção” – ou informativos – “aquilo de que se fala” –, que dominaram os estudos tradicionais das línguas.

Com a evolução da ciência linguística surgiu a necessidade de delimitar as suas diferentes vertentes de análise, tendo-se assistido também à busca de uma definição mais rigorosa de sujeito, estribada em critérios sintáticos,

³⁴ Gutiérrez Ordóñez (1994) denomina por ‘equandicionais’ estruturas que, à semelhança das equacionais, se constroem em torno do verbo *ser* e permitem destacar um segmento frásico. No entanto, ao contrário destas, não possuem uma oração relativa, mas sim uma condicional:

(i) Se alguém faltou ao exame foi a Luísa.

formais. Isolado este conceito sintáctico, apareceram vários termos para designar as funções desempenhadas no plano da semântica pelo mesmo elemento com função de sujeito, destacando-se os trabalhos de Fillmore (1968), Contreras (1976), Dik (1978) e, mais recentemente, Guillermo Rojo (1983). Seguindo a proposta deste último autor, atribuímos ao functivo sujeito as funções semânticas de *agente*, *causativo*, *experimentador*, *término* (resultante e afectado), *receptor* e *instrumental*.

Os trabalhos realizados pelos linguistas da Escola de Praga abriram um novo caminho nos estudos linguísticos, ao revelarem um terceiro estrato de análise linguística: o informativo. Com efeito, a teoria da Perspectiva Funcional de Frase propôs que a organização dos enunciados dependia da intenção comunicativa do falante, tendo utilizado termos como *tema* e *rema* para designar, respectivamente, a informação partilhada pelos interlocutores e a informação nova, a possuidora de maior “dinamismo comunicativo”. As investigações que se realizaram posteriormente levaram, como é hábito, ao surgimento de novos termos, como *tópico*, *comentário*, *suporte*, *aporte* ou *foco*, e a novas definições dos termos antigos, gerando-se uma babel terminológica que em nada facilita os estudos desta área. Por este motivo, apresentámos uma definição das várias funções informativas, baseada em trabalhos realizados no seguimento dos precursores checos.

A POSIÇÃO DO SUJEITO NA ORDEM DOS CONSTITUINTES

1. Reflexões sobre a Posição do Sujeito na Língua Portuguesa

A questão da posição do sujeito foi escassamente estudada pelos gramáticos, sendo normalmente inserida na problemática mais abrangente da ordem dos sintagmas. Por esse motivo, este assunto é tradicionalmente referido como ‘inversão do sujeito’, expressão que evitaremos por pressupor uma deslocação deste functivo relativamente à sua posição ‘normal’ – antes do verbo –, nas chamadas línguas SVO, onde normalmente se inclui o português. Preferimos, por isso, falar de ‘posposição do sujeito’ relativamente ao verbo quando aquele está à direita deste e de ‘anteposição’ sempre que apareça à sua esquerda.

Procederemos, em seguida, a uma análise de gramáticas de língua portuguesa, com o objectivo de verificar o que é afirmado sobre o assunto em estudo. Considerámos pertinente dividir tal análise em dois grupos, segundo o local de edição – Portugal ou Brasil –, e organizá-los tendo em conta a sua cronologia, embora esta sequência possa, se necessário, ser alterada. Deste modo, partir-se-á das gramáticas mais antigas para as mais modernas, tentando dar conta de uma possível evolução no pensamento gramatical relativamente a esta questão.

A inexistência de gramáticas datadas dos períodos mais remotos da língua levou à inclusão de dois estudos da segunda metade do século XX que se debruçam sobre o português arcaico.

1.1. *Gramáticas Publicadas em Portugal*

De acordo com os estudos existentes sobre períodos mais antigos da língua portuguesa, a utilização de estruturas em que o sujeito aparece à direita do verbo era já comum no português arcaico, cujas construções com verbo transitivo permitiam as seguintes seis disposições: SVC, SCV, VSC, VCS, CVS e CSV (Huber, 1884: 283; Pádua, 1960; Silva, 1989). Os trabalhos de Maria da Piedade Mariz de Pádua (1960) e de Rosa Virgínia Mattos Silva (1989) fornecem dados sobre o uso mais ou menos comum de cada uma destas possibilidades, completados no estudo mais recente por uma quantificação da sua frequência.

Na sua monografia, marcada pela, então em voga, “psicologia linguística”, Maria da Piedade Pádua (1960) reconhece o carácter frequente das construções com sujeito anteposto (a que chama “ordem directa”) e posposto (que designa por “ordem inversa”) no português arcaico¹, afirmando mesmo que “A ordem directa está, efectivamente, nas origens mais recuadas destes idiomas [...]” (*idem*: 43). No entanto, também admite que a disposição Verbo + Sujeito + Complemento é “um dos tipos de construção mais frequentes do português arcaico” (*idem*: 90), concluindo que “foi uma construção de sempre, que existiu desde os tempos mais antigos, quer dizer, uma construção mais ou menos constante e fixa, apesar do desenvolvimento e da individualização da língua” (*idem*: 133).

A posição teórica assumida pela autora leva-a a considerar que a “ordem directa” é aquela que “traduz, sem alteração, o desenvolvimento dum raciocínio” (*idem*: 41). Já a “ordem inversa” “Reflecte mais um sentimento do que um raciocínio”, sendo dominada por factores “de carácter afectivo, e não intelectual” (*idem*: 92).

¹ O seu estudo utiliza sobretudo textos dos séculos XIV e XV, que são confrontados com o latim, o francês antigo e o português contemporâneo.

Este estudo tem o mérito de reunir as construções com posposição do sujeito no português arcaico, embora o quadro teórico adoptado conduza a afirmações incorrectas, como as explicações de “ordem afectiva” ou estilística para as posposições motivadas por factores quer sintácticos, como alguns casos de interrogativas directas, quer semânticos, como a classe do verbo, quer comunicativos.

No trabalho de Rosa Silva (1989), o estudo da ordem dos sintagmas é dividido em quatro partes: enunciados afirmativos, negativos, interrogativos e subordinados, sendo, também, levada em linha de conta, em cada um deles, a representação do sujeito e do complemento. A quantificação de cada uma das disposições, permite que a autora conclua o seguinte:

[...] a disposição menos marcada é SVC, que é também a mais frequente, sendo mais marcadas aquelas disposições em que o sujeito sucede o verbo e/ou o complemento representado por sintagma nominal antecede o verbo.

(Silva, 1989: 836)

As explicações para a ocorrência do sujeito à direita do verbo são limitadas a factores sintácticos ou semânticos, embora se reconheça que esta disposição dá maior realce no enunciado ao sujeito.

Na sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*, Jeronymo Soares Barbosa (1830) dedica um capítulo ao fenómeno de posposição do sujeito, procurando explicá-lo através da comparação com estruturas que utilizam a ordem sujeito-verbo.

Depois de distinguir entre sintaxe e construção², descreve as construções direita e invertida, ambas possíveis nas línguas naturais:

A direita he aquella, em que as palavras e as orações seguem a mesma ordem de sua syntaxe, referindo-se cada huma successivamente áquella, que lhe precede immediatamente, de sorte que o sentido nunca fica suspenso, antes se vai percebendo á medida, que se vai ouvindo, ou lendo. A invertida pelo contrario he aquella, em que se muda a ordem da syntaxe, e as palavras e orações ou regidas, ou subordinadas vão primeiro que as que as regem, ou subordinão, de sorte que o sentido vai suspenso.

(Barbosa, 1830: 412)

Segundo o autor, nenhuma destas construções é melhor do que a outra, sendo ambas “*naturaes*, porque ambas são necessarias, e usadas, mais ou menos em todas as linguas” (*idem*: 413). Acrescenta ainda que só se poderia chamar “natural” a uma delas se essa construção correspondesse à “ordem das ideas em os pensamentos”, o que não é possível porque “as ideas de qualquer pensamento são simultaneas no espirito” (*idem: ibidem*).

Depois de descrever a “construção direita” como aquela em que o sujeito precede o verbo e este os complementos, J. S. Barbosa define a “construção invertida”:

² “A syntaxe não consiste senão nos signaes escolhidos por qualquer lingua para indicar as correlações e relações das ideas, exprimidas pelas palavras. A construcção porêem consiste nos diferentes arranjos e collocações, que se podem fazer destas mesmas palavras na oração, salvas suas concordancias e regencias. Ora, como estes arranjos das palavras e das frases podem variar segundo as diferentes disposições, que ou pede a necessidade da enunciação, ou se permite o genio do escriptor, as construcções são também diferentes; porêem a syntaxe fica sempre a mesma” (Barbosa, 1830: 411-412).

A construcção invertida he a contraria á direita. Esta pede o sujeito antes do verbo, aquella depois; esta põe o adjectivo antes do substantivo, e o adverbio depois do adjectivo, aquella dantes; esta põe os complementos depois de seus antecedentes, aquella dantes; [...].

(Barbosa, 1830: 422)

É de salientar a separação das “inversões” em dois grupos, segundo o seu carácter obrigatório ou facultativo³:

As inversões humas vezes são *necessarias*, e outras *uteis*. São necessarias para *approximar* mais as ideias relativas; para evitar as *Amphibologias*; para dar força aos *Contrastes*; para ajuntar em *hum pensamento* total muitos parciaes; e para certas *fórmãs de expressão*, que não admittem construcção direita.

[...]

Mas ainda sem necessidade se costumão ellas fazer pela utilidade, que das mesmas resulta, ou para variar a fôrma das construcções, e evitar assim a monotonia; ou para apresentar e pôr desde logo á vista huma idea importante, que nos occupa, e queremos occupe tambem o espirito dos ouvintes; ou finalmente para desempençar mais a marcha da oração, e dar-lhe assim mais facilidade, graça e harmonia.

(Barbosa, 1830: 422)

Note-se, porém, que o autor apresenta exemplos de “inversão necessária” que consideramos sintacticamente não obrigatórios e, inversamente, exemplos de “inversão útil” que julgamos obrigatórios. É o caso do exemplo apresentado para ilustrar as inversões que servem “para dar força aos *Contrastes*” (1):

³ O termo ‘facultativo’ significa apenas a não obrigatoriedade sintáctica ou semântica da posposição.

- (1) “Crescerá com a nossa paciencia o seu atrevimento”. (Barbosa, 1830: 426)

Obviamente, a anteposição do sujeito ao verbo (1') não gera uma frase agramatical, pelo que a sua posposição não pode ser considerada obrigatória, do ponto de vista sintáctico. No entanto, como teremos oportunidade de explicar ao longo deste estudo, não é absolutamente facultativa a utilização de uma ou de outra construção, uma vez que, do ponto de vista informativo, há diferenças entre elas.

- (1') O seu atrevimento crescerá com a nossa paciencia.

Pelo contrário, uma das construções apresentadas para exemplificar as “inversões úteis” – (2) – causa-nos estranheza, pelo seu carácter obrigatório, e não facultativo, como seria de esperar. A obrigatoriedade dessa construção é-nos confirmada pela agramaticalidade gerada pela anteposição do sujeito (2'):

- (2) “De perverter-se a ordem das couzas, e levarem ás vezes ao fundo o proveito publico respeitos particulares, e fazer sizo de accomodar as couzas a pertenções, nascem as injustiças, e todos os males.” (Barbosa, 1830: 428)

- (2') * De perverter-se a ordem das couzas, [...], as injustiças, e todos os males nascem⁴.

Apesar de não fazer uma análise sistemática das estruturas “invertidas”, a gramática de J. S. Barbosa é notável pela distinção que faz entre construção direita e invertida e entre “inversões” necessárias e úteis, bem como pela

⁴ Parece-nos que a atribuição de um acento de intensidade aos elementos que desempenham a função de sujeito tornaria a frase mais aceitável: “De perverter-se a ordem das couzas, [...], as INJUSTIÇAS, e todos os MALES nascem”.

caracterização contextual destas estruturas. É de salientar ainda o carácter “natural” atribuído a ambas as construções, explicado pela forma como “o espírito concebe as couzas”, bem como o reconhecimento da relação existente entre a importância da informação a transmitir e a sua posição na frase.

A consideração de todos estes factores no estudo das estruturas com posposição do sujeito não encontra paralelo em gramáticas posteriores. É o caso da *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa*, na qual Epifânio da Silva Dias se limita a referir as “ordens da construção” e alguns dos contextos em que o sujeito é posposto ao verbo: “As palavras podem dispôr-se pela ordem *directa*, *inversa* e *transposta* (ou *interrupta*)” (Dias, 1869: 134).

Afirma que, na “ordem *directa*”, o sujeito deve ocupar o lugar antes do verbo, excepto nas orações imperativas, interrogativas e optativas. Embora apresente alguns exemplos, não é feito um estudo exaustivo de cada uma destas estruturas.

Relativamente à “ordem *inversa*”, o autor limita-se a enunciar a posição dos termos: “Vae o *subjeito* depois do *verbo*, o *adjectivo* depois do *substantivo*, e o *verbo* depois dos *complementos*” (*idem*: 136). Em seguida, enumera os principais motivos para a ocorrência destas construções:

As razões principaes das *inversões* são as seguintes:

1ª (clareza). – Aproximar ideas correlativas, prevenindo assim ambiguidades.

2ª (força). – Contrastar pensamentos oppostos, e apresentar ideas importantes no logar onde mais toquem o espirito.

3ª (graça). – Variar e amenisar a forma do discurso, dando-lhe graça e harmonia.

4ª (energia). – Ligar e coordenar as orações de modo que claramente se perceba o pensamento total.

(Dias, 1869: 137)

A inexistência de exemplos ilustrativos de cada uma das razões não permite tornar estas explicações menos obscuras. Numa nota pé de página é, no entanto, feita uma observação que, pela sua importância, transcrevemos:

A regra que devemos seguir nas inversões é a seguinte: Compenetrar-nos bem do objecto que quizermos enunciar, distinguindo nelle os pontos principaes e que mais nos toquem o espirito; e segundo o maior grau de sua importancia os iremos collocando *nos logares mais salientes da phrase, que são o rosto e o fecho.*

(Dias, 1869: 137; sublinhado nosso)

Embora J. S. Barbosa já tivesse relacionado a importância atribuída pelo falante a uma determinada informação e a sua posição na frase, não tinha sido ainda referida a maior importância comunicativa do início e final da frase. Pela primeira vez nos estudos do português, é, explicitamente, feita uma articulação que, mais tarde, viria a ser objecto de estudo do Círculo Linguístico de Praga.

Alguns anos depois, na sua *Syntaxe Historica Portuguesa*, E. S. Dias volta a debruçar-se sobre a colocação das palavras na frase, introduzindo a noção de ênfase para explicar a ordem “natural” das palavras: “A collocação mais simples (quero dizer, sem emphase) das palavras na or., consiste em ir primeiro o sujeito com suas pertenças, depois o predicado; [...]” (Dias, 1918: 324). Ao contrário do que acontecera na obra anterior, são aqui introduzidos vários contextos de posposição do sujeito.

Embora Epifânio Dias não divida as “posposições” em obrigatórias e facultativas, é possível fazer esta distinção com base na linguagem que utiliza, uma vez que em alguns casos refere a posposição não enfática (1.) (depreende-se, obrigatória) e noutros refere a posposição enfática (depreende-se, facultativa). Além disso, a utilização do verbo modal ‘poder’ e do advérbio ‘normalmente’ em algumas regras (2.) deixam perceber também o

seu carácter opcional, por oposição a outras em que é bastante mais categórico (3.):

1. “Quando o sujeito é um nome não precedido do artigo definido, pospõe-se, não havendo emphase:

1) aos verbos *existir, apparecer, occorrer*, e aos de significação semelhante.

[...].”

2. “Nas phrases do typo de: *O que eu digo é que* —, pode o sujeito da or. relativa transpôr-se emphaticamente para o principio da phrase:

o concilio o que fez foi annular em geral os casamentos [...].”

3. “Nos participios absolutos, o sujeito colloca-se depois do participio⁵ (em tempo composto, depois do auxiliar, ou depois de todo o participio) [...]:

Acabada a solemnidade daquelle acto [...] se partio Martim Affonso para cochim [...].”

(Dias, 1918: 325; 326)

O facto de Epifânio Dias não distinguir explicitamente as posposições obrigatórias das opcionais, aliado à falta de exemplos ilustrativos de algumas regras, permite-nos interpretar, erradamente, certas construções como agramaticais. Assim, por exemplo, a não observação da regra 4. não gera obrigatoriamente uma frase agramatical:

⁵ Esta regra é considerada por Epifânio Dias do “port. moderno, mas observada por todos os bons escriptores; anteriormente o sujeito antepunha-se ou pospunha-se indifferentemente” (Dias, 1918: 327).

4. “Quando os pron. *isto, isso, aquilo, o mesmo, e este, esse, aquela, o mesmo* (com os seus substantivos), sendo complementos do predicado, se transportam emphaticamente para o principio da or. (principal), o sujeito pospõe-se ao verbo:

Isto fazẽ os principes alheos de soberba [...].”

(Dias, 1918: 325)

Com efeito, não podemos considerar a frase (3) agramatical, principalmente se atribuirmos um acento de intensidade a algum dos seus constituintes [(4) e (5)]:

(3) Isto os príncipes [...] fazem.

(4) ISTO os príncipes [...] fazem.

(5) Isto OS PRÍNCIPES [...] fazem.

Apesar das falhas apontadas, esta gramática de Epifânio Dias tem a vantagem de apresentar um grande número de contextos em que ocorre a posposição do sujeito. Além disso, e ao contrário do que acontece na sua obra anterior, o autor evita o termo “inversão”, preferindo falar de posposição do sujeito.

Ribeiro de Vasconcellos ([?]1900: 208) limita-se a chamar a atenção para o facto de a inexistência das desinências casuais na língua portuguesa limitar a “liberdade de transposição do latim”, havendo “uma ordem natural da língua, chamada *ordem directa* [...]”. Esta ordem pode, porém, não ser cumprida, desde que não provoque “amphibologia ou obscuridade”, permitindo “dar elegância e vigor ao discurso, evitando a monotonia e tornando variada a construção” (*idem: ibidem*). Com esta afirmação, o autor parece reconhecer a relativa liberdade na ordem de sintagmas existente na nossa língua, o que permite enriquecer o discurso, não estilisticamente, acrescentaríamos, mas do ponto de vista informativo.

Na *Grammática Portuguesa*, este autor debruça-se um pouco mais sobre o assunto, definindo “ordem directa” como sendo aquela em que “em primeiro vai o sujeito com os seus determinantes, quando os haja; depois o predicado com os determinantes que tiver; o verbo é a primeira palavra do predicado” (1920: 244).

O uso da “ordem indirecta” é explicado pelo autor por razões estilísticas, embora às vezes também seja utilizada “por necessidade, [...] [havendo] casos até, em que a ordem indirecta é a mais commum”. No entanto, estes últimos casos não são explorados, não se referindo o que pode provocar a “necessidade” de uso da “ordem indirecta”.

Em suma, Ribeiro de Váscónceloz não refere factores sintácticos que determinem a utilização de uma “ordem indirecta”, concluindo que “A lei mais geral da collocação é a da *clareza*. Devemos dispôr na proposição as palavras por fôrma tal, que o sentido fique óbvio, e não haja ambigüidade, nem dificuldade em entender o que se diz ou escreve” (*idem: ibidem*). Deste modo, a utilização de uma ou de outra ordem parece depender unicamente do critério do falante, não afectando aquilo que se pretende comunicar, o que, na verdade, não acontece, como teremos oportunidade de demonstrar.

Mais recentemente, Celso Cunha e Lindley Cintra, na sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, abordam a questão da ordem dos sintagmas, fazendo referência à “ordem directa”⁶ e à “ordem inversa”. Segundo estes autores, a “ordem directa” é a predominante, no entanto é possível “alterar a ordem normal dos termos da oração. Há mesmo certas inversões que o uso consagrou, e se tornaram para nós uma exigência gramatical” (Cunha e Cintra, 1994: 162).

As “inversões” aparecem nesta obra divididas em dois grupos: as de natureza estilística e as de natureza gramatical. No entanto, esta divisão não

⁶ Na “ordem directa”, “os termos da oração dispõem-se preferentemente na sequência:

SUJEITO + VERBO + OBJECTO DIRECTO + OBJECTO INDIRECTO

ou

SUJEITO + VERBO + PREDICATIVO” (Cunha e Cintra, 1994: 162).

equivale a posições facultativas e obrigatórias, uma vez que as “inversões de natureza gramatical” incluem também construções sintacticamente opcionais. Assim, as frases (6) e (7) são utilizadas, respectivamente, para ilustrar a “inversão” nas “orações interrogativas” e nas “orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio”, sendo, porém, a primeira sintacticamente obrigatória e a segunda opcional, como a seguir se demonstra:

(6) “Onde está a estrela da manhã?” (Manuel Bandeira, *PP*, I, 233; *apud* Cunha e Cintra, 1994: 163).

(6') * Onde a estrela da manhã está?

(7) Acabada a lengalenga, pretendi que bisasse. (Aquilino Ribeiro, *CRG*, 16; *apud* Cunha e Cintra, *idem*: 165).

(7') A lengalenga acabada, pretendi que bisasse.

De notar, todavia, que mesmo uma pergunta como (6) pode ver a ordem dos constituintes alterada, bem como, conseqüentemente, o seu efeito comunicativo. Este facto impede-nos de falar, também para estes casos, de “inversão” obrigatória⁷:

(6'') A estrela da manhã está onde?

Finalmente, os autores aludem ainda à possibilidade de não posição do sujeito em algumas das “inversões de natureza gramatical”, ao terminar a apresentação de vários contextos que permitem a “inversão verbo + sujeito” com a seguinte observação:

⁷ Esta questão será aprofundada na secção dedicada à análise dos enunciados interrogativos (cf. Capítulo III).

Embora nos casos mencionados a tendência da língua seja manifestamente pela inversão VERBO + SUJEITO, em quase todos eles é possível – e perfeitamente correcta – a construção SUJEITO + VERBO.

(Cunha e Cintra, 1994: 166)

Lamentavelmente, não são clarificadas as situações em que a anteposição é possível nem explicados os efeitos informativos de uma e outra ordem dos sintagmas.

Quanto às “inversões de natureza estilística”, os autores atribuem-nas unicamente à ênfase, podendo, portanto, ser consideradas facultativas: “o realce do SUJEITO provoca geralmente a sua posposição ao VERBO” (*idem: ibidem*). Neste grupo é ainda incluído o “realce do predicativo, do objecto (directo ou indirecto) e do adjunto adverbial” (*idem: 163*). Na verdade, porém, como veremos posteriormente, nem mesmo estas posposições são facultativas, uma vez que carregam diferentes efeitos comunicativos.

Curiosamente, são apresentados neste grupo exemplos semelhantes a outros do grupo das “inversões de natureza gramatical”, não sendo perceptível por que razão a frase (8) exemplifica o “realce do predicativo” e a (9) a “inversão verbo + sujeito nas orações que se iniciam pelo predicativo, pelo objecto (directo ou indirecto) ou por adjunto adverbial”, incluída nas “inversões de natureza gramatical”:

(8) Fraca foi a resistência. (Ciro dos Anjos, *MS*, 313; *apud* Cunha e Cintra, 1994: 163).

(9) Este é o destino dos versos. (Fernando Pessoa, *OP*, 165; *apud* Cunha e Cintra, *idem: 165*).

Por outro lado, também não se compreende por que motivo na frase (8) há antecipação do predicativo e não posposição do sujeito, como em (9).

A falta de critérios sintácticos claros, aliada à não referência ao plano informativo, prejudica, assim, a clareza da descrição e explicação dos fenómenos estudados.

As autoras da *Gramática da Língua Portuguesa* (Mateus *et al.*, 1989) não dedicam muitas páginas ao estudo das estruturas em que há posposição do sujeito, fazendo referência a este fenómeno em partes distintas da sua obra.

A terceira parte desta gramática, dedicada à descrição dos “Aspectos sintácticos da gramática do Português”, inicia-se com uma listagem de propriedades sintácticas da variedade europeia, onde se afirma que “o Português é uma **língua SVO**, ou seja, é uma língua em que a ordem básica de palavras é Sujeito – Verbo – Objecto(s)” (*idem*: 157). Esta noção de que “os constituintes ocorrem segundo uma dada **ordem linear**” (*idem*: 160) é “comprovada” pela enunciação dos dez “esquemas relacionais” existentes nas frases básicas do Português⁸. Curiosamente, nenhum destes esquemas apresenta o sujeito em posição pós-verbal, o que nos permite concluir, erradamente, que esta construção apenas ocorre por motivos de “marcação prosódica ou sintáctica”. Mais adiante, porém, é afirmado que “[SU V X] é o esquema característico de frases em que o predicador é um **verbo de um lugar**, cujo único argumento nuclear ocorre como SU final” (*idem*: 172). No entanto, não são fornecidas quaisquer explicações para a ocorrência do sujeito à direita do verbo nem exemplos que a ilustrem.

Num capítulo posterior, dedicado à frase simples, é incluído um subcapítulo com o título “*Sujeito nulo, inversão do sujeito e se nominativo*”, onde apenas se constata que “O Português, sendo uma língua de SU nulo, admite inversão do sujeito [...]” (*idem*: 212). Para exemplificar esta constatação são dadas duas construções com o verbo “trabalhar”, uma com sujeito

⁸ Por “frases básicas”, as autoras consideram as “frases declarativas positivas simples não marcadas – i.e., sem constituintes afectados por processos de marcação prosódica ou sintáctica” (Mateus *et al.*, 1989: 160), sendo os seus “esquemas relacionais” os seguintes: SU V OD OI X; SU V OD OBL X; SU V OD X; SU V OD PRED_{OD} X; SU V OI X; SU V_{PRED} SU X; SU V_{PRED} PRED_{SU} OBL X; SU V OBL X; SU V X; V X. (*idem*: 170-171).

pré-verbal e outra com sujeito pós-verbal, não se avançando, porém, qualquer explicação para a possibilidade de ambas as construções.

A classificação de determinados verbos tradicionalmente chamados intransitivos como “inacusativos”⁹ não permite que se fale, para estas construções, de posposição de sujeito, uma vez que, segundo as autoras, o argumento seleccionado por estes verbos tem um comportamento semelhante ao complemento directo, em contraste com os “verbos inergativos”:

1. possibilidade de “construção com particípio absoluto” (10), ao contrário dos verbos “inergativos” (11):

(10) (a) *Chegado* (o João) vs. (o João)_{SU} *chegou*. (Mateus *et al.*, 1989: 173)

(b) *Revistas* (as provas) vs. (o João)_{SU} *reviu* (as provas) _{OD}.
(*idem: ibidem*)

(11) (a) * *Trabalhado* (o João) vs. (o João)_{SU} *trabalha*. (*idem: ibidem*)

(b) * *Revisto* (o João) vs. (o João)_{SU} *reviu* (as provas) _{OD}.
(*idem: ibidem*)

2. possibilidade de as formas participiais ocorrerem como predicativo ou atributo:

(12) (a) O rapaz está *desmaiado*. / O rapaz *desmaiado*... (*idem: ibidem*)

(b) A janela está *fechada*. / A janela *fechada*... (*idem: ibidem*)

⁹ “[...] na tradição gramatical chamava-se ‘intransitivos’ aos verbos de um lugar que apenas seleccionam um argumento externo [...]. Deste modo, os verbos inacusativos [...] não são verbos intransitivos porque seleccionam um argumento interno, nem são verbos transitivos porque não seleccionam argumento externo” (Mateus *et al.*, 1989: 174).

Na lista dos verbos inacusativos, incluem os seguintes: acontecer, aparecer, cair, chegar, crescer, desaparecer, desmaiar, morrer, nascer, ocorrer, surgir.

(13) * O rapaz está *rido*. / O rapaz *rido*... (*idem: ibidem*)

3. impossibilidade de formar nomes com o sufixo *-or*:

(14) desmaiar – * desmaiador (*idem: 174*)

(15) informar – informador (*idem: 173*)

Apesar destas semelhanças com o complemento directo, as autoras reconhecem que o argumento dos “verbos inacusativos”, por um lado, não pode ser comutado pelo clítico complemento directo (16), mas sim pelo pronome sujeito (17), e, por outro, há concordância com o verbo (18), características formais da função ‘sujeito’:

(16) Os miúdos chegaram. / Chegaram os miúdos. > * Chegaram-*nos*.
(*idem: 213*)

(17) *Eles* chegaram. / Chegaram *eles*. (*idem: 213*)

(18) * Os miúdos *chegou*. / * *Chegou* os miúdos. (*idem: 213*)

Além disso, a aplicação de outros testes fornecidos pelas autoras comprovam também o estatuto sintáctico de sujeito dos verbos mencionados. Senão vejamos:

a) “Construção de uma **estrutura clivada** em que o SU ocorra em posição de contraste e os restantes constituintes mantenham a posição inicial (*Ser SU que X*)” (*idem: 162*):

(19) Foi *o João* que trabalhou / desmaiou.

b) “Construção de uma **estrutura pseudoclivada** segundo o esquema:

$$\left\{ \begin{array}{l} \textit{quem} \\ \textit{o que} \end{array} \right\} \text{ SV ser SU'' (idem: 163):}$$

(20) Quem trabalhou / desmaiou foi o João.

- c) “Formulação de uma **interrogativa de instanciação** sobre o constituinte SU (segundo o esquema $\left\{ \begin{array}{l} \textit{quem} \\ \textit{o que} \end{array} \right\}$ SV?), que constitui a resposta não redundante” (idem: *ibidem*):

(21) P: Quem trabalhou / desmaiou?

R: O João.

Com efeito, a aplicação destes testes a qualquer um dos verbos classificados como inacusativos comprova o estatuto sintáctico de sujeito do argumento seleccionado pelo verbo.

Na nossa opinião, a explicação para o diferente comportamento destes verbos intransitivos reside no plano semântico, e não no sintáctico. Ou seja, o facto de admitirem a construção participial e a ocorrência das formas participiais em função predicativa ou atributiva deve-se ao facto de os sujeitos destes verbos não desempenharem o papel semântico de agente (no sentido de não desempenharem deliberadamente uma acção). Todos os argumentos com a função de sujeito dos verbos listados pelas autoras como “inacusativos” são, semanticamente, o término da acção que está configurada no monema verbal, e não causadores intencionais da acção. Por este mesmo motivo, não é possível formar nomes com o sufixo *-or* a partir destes verbos, uma vez que este sufixo indica o agente ou instrumento da acção.

Num outro subcapítulo, a questão da posposição do sujeito é tratada marginalmente, a propósito das frases interrogativas. Assim, relativamente à interrogativa global, afirma-se que “sintacticamente [...] pode não apresentar qualquer modificação em relação à declarativa correspondente, apenas se distinguindo dela por uma curva de entoação específica. [...] Mas pode

apresentar uma ordem de palavras diferente das frases declarativas [...]” (*idem*: 238). Embora se apresentem exemplos ilustrativos, não é clarificado o facto de algumas interrogativas permitirem ambas as construções – (22) e (23) –, enquanto outras só admitem uma delas (24):

- (22) A Joana escreveu?
- (22') Escreveu a Joana?
- (23) O João terá chegado a tempo?
- (23') Terá chegado o João a tempo?
- (23'') Terá o João chegado a tempo?
- (23''') Terá chegado a tempo o João?
- (24) Terá sido ele?
- (24') * Terá ele sido?
- (24'') * Ele terá sido?¹⁰

Por outro lado, não é explicada a diferença existente entre as construções possíveis. Na verdade, a diferente posição do sujeito na frase implica diferentes interpretações, questão que aprofundaremos no terceiro capítulo. Assim, a pergunta (22) seria feita num contexto em que se está à

¹⁰ A impossibilidade de (24') e (24'') parece estar dependente de factores não só informativos como semânticos, uma vez que se trata de um verbo copulativo e não predicativo – o verbo *ser* apenas predica em usos excepcionais como ‘Deus é’ ou ‘O João não é parvo nem esperto, simplesmente é’ –. A agramaticalidade de (24') deve-se ao facto de o predicado desempenhar a função de *novo*, encontrando-se o pronome, *dado*, focalizado. Uma vez que o verbo *ser* é semanticamente pobre, é necessária a presença de um constituinte que especifique o seu valor, de modo a viabilizar o enunciado – (i) –. A mesma explicação é válida para (24''), sendo a única diferença o facto de o pronome não se encontrar focalizado. Deste modo, a introdução de um constituinte com estatuto predicativo tornaria ambos os enunciados possíveis:

- (i) Terá ele sido pintor?
- (ii) Ele terá sido pintor?

Já em (24) – enunciado apenas possível em contexto –, o predicado desempenha a função informativa *dado*, razão pela qual o atributo pode estar omitido, tendo apenas o pronome a função de *novo*.

espera que apenas a Joana escreva, enquanto (22') corresponderia a um contexto em que se espera várias pessoas escrevam, entre elas a Joana.

Já na abordagem às interrogativas parciais, são referidos os contextos, obrigatórios e facultativos, em que o sujeito aparece à direita do verbo:

São gramaticais as interrogativas com palavras Q em posição inicial em que o SU é nulo, ou, se realizado lexicalmente, aparece em posição pós-verbal: são agramaticais as frases [...] com o SU em posição pré-verbal.

[...]

Nas interrogativas com *é que*, estando COMP ocupado por uma palavra Q, o SN_{SU}, quando realizado lexicalmente, pode ocupar a posição pré ou pós-verbal.

(Mateus *et al.* 1989: 242-243)

São apresentados os seguintes exemplos ilustrativos:

- (25) (a) (O) que estiveste a fazer?
(b) (O) que estiveste tu a fazer?
(c) * (O) que tu estiveste a fazer?
- (25) (a') O que é que estiveste a fazer?
(b') O que é que estiveste tu a fazer?
(c') O que é que tu estiveste a fazer?

Apesar das informações dispersas e das escassas explicações sobre o fenómeno de posposição do sujeito, a *Gramática da Língua Portuguesa* de Mira Mateus *et al.* tem o mérito de apresentar um subcapítulo sobre as estruturas temática e informacional, onde se aborda, naturalmente, a posição dos sintagmas na frase, fazendo-se também a articulação entre estrutura sintáctica e estrutura informativa: “[...] nas frases não marcadas **o sujeito tem**,

em geral, a função pragmática (textual) de tópico e o predicado constitui o comentário acerca desse tópico” (*idem*: 151). Normalmente, o tópico aparece antes do comentário, coincidindo a estrutura tópico – comentário com a estrutura SVO¹¹.

É também referido que a função de foco¹², que pode ser atribuída a qualquer elemento frásico, pode ser marcada por um acento de intensidade ou pela colocação desse elemento no final da frase. O exemplo apresentado envolve a posposição do sujeito:

(26) Telefonou o João. (*idem*: 154)

No entanto, não são exploradas pelas autoras as diferenças comunicativas existentes entre esta construção e uma em que não haja posposição do constituinte ‘o João’. Esta lacuna é, porém, colmatada na edição mais recente da mesma gramática, em que é atribuída uma maior importância aos factores informativos na determinação do sujeito pós-verbal.

Com efeito, na última edição da *Gramática da Língua Portuguesa* (2003), embora se mantenha o predomínio da sintaxe na explicação da ordem dos constituintes na frase – “Em línguas como o português, a relação gramatical final dos constituintes é o principal factor que determina a ordem linear da sua ocorrência” (Mateus *et al.*, 2003: 277) –, ressalva-se a existência de outros factores que condicionam a sequência dos elementos frásicos. Mesmo quando são fornecidas explicações de natureza gramatical para a posição do sujeito à direita do verbo, há o cuidado de articular com o plano informativo: “[...] um sujeito posposto exprime normalmente informação nova” (*idem*: 447).

¹¹ As funções de *tópico* e *comentário* são equivalentes às de *tema* e *rema*, tal como as apresentámos no primeiro capítulo.

¹² “Um foco é, do ponto de vista cognitivo, o **alvo** da atenção dos intervenientes na produção-interpretação de um texto, dado que é ele que acrescenta elementos novos ao espaço cognitivo já apresentado pelo texto” (Mateus *et al.*, 1989 : 153).

A *Gramática da Língua Portuguesa* de Mário Vilela (1995) apresenta uma visão que contrasta com as duas outras gramáticas contemporâneas do português já citadas, ao afirmar que “a ordem das palavras da frase da língua portuguesa é relativamente livre” (Vilela, 1995: 300), sendo condicionada, entre outros factores¹³, pelas “necessidades comunicativas do falante” (*idem: ibidem*). O autor salienta a importância da posição ocupada por cada elemento na definição “[d]as funções de sujeito e complemento, [d]os valores de tópico ou comentário e, evidentemente, [d]o peso comunicativo atribuído a cada um [...]” (*idem: 225*).

No que se refere à posição do sujeito na frase, é afirmado que “o sujeito ocupa normalmente o primeiro lugar” (*idem: 269*), consistindo esta disposição “[n]a forma neutra quanto ao efeito comunicativo: trata-se de uma resposta à expectativa sintáctica normal” (*idem: 303*). Consequentemente, a posposição do sujeito ao verbo acarreta uma “grande valorização comunicativa” (*idem: 304*), como demonstra o seguinte exemplo:

(26) Não falta ao país um povo, falta-lhe sim *um verdadeiro chefe*.
(*idem: ibidem*)

No entanto, “com determinados verbos, como os designados ‘verbos de entrada em cena’ [...], ou os ‘verbos de acontecer’, se o sujeito não tiver sido anunciado anteriormente” (*idem: 269*) a posposição do sujeito é necessária, não aduzindo qualquer efeito comunicativo:

(27) Aconteceram *coisas horríveis* durante a nossa ausência. (*idem: 269*)

Não é referido, porém, nenhum outro contexto sintáctico ou semântico que condicione a posição do sujeito.

¹³ São ainda referidos os seguintes elementos: tipo de estrutura; construção do campo frásico; ligação valencial; valor do elemento frásico e ritmo (Vilela, 1995: 299).

Na segunda edição desta gramática (1999), mais concretamente na secção dedicada à “Gramática de texto e análise do discurso”, Vilela relaciona a estrutura sintáctica com a estrutura informativa, afirmando que “A ordem das palavras, a posição pré-verbal, por exemplo, pode ser indicativa de uma informação mais recente, representando esta ordem um modo de surpreender o ouvinte / leitor” (*idem*: 423). No entanto, o autor não desenvolve este assunto, apesar de, num outro subcapítulo, fazer referência ao tema textual e às estruturas tema–rema.

1.2. *Gramáticas Publicadas no Brasil*

À semelhança dos gramáticos portugueses seus contemporâneos, João Ribeiro (1920) faz uma divisão entre ordem de palavras “directa” e “inversa”¹⁴. No entanto, ao contrário daqueles, associa a escolha de uma ordem ou de outra a questões estilísticas:

Ambas as construcções são peculiares ao portuguez, convindo notar que o respectivo uso não é de todo arbitrario [...].

A *ordem directa* representa a analyse, serve para a linguagem intellectual, philosophica e scientifica. Tem mais clareza e fala mais á razão do que aos sentidos e á imaginação.

A *ordem inversa* representa a synthese, serve para a linguagem do sentimento, da arte e da poesia e finalmente da paixão; é linguagem dos poetas, oradores e historiadores.

(Ribeiro, 1920: 222)

¹⁴ Tal como os outros gramáticos, Ribeiro entende por “ordem directa” aquela em que o sujeito precede o verbo e este o atributo. Na “ordem inversa” as palavras são dispostas de um modo diferente daquele.

Curiosamente, este autor afirma que a “ordem inversa” é mais antiga na língua, tendo sido suplantada pela “ordem directa” em virtude “da decadência clássica, do progresso da cultura científica e notavelmente por causa da influência da literatura francesa” (*idem*: 223). Por isso, conclui, a “ordem inversa” é “a mais natural”.

Esta posição não é, porém, confirmada pelos estudos realizados sobre o português arcaico (Pádua, 1960; Silva, 1989), como já se referiu no início deste capítulo.

Na *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Said Ali (1966) não dedica atenção especial à ordem dos sintagmas, em geral, e à posição do sujeito, em particular. É de salientar, porém, a crítica que faz àqueles que vêem na “oração o reflexo perfeito da criação do pensamento”, pois “um pensamento não se exprime necessariamente da mesma maneira, com o mesmo número de palavras, nas diversas línguas do mundo” (*idem*: 265). Esta posição representa um avanço na reflexão gramatical do português, uma vez que contraria a visão, comum na época, de que a ordem dos sintagmas na frase reproduz a ordem do raciocínio. Lamentavelmente, o autor não aprofunda esta questão.

Ao contrário das gramáticas anteriormente referidas, publicadas no Brasil, a *Moderna Gramática Portuguesa* de E. Bechara (1999) adopta uma posição simultaneamente descritiva e normativa, recorrendo a investigações recentes para buscar uma “atualização no plano teórico da descrição do idioma” (*idem*: 19). No entanto, no respeitante ao fenómeno aqui em estudo, essa actualização não foi conseguida, uma vez que o autor se limita aos tradicionais comentários sobre a posposição do sujeito. Essa atitude é desde logo percebida quando E. Bechara designa por “ordem directa, usual ou habitual” aquela em que os complementos aparecem à direita do verbo e este à direita do sujeito. Sempre que há uma alteração nesta disposição, “A ordem [...] se diz *inversa* ou *ocasional*” (*idem*: 582).

Na listagem de contextos em que o sujeito surge posposto, figuram casos que, pela utilização de expressões modalizadoras, podemos considerar sintacticamente opcionais, ao lado de outros que inferimos serem obrigatórios.

Entre estes últimos aparece a seguinte afirmação: “Nas orações reduzidas de gerúndio e particípio, o sujeito vem depois do verbo” (*idem*: 585). O carácter obrigatório da posposição do sujeito neste contexto é reforçado no capítulo dedicado às orações reduzidas, onde se afirma o seguinte:

No português contemporâneo, o sujeito das orações reduzidas de gerúndio e particípio vem normalmente depois do verbo (nas locuções verbais pode aparecer depois do auxiliar):

[...].

Estariam erradas as construções se colocássemos o sujeito antes do verbo: *o enviado português lidando, o susto findo, a festa acabada*.

(Bechara, 1999: 535)

Ora se o primeiro exemplo apresentado pelo autor não nos oferece qualquer dúvida acerca da sua incorrecção, o mesmo não se pode dizer do segundo e, muito menos, do terceiro. Apesar de condenadas pelos puristas, estas construções, decalques do francês, são usadas, ainda que pouco frequentemente. Também a explicação para a possibilidade de “inversão” está presa à tradição: “Sendo a ordem directa um padrão sintáctico, a ordem inversa, como afastamento da norma, pode adquirir valor estilístico. E realmente se lança mão da ordem inversa para enfatizar esse ou aquele termo oracional” (*idem*: 583). Na verdade, porém, o efeito da utilização da “ordem inversa” ultrapassa muito o simples valor estilístico, tendo consequências importantes ao nível informativo.

2. *(In)Existência de Uma Ordem Básica das Palavras em Português*

Como vimos na secção anterior, todas as gramáticas consultadas referem a existência de uma “ordem de palavras” “normal”, “directa” ou “natural”, que consiste, para o português, na ordem Sujeito–Verbo–Objecto. Pretendemos, agora, reflectir um pouco sobre o conceito de “ordem natural”, apresentando os resultados de alguns dos mais significativos estudos feitos sobre esta matéria.

Com o desaparecimento da flexão casual do latim, a ordem dos sintagmas das línguas românicas tornou-se mais rígida, de modo a permitir a indicação de sujeito e de objecto. Assim, enquanto em latim a frase ‘pater videt puerum’ tem sempre o mesmo significado, qualquer que seja a ordem dos seus elementos¹⁵, o equivalente português é unicamente (1), atribuindo-se a (2) um outro significado, pois “[...] la respectiva posición de los segmentos indica su función, i.e. en términos de experiencia indica sus relaciones mutuas, lo cual impide que sean desplazados a voluntad sin cambiar o menoscabar el mensaje” (Martinet, 1971: 67):

- (1) O pai vê o filho.
- (2) O filho vê o pai.

O mesmo fenómeno não se passa, porém, com uma frase como (3) ou (4):

- (3) O João comeu uma maçã.

¹⁵ A nível comunicativo, porém, a diferente disposição das palavras em latim tem consequências importantes, como é demonstrado no estudo realizado por Dirk Panhuis (1982).

(4) A maçã comeu o João.

Com efeito, se pronunciarmos (4) continuamos a atribuir a função de sujeito ao sintagma *O João*, uma vez que é o único que pode desempenhar o papel semântico de “agente”. Podemos, portanto, concluir que a ordem dos sintagmas pode ser pragmaticamente significativa se os papéis semânticos puderem ser preenchidos indistintamente por um ou outro sintagma [exemplos (1) e (2)], pois a frequência do uso leva a que pragmaticamente se entenda o sintagma antes do verbo como sujeito. Se isso não for possível [exemplos (3) e (4)], a ordem não é importante para o efeito, sendo o conhecimento do mundo que leva o interlocutor a atribuir a função de sujeito apenas ao constituinte com o traço [+ animado].

Apesar da importância, hoje reconhecida, da ordem dos constituintes, esta problemática não foi, durante muito tempo, objecto de estudo, uma vez que os gramáticos antigos acreditavam que a disposição dos sintagmas na frase era apenas o reflexo da ordem natural do pensamento. Com a evolução dos estudos linguísticos, porém, esta questão passou a ser analisada pelos linguistas, destacando-se, entre outras, as contribuições da Escola de Praga, de Joseph H. Greenberg, de Simon C. Dik e de Heles Contreras.

A Escola de Praga foi a primeira a dar atenção especial ao estudo da ordem dos sintagmas, uma vez que se debruçou sobre o fenómeno da distribuição da informação na frase, sendo a principal contribuição a “Perspectiva Funcional de Frase”, proposta por Mathesius e desenvolvida pelo seu discípulo Firbas.

Partindo da ideia de que qualquer frase tem como principal função transmitir ao destinatário uma informação que este não possuía, Mathesius definiu os constituintes frásicos a partir da sua contribuição para essa tarefa. A frase é, assim, composta por duas partes: o *tema*, constituído por elementos que actualizam informação conhecida, limitando-se a recordar um saber já existente, e o *rema*, formado por constituintes que aportam informações novas

relativas à informação ‘já conhecida’¹⁶. Esta distinção determina a ordem dos sintagmas na frase, uma vez que, geralmente, o *tema* constitui o ponto de partida do discurso do falante, começando-se a frase pelos elementos já conhecidos ou mais fáceis de compreender (cf. Vachek, 1960: 31; 73). Uma frase com esta disposição dos elementos tem, segundo Mathesius, uma “ordem objectiva”; caso contrário, a ordem será “subjectiva” (cf. Contreras, 1976: 15)

De um modo geral, *tema* e *rema* correspondem a *sujeito* e *predicado*, uma vez que o sujeito, enquanto entidade, conhecida ou não, que desempenha uma acção (predicado) parece ser comunicativamente menos importante do que a própria acção. No entanto esta equivalência nem sempre está presente. É o caso, por exemplo, das frases com anteposição do complemento directo (5):

(5) Os livros paguei com cartão.

Neste caso, o tema corresponde a ‘os livros’, que desempenha a função sintáctica de complemento directo, e o rema a ‘paguei com cartão’, predicado da frase.

Já com verbos que introduzem na cena uma pessoa ou coisa, o sujeito atrai mais o interesse do destinatário, possuindo mais importância comunicativa do que o verbo e, por isso, desempenhando a função de rema (6):

(6) Apareceram várias pessoas na festa.

A proposta de Mathesius teve continuidade na noção de “dinamismo comunicativo”, introduzida por Jan Firbas. De acordo com este linguista da Escola de Praga, a disposição dos elementos na frase depende do grau de

¹⁶ Esta bipartição frásica já havia sido sugerida por Henri Weil (1879: 25): “L’auteur a mis à la tête de toutes ces propositions des idées générales [...]; il les a fait suivre d’idées spéciales [...]. Les idées générales sont des cadres où l’on pourrait placer tout autre [...] sont des excellentes notions initiales. Le but auquel l’auteur voulait arriver, le véritable objet de la communication, c’étaient les idées spéciales [...]”. É nesta distinção entre “ponto de partida” e “objectivo da comunicação” que Weil baseia a sua teoria sobre a ordem das palavras, defendendo que a disposição das palavras depende do contexto linguístico e situacional da frase em questão.

dinamismo comunicativo contido por cada um. Deste modo, a posição inicial da frase será ocupada pelo elemento com menor quantidade de informação, o tema, seguindo-se elementos intermediários e, por fim, o elemento mais comunicativo, ou rema.

O estudo realizado por J. Greenberg (1963) representa, em certa medida, um passo atrás na investigação sobre este assunto, uma vez que se limita a relacionar a ordem dos sintagmas com a função sintáctica desempenhada. Ao estudar um grande número de línguas¹⁷, com o objectivo de estabelecer alguns universais da linguagem, Greenberg concluiu que a maioria possui várias ordens possíveis de constituintes, embora apenas uma seja dominante¹⁸. Das seis ordens possíveis – SVO, SOV, VSO, VOS, OSV e OVS –, considera que apenas as três primeiras ocorrem normalmente como ordens dominantes, sendo as restantes muito raras. Este dado leva-o a formular o seguinte universal: “In declarative sentences with nominal subject and object, the dominant order is almost always one in which the subject precedes the object” (*idem*: 77).

Devemos salientar que o conceito de “dominante” em Greenberg é baseado na frequência de ocorrência. Ou seja, a ordem dominante de uma língua (ou das línguas) será aquela que ocorrer mais frequentemente, sendo, por isso, a ordem “menos marcada”. Este conceito não é, portanto, equivalente ao de “ordem básica”, adoptado pela gramática generativa-transformacional e amplamente divulgado. Neste quadro teórico, considera-se que a ordem básica de uma língua é aquela que corresponde à “estrutura profunda”, que é obtida através das regras sintagmáticas (Ambar, 1992: 24). Deste modo, uma “ordem básica”, nos termos que acabámos de definir, pode não ser a ordem mais comum na língua, podendo até não ocorrer efectivamente. É o caso, por exemplo, das interrogativas com *qu-*. Segundo esta teoria, a frase (7) teria como estrutura profunda (7’), correspondente à ordem básica da língua,

¹⁷ O estudo de Greenberg abarcou 30 línguas – europeias, asiáticas, africanas, ameríndias e da Oceania.

¹⁸ De notar, porém, que o autor limitou a sua investigação a frases declarativas com sujeito e objecto nominais (Greenberg, 1963: 76).

independentemente do facto de a actualização desta estrutura resultar numa frase agramatical, como (8):

- (7) Que disse a Joana?
 (7') [a Joana disse QUE]
 (8) * A Joana disse que?

De acordo com a posição de Greenberg, esta situação é impossível.

A gramática generativa-transformacional admite, contudo, a possibilidade de reordenação dos constituintes, justificada por motivos estilísticos. Uma das abordagens de Chomsky aponta neste sentido, uma vez que as regras que determinam esta reordenação pertencem mais ao domínio da “performance” do que da gramática: “In general, the rules of stylistic reordering are very different from the grammatical transformations [...]. [They] are not so much rules of grammar as rules of performance” (Chomsky, 1965: 127). Na verdade, porém, a maioria dos casos normalmente classificados como sendo de “reordenação estilística” obedece a regras que não dependem da livre escolha do falante, como teremos oportunidade de demonstrar no Capítulo III.

No que se refere à língua portuguesa, as posições de Greenberg e da gramática generativa-transformacional aproximam-se, uma vez que ambas consideram que o português é uma língua SVO, embora, como acabámos de referir, os critérios que presidem a uma e a outra sejam muito diferentes.

Também no âmbito da Gramática Funcional se desenvolveram estudos sobre a ordem de sintagmas, nomeadamente por Simon C. Dik. Ao contrário de Greenberg e daquilo que é defendido na gramática generativa-transformacional, Dik aceita a possibilidade de uma língua possuir mais do que uma ordem básica de constituintes:

In our FG approach to constituent ordering, we shall not assume that a language necessarily has but one order of constituents. In fact, we

see no empirical reason for this assumption and in FG, unlike TG there is no empirical reason for adopting it.

(Dik, 1978: 171)

Esta posição assumida pelo autor não implica, porém, que Dik admita que, numa determinada língua, existam tantas ordens naturais quantas as possibilidades de combinação dos constituintes:

On the other hand, the FG approach should not be taken to imply that we favour the other extreme, namely the simple enumeration of all the actually occurring constituent orderings. Indeed, that would not enable us to reveal the system underlying the use that languages make of ordering differences as an expressive advice.

(Dik, 1978: 172)

Um outro ponto que afasta o trabalho de Dik do de Greenberg é o facto de aquele relacionar a ordenação dos constituintes não só com as funções sintácticas mas também com as pragmáticas: “[...] those constituent orderings which are determined by the syntactic and the pragmatic functions of constituents” (*idem*: 21).

O autor propõe o seguinte esquema-padrão de ordem de constituintes, no qual assentam os “padrões funcionais” existentes: P2, P1 (V) S (V) O (V), P3 (Dik, 1978: 21). Neste esquema, P1, P2 e P3 indicam as “posições especiais”, usadas com fins específicos, sendo a posição inicial, P1, ocupada por elementos pertencentes a categorias especiais (palavras interrogativas, por exemplo), por constituintes que desempenham a função de foco ou tópico ou, em frases subordinadas, por conjunções, pronomes relativos ou palavras interrogativas. P2 e P3 são as posições “deslocada para esquerda” e “deslocada para a direita”, respectivamente, simbolizando as vírgulas pausas na entoação. A letra V indica a posição possível dos verbos, finitos ou não, enquanto S e O simbolizam a posição não-marcada (*idem*: 21). O critério proposto por Dik para distinguir entre as ordens VSO e SVO consiste em colocar na posição P1 um

constituente diferente do sujeito – se o sujeito surgir antes do verbo, a língua é SVO; se aparecer à direita do verbo, é uma língua VSO (*idem*: 180).

O facto de Dik relacionar a ordenação dos sintagmas não só com as funções sintácticas mas também com as funções pragmáticas desempenhadas representa um avanço relativamente aos estudos sobre esta temática realizados por Greenberg e pela gramática generativa-transformacional. No entanto, a busca de uma teoria explicativa para a disposição dos constituintes na frase continua a basear-se em funções sintácticas, apesar de em muitas línguas a ordem dos constituintes frásicos reflectir apenas, não as suas funções sintácticas, mas antes as suas funções informativas (cf. Li e Thompson, 1976; Mithun, 1987).

Embora alguns outros trabalhos dedicados a esta temática valorizem a importância das funções informativas na disposição dos sintagmas na frase¹⁹, a posição dominante nos estudos realizados continua a ser aquela que dá primazia às funções sintácticas. Deste modo, é frequente ouvir-se e ler-se, relativamente ao português, que é uma língua SVO (Hawkins, 1983: 284; Mateus *et al.*, 1989: 64), apesar de a ordem não depender, de um modo geral, das funções sintácticas ou semânticas desempenhadas pelos constituintes.

É também habitual a afirmação de que o português, a par do espanhol e do italiano, possui uma “ordem de palavras livre”, atribuindo-se ao estilo ou ao gosto do falante a selecção de uma determinada ordem em detrimento de outra, como em (9) e (10), falando-se para estes casos de variação estilística.

(9) A Ana escreveu.

(10) Escreveu a Ana.

¹⁹ É o caso, por exemplo de Heles Contreras (1976), que propõe uma nova teoria explicativa para a ordem das palavras na frase, baseada em factores prosódicos e no contexto. De acordo com este estudo, a estrutura sintáctica depende da selecção dos constituintes que desempenham as funções de tema, rema ou tópico. Esta selecção, por sua vez, depende de factores semânticos.

No entanto, a arbitrariedade da ordenação dos sintagmas na nossa língua pode ser questionada.

Com efeito, como vimos no primeiro capítulo, embora o significado dos dois enunciados seja o mesmo, mantendo-se também as suas funções sintáticas e semânticas, a escolha de uma ou outra disposição dos sintagmas não transmite a mesma informação, sendo, portanto, as funções informativas diferentes. O falante ordenará os constituintes de acordo com aquilo que pensa que o seu interlocutor precisa de saber, respondendo, assim, a uma pergunta hipotética. Nos exemplos dados, o enunciado (9) corresponderia às perguntas (9') e (9''), enquanto (10) só poderia responder a uma pergunta como (10'):

(9') O que fez a Ana?

(9'') O que aconteceu?

(10') Quem escreveu?

Verificamos, deste modo, que “Existe un «orden natural» de sintagmas; pero no absoluto” (Gutiérrez Ordóñez, 1997: 29). Cada enunciado possui a sua ordem natural, estabelecida relativamente à pergunta a que responde: (9) é a resposta natural a (9') e (9''), mas não a (10'), enquanto (10) é natural para uma pergunta como (10'), mas não para (9') ou (9'').

A atribuição de um acento de intensidade, porém, poderia possibilitar que o enunciado (9) constituísse resposta natural a (10'), pois marcaria uma outra função informativa – o *foco*. Assim, em ‘A ANA escreveu’, o constituinte ‘a Ana’ continua a desempenhar a função informativa *novo*, embora a posição ocupada não seja a usual, tendo-se procedido à sua anteposição (ou focalização), de modo a enfatizá-lo. O acento de intensidade sobre esse sintagma permite evitar a ambiguidade informativa, comunicando ao

interlocutor que as funções informativas se mantêm, tendo-se apenas realçado a informação nova²⁰.

Fica, assim, evidente que a estrutura informativa do enunciado se divide em duas partes – a informação já conhecida, aquilo que o falante assume ser do conhecimento do seu interlocutor, e a informação nova, que o falante presume ser desconhecida pelo interlocutor –, cabendo normalmente ao *dado* a posição inicial do enunciado e ao *novo* a posição final. Nos exemplos dados, a função de novo é desempenhada, em (9), por ‘escreveu’ ou ‘Ana escreveu’ [conforme seja resposta a (9’) ou a (9’)] e, em (10), por ‘a Ana’.

3. Síntese

O estudo de Greenberg sobre a ordem dos constituintes dominou muitas das investigações realizadas neste campo. Por esse motivo, afirma-se, muitas vezes, que o português é uma língua SVO, uma vez que esta é a estrutura “dominante”, ou seja, mais frequente. Esta posição aproxima-se daquela que é defendida nas gramáticas tradicionais, que, devido à crença na existência de uma ordem “natural” de sintagmas²¹ – que seria para o português Sujeito–Verbo–Objecto –, falaram de “inversão” do sujeito sempre que este constituinte frásico aparecia à direita do verbo. É esta a postura de quase todos os autores das gramáticas analisadas, exceção feita a Epifânio da Silva Dias (1918) e Mário Vilela (1995; 1999).

²⁰ O foco pode ser marcado através de outros procedimentos, quer lexicais quer sintáticos (cf. Capítulo I).

²¹ De um modo geral, considerava-se “ordem natural” aquela que obedecia à ordem do raciocínio. No entanto, recorde-se que esta posição não era unânime entre os estudiosos da língua (cf. Barbosa, 1830: 413).

Apesar de muitos estudos apontarem já há muito para a importância do efeito comunicativo pretendido na ordenação dos sintagmas, a influência da gramática generativa-transformacional nas investigações realizadas na Europa, de um modo geral, e em Portugal, em particular, continuou a difundir a ideia de o português ser uma língua SVO. Na verdade, os estudos do Círculo Linguístico de Praga e, mais tarde, da Gramática Funcional não tiveram eco na generalidade das descrições da nossa língua. Com efeito, das gramáticas consultadas, apenas Mário Vilela (1995; 1999) reconhece que a “ordem de palavras” do português é “relativamente livre”, sendo condicionada, entre outros factores, pelas “necessidades comunicativas do falante” (1995: 300).

De um modo geral, os autores partem da existência de uma “ordem de palavras” “natural” para explicar a ocorrência de posposição do sujeito, geralmente denominada como “inversão”, separando, explicitamente ou não, as “inversões” exigidas por factores sintácticos daquelas que dependem do critério do falante. Uma vez que estas últimas desrespeitam, por opção do falante, a ordem “normal”, é-lhes atribuído um efeito estilístico, que advém do desvio da norma. Poucas gramáticas articulam a posição do constituinte sujeito com as funções informativas desempenhadas e os efeitos comunicativos produzidos. Na verdade, apenas as gramáticas de Mateus *et al.* (1989; 2003) e de Vilela (1995; 1999) fazem esta articulação, ainda que vagamente, constituindo um avanço notável face às explicações de natureza estilística prestadas pelas outras gramáticas.

SOBRE A EXPANSÃO LEXICAL DO SUJEITO

Nas línguas que o possuem, o functivo sujeito pode ser representado de três grandes modos, havendo algumas com manifestação obrigatória do sujeito lexical¹ e outras que apenas o exprimem na forma de um determinante imediato do verbo. O português surge-nos a meio deste *continuum*, num grupo de línguas em que a manifestação do sujeito é mais livre, menos pré-fixada.

No presente capítulo pretendemos reflectir, a partir da análise do *corpus*, sobre a realização lexical do sujeito na língua portuguesa, particularmente sob a forma de pronomes pessoais, bem como a sua posição relativamente ao verbo. Deste modo, estudaremos a ocorrência e omissão dos pronomes pessoais *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, bem como das formas de tratamento *você, vocês, o senhor (doutor), os senhores (doutores), as senhoras (doutoras)*. Devemos salientar que a inclusão dos “pronomes de tratamento”² *você / vocês, o senhor (doutor) / os senhores (doutores), a senhora (doutora) / as senhoras (doutoras)* se justifica pelo facto de o *corpus* conter textos com registos variados, que permitem a actualização do complexo sistema das formas de tratamento da língua portuguesa.

Este estudo permitir-nos-á perceber quais os factores que condicionam o aparecimento do pronome pessoal e quais os resultados dessa ocorrência. Paralelamente, a análise dos dados possibilitar-nos-á compreender, também, as alterações aduzidas pela posição pré e pós-verbal do functivo sujeito.

¹ É o caso, por exemplo, do francês e do inglês.

² Optámos pela designação “pronome de tratamento” para classificar qualquer “palavra ou expressão us. para a segunda pessoa do discurso, em lugar dos pronomes pessoais *tu* e *vós* [p. ex.: *você(s)*, o senhor, a senhora, os senhores, as senhoras, Vossa(s) Senhoria(s), Vossa(s) Excelência(s), Vossa(s) Reverendíssima(s), Vossa(s) Alteza(s) etc.] [...]” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, s.u. *você*).

1. A Categoria Sintáctica “Pronome Pessoal”

Os pronomes pessoais são normalmente apresentados pela gramática tradicional como um subgrupo da classe ‘pronome’, definido como “a palavra que lembra o nome, em relação á sua pessoa grammatical” (Ribeiro, 1920: 25). Apesar desta inclusão dos pronomes pessoais numa mesma classe formal e funcional, os gramáticos são unânimes em apontar a este grupo de palavras características únicas que, em rigor, não permitem que seja classificado como ‘substituto do nome’, designação comumente atribuída à classe dos pronomes³.

Com efeito, não podemos dizer que os pronomes pessoais tónicos, particularmente os de primeira e segunda pessoa, substituem o nome do falante e o(s) do(s) seu(s) interlocutor(es). Apesar de partilharem com os outros pronomes a variação de pessoa, estas palavras apresentam um valor único – ‘aquele que fala’, para a primeira pessoa; ‘aquele a quem se fala’, para a segunda –, embora o referente seja específico em cada acto de fala:

La referencia a la realidad que hacen los pronombres personales de primera y de segunda persona es forzosamente única e inequívoca. No importa que de una situación a otra pueda variar la alusión, y que, como suele decirse, la significación de los personales sea «ocasional»: el que habla puede ser Juan, o Pedro, o María, y el oyente Enrique, o Luisa o su hermana; pero en realidad, *lo ocasional no es el significado, sino lo denotado en cada acto de habla.*

(Alarcos Llorach, 1994: 71; sublinhado nosso)

³ Said Ali refere, a este propósito, que “[...] não satisfaz [...] à ciência da linguagem definir o pronome como palavra supridora do nome substantivo. Nada autoriza a crer que o homem, ao designar pela primeira vez os seres por meio de nomes com que os distinguir uns dos outros, se lembrasse ao mesmo tempo de crear substitutos para êsses nomes” (1971: 92).

Esta característica diferencia os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa dos de terceira pessoa, uma vez que “é a categoria pessoa que instala o ponto deíctico na enunciação: é o ponto de partida para o estabelecimento das relações entre o falante, o espaço e o tempo da enunciação e do enunciado”⁴ (Vilela, 1995: 125). Assim, enquanto a primeira e segunda pessoa são essencialmente deícticas, a terceira é essencialmente anafórica, podendo estar ou não presente na situação. Outra propriedade distintiva dos pronomes de terceira pessoa é a possibilidade de se referirem não só a pessoas mas também a outros seres e coisas, ao contrário dos de primeira pessoa, que só se referem a pessoas. Aliás, a diferença do pronome de terceira pessoa relativamente aos de primeira e segunda remonta à sua origem, uma vez que a terceira pessoa *ele / ela* tem origem no pronome demonstrativo latino *ille*, pois esta língua apenas possuía os pronomes pessoais nas duas primeiras pessoas – *ego, tu, nos, vos* –.

De acordo com Alarcos, o facto de os pronomes pessoais rectos possuírem conteúdo lexical, de partilharem algumas características morfológicas (como a variação de género e número) e de desempenharem a mesma função sintáctica aproxima estes itens lexicais dos substantivos, embora mantenham a sua especificidade, que consiste “en que la referencia léxica se restringe a la mera mención de la *persona*” (Alarcos, 1994: 71). Estas semelhanças entre pronomes pessoais e substantivos levaram este linguista a propor para esta subclasse de palavras a designação de “substantivos pessoais” (*idem: ibidem*).

A mesma designação fora já proposta por Tesnière para os pronomes pessoais tónicos do francês, uma vez que, segundo este autor, estas palavras, por um lado, são fonética e sintacticamente distintas dos restantes pronomes pessoais, devendo ter uma designação diferente; por outro, apresentam muitas

⁴ Convém recordar que, no plano da enunciação, a terceira pessoa não se inclui nesta categoria, uma vez que “A forma dita de 3ª pessoa comporta uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não se refere a uma «pessoa» específica. Falta-lhe o elemento variável e propriamente «pessoal» destas denominações. [...] a «3ª pessoa» não é uma «pessoa»; é até a forma verbal que tem por função exprimir a «*não-pessoa*»” (Benveniste, s.d.: 20).

semelhanças com os substantivos, não constituindo uma categoria funcional autónoma:

[...] Il existe une catégorie de substantifs [...] qui diffèrent des substantifs proprement dits en ce que, au lieu de désigner les personnes et les objets par leur **appellation propre** (*le père, le livre*), ils les désignent par leur **personne grammaticale**, c'est-à-dire par leur rapport aux interlocuteurs : *moi, toi, lui*.

Nous appellerons ces substantifs des **substantifs personnels**. Structuralement, ils se construisent en effet comme des véritables substantifs et peuvent en particulier être précédés d'une préposition [...].

(Tesnière, 1969 : 115)

Já os tradicionalmente chamados pronomes pessoais átonos têm características próprias que os distinguem dos “substantivos pessoais”, não devendo, por isso, ser agrupados numa mesma categoria. Para se precaver da ambiguidade, Tesnière evita a designação tradicional, propondo, para o francês, o nome “índices pessoais”:

[...] privés de leur autonomie tant phonétique que morphologique, les substantifs personnels se spécialisent de plus en plus dans leur rôle d'**adjuvants du verbe**. C'est ainsi que les substantifs personnels sujets tendent alors à devenir de simples indicateurs de la personne du verbe. Nous les appellerons donc **indices personnels**.

(Tesnière, 1969 : 132)

Ao contrário dos “substantivos pessoais”, os “índices pessoais” não têm autonomia sintáctica, pois estão sempre dependentes de um verbo, sendo

sintacticamente equivalentes às desinências pessoais do latim⁵ (cf. Tesnière, *idem: ibidem*).

No âmbito dos estudos do português, Said Ali referira já a proximidade entre alguns pronomes, como os pronomes pessoais, e os substantivos, e entre outros e os adjectivos, afirmando que “[...] são pronomes absolutos os que fazem vêzes de substantivo, e pronomes adjuntos os que se empregam como adjectivo” (1971: 92). Esta proximidade é ainda mais evidente em expressões nominais utilizadas como forma de tratamento, como os nomes próprios ou nomes de títulos, como ‘o/a senhor/a doutor/a’.

2. A Não Obrigatoriedade do Sujeito Lexical em Português

À semelhança de outras línguas, como o espanhol (2) ou o italiano (3), mas ao contrário de outras, como o francês (4) ou o inglês (5), o português (1) admite a possibilidade de os sujeitos não se realizarem lexicalmente, o que levou muitos teóricos a considerá-las “línguas de sujeito nulo”:

(1) Nós estamos contentes. / Estamos contentes.

(2) Nosotros estamos contentos. / Estamos contentos.

(3) Noi siamo contentos. / Siamo contentos.

⁵ Esta equivalência não é tão válida em línguas, como o português, em que não é obrigatória a existência de um sujeito lexical.

(4) Nous sommes contents. / * Sommes contents.⁶

(5) We are happy. / * Are happy.

No entanto, essa afirmação não nos parece exacta, uma vez que a informação relativa à categoria pessoa está integrada na desinência flexional do verbo, pelo que a referência ao sujeito é, também nestas línguas, obrigatória, realizando-se no monema de pessoa. Deste modo, aquilo que não é sempre obrigatório em português, tal como em espanhol ou italiano, é apenas a existência de um constituinte autónomo que desempenhe a função de sujeito. Aliás, mesmo nas línguas, como o francês ou o inglês, em que a presença do pronome pessoal com a função de sujeito é indispensável, este está já de tal forma gramaticalizado que muitos estudiosos julgam não poder ser considerado como um constituinte autónomo (cf. Gutiérrez Araus, 1985: 30). Esta gramaticalização é mais facilmente perceptível em estruturas com verbos impessoais, em que se recorre a estes constituintes vazios para que funcionem como “suporte” destas estruturas ou como “«marcadores» de posição de sujeito” (Mateus *et al.*, 1989: 162):

(6) Il fait froid.

(7) It's raining.

O uso do pronome pessoal sujeito em português é de tal forma pouco habitual que alguns autores consideram ser esta a regra da língua: “Tão usual e frequente é a ellipse do *pronome*, que se pode dizer que ella constitue a regra para quem tem de exprimir-se em Portuguez, e a expressão desse sujeito, a excepção, pois só se verifica em certos e determinados casos” (Reis, 1868: 91).

⁶ Embora o francês possua monemas distintos para indicação de pessoa e número, a sua realização fonética é, nos verbos regulares, muito semelhante, excepção feita às quarta e quinta pessoas, o que poderá explicar a obrigatoriedade de ocorrência de um sujeito lexical. No entanto, o pronome pode ser omitido em registos informais, tal como em inglês, mas apenas quando o verbo está numa forma que indica sem ambiguidade a pessoa gramatical (cf. Tesnière, 1969: 133).

A sua presença é invariavelmente explicada, nos estudos gramaticais desta língua, pela existência de uma flexão verbal rica, em particular no que se refere à informação sobre pessoa e número. Por este motivo, “o uso do pronome pessoal não é obrigatório senão na primeira e terceira pessoa do singular de certas formas verbais idênticas quando assim o exigir a clareza do pensamento” (Ali, 1971: 129), sendo a ocorrência destes itens linguísticos considerada enfática, pois, de acordo com Lapa, “[...] chama mais vivamente a atenção para a respectiva pessoa”, pelo que “Um indivíduo cheio de si empregará com mais frequência o pronome *eu*” (1984: 151; 152).

Esta obrigatoriedade de expressão do pronome com efeitos de desambiguação não levanta quaisquer dúvidas – (8) e (8') –, sendo reiterada pelas gramáticas de língua portuguesa mais recentes:

(8) É preciso que eu repita o que ele disse? / É preciso que ele repita o que eu disse? (Cunha e Cintra, 1994: 285)

(8') ?? É preciso que repita o que disse?

Com efeito, a ausência dos pronomes pessoais – (8') – permite não só as interpretações presentes em (8), com a atribuição alternada dos pronomes de primeira e terceira pessoas, mas também aquelas que a seguir se apresentam, com os verbos na mesma pessoa:

(8a) É preciso que (eu) repita o que (eu) disse?

(8b) É preciso que (ele) repita o que (ele) disse?

O leque de interpretações poderá ainda ser alargado através da introdução de um pronome de tratamento, uma vez que estes itens gramaticais são utilizados com o verbo na terceira pessoa:

(8c) É preciso que eu repita o que você disse?

(8d) É preciso que ele repita o que você disse?

No entanto, parece-nos que a simples referência à necessidade de evitar ambiguidade é demasiado simplista, não dando conta de todos os matizes de sentido que a presença ou ausência do pronome provoca.

Relativamente ao “uso enfático”⁷, aquele que parece absolutamente facultativo, é apenas afirmado pelos gramáticos que é utilizado, não sendo indicados os efeitos de sentido provocados pela presença do pronome pessoal. Este “uso enfático” é, também, atribuído a todos os casos em que parece haver uma alternância livre entre presença ou omissão do pronome pessoal, ocorrendo “quando se deseja, enfaticamente, chamar a atenção para a pessoa do sujeito” (Cunha e Cintra, 1994: 285). No entanto, embora aparentemente (9) e (9’) possam comutar livremente, na verdade isso não acontece pois apenas (9) poderia constituir resposta a (10). Inversamente, somente (9’) poderia responder à pergunta (11):

(9) EU paguei.

(9’) Paguei.

(10) Quem pagou o café?

(11) Pagaste o café?

Deste modo, também nestes casos a presença ou ausência do pronome parece ser obrigatória, determinada contextualmente. Esta utilização “enfática” do pronome é equivalente ao uso do acento de intensidade em línguas, como o inglês, que não permitem a omissão do pronome pessoal sujeito. Assim, os enunciados (12) e (12’) seriam respostas, respectivamente, às perguntas (13) e (14), traduções de (10) e (11), sendo o acento de intensidade assinalado pelo sublinhado:

⁷ Manteremos, por enquanto, a designação tradicional, apesar de, como se verá ao longo do capítulo, ela não ser a mais apropriada.

(12) I did.

(12') I did.

(13) Who paid the coffee?

(14) Did you pay the coffee?

A par destas duas circunstâncias que permitem a presença do pronome pessoal – ambiguidade e ênfase –, as gramáticas mais recentes referem o contraste (cf. Cunha e Cintra, 1994: 285; Vilela, 1995: 167). Neste caso, a expressão do pronome permite a oposição entre duas pessoas:

(15) Se tu fores, eu fico.⁸

(15') ?? Se fores, fico.⁹

Na secção que se segue, analisaremos os diferentes usos do pronome pessoal sujeito, procurando determinar os factores, sintácticos ou outros, que condicionam a sua presença.

⁸ A omissão de um dos pronomes ou a sua posposição ao verbo permite diferentes leituras:

- (i) Se fores, eu fico.
- (ii) Se tu fores, fico.
- (iii) Se fores tu, fico eu.

⁹ A presença dos pronomes nem sempre é necessária para marcar esse contraste:

- (i) Se quiseres, acompanho-te.

3. Ocorrência do Pronome Pessoal Sujeito

De um modo geral, a língua portuguesa apresenta a tendência para expandir lexicalmente o functivo sujeito, o que se verifica em quase 60% das 2428 orações analisadas. Este valor é, porém, mais baixo no discurso oral, onde a percentagem de ausência do sujeito lexical é superior à de ocorrência deste tipo de sujeito (cf. Quadro 1). Já no discurso escrito, os valores obtidos são muito próximos dos números totais, sendo a percentagem de ausência dos sujeitos lexicais significativamente inferior aos resultados obtidos no discurso oral. Ou seja, o discurso escrito apresenta uma percentagem de sujeitos lexicais superior ao discurso oral. Este facto poderá dever-se à necessidade de se evitar a ambiguidade, uma vez que, ao contrário do que se verifica no oral, no discurso escrito não há processos prosódicos nem extralinguísticos (como o olhar ou gestos) que permitam desfazer uma situação potencialmente ambígua.

Ocorrência de sujeito lexical no corpus total:

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Ocorrência de sujeito lexical	1398	57,6%	312	47,0%	1086	61,6%
Ausência de sujeito lexical	1030	42,4%	352	53,0%	678	38,4%
Total	2428	100,0%	664	100,0%	1764	100,0%

Quadro 1

Uma vez que é nosso objectivo, na presente secção, estudar a presença dos pronomes pessoais em posição pré-verbal que desempenham a função de

sujeito, debruçar-nos-emos essencialmente sobre as orações que apresentam um sujeito lexical à esquerda do verbo. Tentaremos verificar se existe, como se afirma tradicionalmente, uma diferença significativa de resultados entre o discurso escrito e o oral.

Das 1137 orações em que ocorre expansão lexical do sujeito à esquerda do verbo, verificou-se que, em 84,7% dos casos, o sujeito lexical corresponde a um sintagma nominal (SN)¹⁰, sendo, portanto, a ocorrência do pronome pessoal sujeito muito baixa. Quando analisados mais pormenorizadamente, porém, estes dados revelaram-se enganadores, uma vez que, embora os números obtidos no discurso escrito se aproximem (95,6% dos sujeitos lexicais são SN), a ocorrência no discurso oral é mais equilibrada. Assim, ainda que se mantenha uma ligeira supremacia do sujeito nominal (50,4%), quase metade dos restantes sujeitos lexicais correspondem a uma forma pronominal: 32,1% ao pronome pessoal sujeito e 17,5% a pronomes de tratamento (cf. Quadro 2).

Formas do sujeito lexical anteposto ao verbo

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Sintagma nominal	963	84,7%	138	50,4%	825	95,6%
Pronome pessoal	120	10,5%	88	32,1%	32	3,7%
Pronome de tratamento	54	4,7%	48	17,5%	6	0,7%
Total	1137	99,9%	274	100,0%	863	100,0%

Quadro 2

¹⁰ Incluímos na designação ampla *sintagma nominal* não apenas os functivos sujeito realizados por substantivos, mas também por orações infinitivas e completivas finitas, bem como por pronomes, excepto os pronomes pessoais e de tratamento, que são analisados separadamente.

O pronome pessoal sujeito mais utilizado no *corpus* analisado é o de primeira pessoa, *eu*, que representa 60,8% de todos os sujeitos pronominais. Apesar de o peso percentual ser diferente nos discursos oral (69,3%) e escrito (37,5%), é, em ambos, o pronome pessoal mais utilizado (cf. Quadro 3). O facto de não haver qualquer ocorrência dos pronomes pessoais de segunda e quinta pessoas pode ser explicado pela ausência, no *corpus*, de diálogos em registo informal¹¹.

Distribuição dos pronomes pessoais

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Eu	73	60,8%	61	69,3%	12	37,5%
Tu	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ele / Ela	16	13,3%	6	6,8%	10	31,3%
Nós	13	10,8%	9	10,2%	4	12,5%
Vós	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Eles / Elas	18	15,0%	12	13,6%	6	18,8%
Total	120	99,9%	88	99,9%	32	100,1%

Quadro 3

Na análise da ocorrência dos pronomes pessoais sujeito apenas identificámos um factor sintáctico que condiciona a presença daquele elemento. Embora com pouca importância percentual, a *determinação* é responsável pela expressão de 3,4% dos pronomes pessoais tónicos antepostos (cf. Quadro 4).

¹¹ De notar que o pronome *vós*, embora em desuso no padrão geral da língua, é em algumas regiões do país, principalmente do norte, a forma de tratamento preferida na alocação a interlocutores próximos, sendo adequada ao estilo familiar.

**Factores relevantes da ocorrência do sujeito pronominal anteposto no
corpus total**

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Determinação por relativa	2	1,7%	0	0,0%	2	6,3%
Determinação epitetica	2	1,7%	1	1,1%	1	3,1%
Contraste	6	5,0%	6	6,8%	0	0,0%
Ambiguidade	9	7,5%	6	6,8%	3	9,4%
Tematização	101	84,2%	75	85,2%	26	81,3%
Total	120	100,1%	88	99,9%	32	100,1%

Quadro 4

De acordo com Martinet, a *determinação* é uma relação sintáctica existente entre monemas: “On dit qu’un monème détermine un autre lorsque son apparition ou sa présence est sous la dépendance de ce dernier” (Martinet, 1985: 112). Este tipo de relação sintáctica pode ser de dois tipos: selectiva e parentética. A *determinação selectiva* caracteriza-se por precisar “l’identité ou l’extension de l’antécédent” (Martinet, 1979: 66), enquanto a *determinação parentética* apenas acrescenta algo não indispensável à identificação do antecedente, aportando “un élément d’information qui permettra sans doute de mieux comprendre ce qui va suivre, mais qui a la valeur d’une parenthèse” (Martinet, 1985: 113).

Em todo o *corpus* analisado, apenas quatro dos pronomes pessoais sujeito são determinados por outro(s) monema(s), havendo em dois deles uma relação de *determinação parentética*, através de uma oração relativa.

- (1) *Eu*, que passo os meus dias na Avenida da Liberdade, estou perdido. (RV, 182, 12/09/1996)

- (2) *Ele*, que nunca recuperou disso, estava inseguro e só, quando conheceu a Snu. (RV, 193, 28/11/1996)

Com efeito, nos exemplos anteriores, a oração relativa não tem a função de identificar o antecedente, uma vez que, em (1), o pronome pessoal de primeira pessoa apenas se refere àquele que fala, tendo, portanto, o referente bem definido. Também em (2), embora o pronome de terceira pessoa não tenha o valor essencialmente deíctico que caracteriza os de primeira e segunda pessoas, o functivo sujeito está perfeitamente definido pelo contexto, tendo o pronome valor anafórico.

Já em (3) e (4), os restantes pronomes pessoais determinados do nosso *corpus*, os monemas que se encontram a determinar os pronomes não têm o valor de parêntesis, típico da determinação parentética, apesar de Martinet afirmar que, em francês, “[...] les pronoms personnels et les noms propres [...] connaissent des déterminations parenthétiques [...], mais ignorent les déterminations spécifiantes [...]” (Martinet, 1985: 113):

- (3) Todos *eles* fizeram essas diligências. (DP91)
- (4) *Nós* os dois temos problemas que têm sido discutidos em profundidade. (RV, 182, 12/09/1996)

Na verdade, nos dois exemplos transcritos, tanto *todos* como *os dois* têm a função de especificar a extensão do pronome pessoal que determinam. Assim, em (3), o pronome pessoal abarca as várias pessoas que foram mencionadas anteriormente, enquanto em (4) o significado de *nós* é restringido a duas pessoas: aquele que fala mais um. Jorge Morais Barbosa propõe, para este tipo de relação sintáctica, a designação *determinação epítetica* (1998: 20).

Embora parta da distinção martinetiana entre *determinação selectiva* e *parentética*, Barbosa expande o âmbito de abrangência destas noções, pelo que propõe novas denominações: *determinação epítetica* e *determinação predicativa*. O primeiro tipo coincide *grosso modo* com a *determinação*

selectiva, tal como foi definida por Martinet; no entanto, o segundo ultrapassa a determinação monema a monema caracterizada pela mobilidade e pela existência de pausas, representadas na escrita por vírgulas, englobando a relação existente em frases como (5), (6), (7) e (8):

- (5) Contentes, falavam ininterruptamente.
- (6) Como estavam contentes, falavam ininterruptamente.
- (7) Está triste.
- (8) Achei-a pálida.

Deste modo, Barbosa amplia aquele conceito, propondo o termo *determinação predicativa* para designar as relações de determinação de um sintagma por outro porque esta expressão “évoque son rôle sémantique et permet d’éviter le terme ambigu d’attribut” (*idem: ibidem*).

Se excluirmos a *determinação*, todos os outros factores que levam à presença do pronome pessoal sujeito são de natureza informativa. Com efeito, 96,7% dos pronomes pessoais presentes no *corpus* devem-se ao *contraste*, à *ambiguidade* ou àquilo que é tradicionalmente denominado por *ênfase*.

Na verdade, a presença do pronome pessoal sujeito permite, em 5% das ocorrências no *corpus*, marcar um *contraste* entre duas ou mais pessoas. É o caso dos exemplos seguintes:

- (9) E, e enquanto *o Senhor Doutor* me diz – [...] – que tem toda a gente de volta de si por causa da forma como o Senhor Doutor exerceu as suas funções, *eu* quero dizer ao Senhor Doutor que [...]. (DP91)
- (10) *Eu* só quero que *você* me diga [...]. (RV, 193, 28/11/1996)

Com efeito, a omissão dos pronomes não acarretaria qualquer problema na interpretação dos enunciados, mas perder-se-ia o contraste informativo

existente entre *o Senhor Doutor* e *eu*, no primeiro caso, e entre *eu* e *você*, no segundo.

Nos dados analisados no presente estudo, o contraste com outro(s) indivíduo(s) condiciona apenas a ocorrência de um número muito baixo do pronome pessoal sujeito, sendo mesmo nulo no discurso escrito.

A *ambiguidade* tem sido também tradicionalmente usada para explicar a presença do pronome pessoal sujeito. No entanto, não nos parece que este factor motive a ocorrência do pronome pessoal de primeira pessoa, uma vez que, em 69,9% dos casos, o monema de pessoa indica claramente o referente (cf. Quadro 5).

Ocorrência do pronome pessoal EU anteposto com forma verbal ambígua e não ambígua

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Forma ambígua	22	30,1%	19	31,1%	3	25,0%
Forma não ambígua	51	69,9%	42	68,9%	9	75,0%
Total	73	100,0%	61	100,0%	12	100,0%

Quadro 5

Mesmo nos casos em que a forma verbal pode ser interpretada como primeira ou terceira pessoas, o contexto linguístico é, na maior parte das vezes, suficiente para evitar a ambiguidade, como se pode verificar no exemplo que se segue:

- (11) «[Vi o Mini-Chuva de Estrelas.] Mandei um cupão e *disse* que tinha dez anos». (RV, 191, 14/11/1996)

Apesar de a forma verbal *disse* poder referir-se tanto à primeira como à terceira pessoas, na ausência de um pronome pessoal, o leitor / ouvinte entenderá que o

referente de *disse* é o mesmo da forma não ambígua *vi*.

Deste modo, apenas 7,5% dos pronomes pessoais rectos que ocorrem no nosso *corpus* têm como função evitar a possível ambiguidade provocada pelo sincretismo das formas verbais de primeira e terceira pessoas (12) ou pela utilização da forma verbal de terceira pessoa para dois pronomes – *ele* e *você* – (13):

(12) E eu nessa altura não me recusei a assinar esse acordo, *ele* dizia “O que o senhor não sabia nessa altura é que nós tínhamos informações dentro das Forças Armadas [...]”. (DP91)

(13) Imaginemos que *ele* lhe diz “ah, tem paciência, mas eu... lavar louça, é coisa que não faço”. (PF3)

Um caso especial de desambiguação é o que ocorre com enunciados em que a presença do pronome evita a leitura anafórica ou correferencial relativamente a um antecedente. Deste modo, em (14), a presença do pronome *ele* indica uma pessoa diferente de *o professor*, enquanto em (15) a ausência do pronome permite, em contexto, duas leituras: quem vem é *o professor* ou é *outra pessoa*.

(14) O professor disse que ele vinha.

(15) O professor disse que vinha.

A possibilidade de diferentes interpretações de enunciados semelhantes aos anteriores foi objecto de estudo de vários investigadores, que identificaram o tipo de contexto em que a presença do pronome pessoal, tónico ou átono, permite uma interpretação “obviativa” ou “de referência disjuntiva” relativamente a um antecedente (14), por oposição à leitura correferencial face a esse antecedente, possibilitada pela ausência do pronome (cf. Luján, 1999: 1279).

Cerca de 84% dos pronomes pessoais expressos não são determinados pelos factores já mencionados – *determinação, contraste e ambiguidade* –, devendo-se, de acordo com as explicações tradicionais, a questões de *ênfase* e possuindo, por isso, um carácter facultativo. No entanto, se analisarmos enunciados como (16) e (17), verificamos facilmente que a omissão do pronome não seria possível:

(16) *Eles* fazem tudo e não deixam nada. (RV, 191, 14/11/1996)

(16') Fazem tudo e não deixam nada.

(17) [O protocolo internacional quis controlar Sá Carneiro.] *Ele*, porém, fez saber que só aceitava convites com Snu ao lado. (RV, 193, 28/11/1996)

(17') [O protocolo internacional quis controlar Sá Carneiro.] Porém, fez saber que só aceitava convites com Snu ao lado.

A omissão do pronome do enunciado (16), que constitui o título de um artigo, provocará alguma estranheza [cf. (16')]. Embora o monema de pessoa indique claramente que o sujeito é a sexta pessoa, podendo, portanto, ser expandido apenas pelos pronomes pessoais *eles* ou *elas*, o leitor *sente* a ausência do pronome pessoal. Na verdade, o pronome desempenha uma função informativa na comunicação – *tema* –, transmitindo ao leitor qual é o assunto sobre o qual se vai falar. O pronome *eles* adquire aqui um valor indefinido, já que não remete para um antecedente, servindo antes para marcar a mudança de tema.

Já em (17), o pronome pessoal *ele* tem um valor claramente anafórico, remetendo para o antecedente 'Sá Carneiro'. No entanto, não será esse o factor que motiva a sua presença, uma vez que, na sua ausência, far-se-ia a mesma interpretação, dado que a forma verbal remete inequivocamente para a terceira pessoa. Assim, também neste enunciado, o pronome ocorre por motivos

informativos, desempenhando a função de tema, informando o leitor que é a propósito de ‘ele’ que se vai falar a seguir.

Com efeito, o pronome pessoal representa, normalmente, informação já conhecida, possuindo um valor anafórico, pelo que pode ser omitido. Por esse motivo, a função informativa *tema* pode não estar presente num enunciado, como podemos verificar em (18).

- (18) [Os polícias têm uma posição privilegiada de observadores da cidade.] Não *vêem* só o aspecto exterior das coisas. (RV, 183, 19/09/1996)

O facto de não haver mudança de tema permite, em (18), a omissão do pronome pessoal, uma vez que se continua a falar sobre o mesmo assunto: ‘os polícias’. Neste caso, a ausência da função *tema* é possível porque o constituinte que a desempenharia constitui simultaneamente informação já conhecida.

Já em (19), a ausência do pronome não seria possível:

- (19) [– Vamos jogar.
– A três?
– Dominó.
– Ah, mas infelizmente não temos as pedras todas. Foi preciso nivelar uns móveis.]
– *Eu* tenho. – Disse o almirante. (RI, 27, 01/06/1998)

Apesar de a forma verbal utilizada não ser ambígua, sendo claro que o sujeito da frase é a primeira pessoa, a omissão do pronome *eu* seria inaceitável (19’):

(19') [- (...)]

- Ah, mas infelizmente não temos as pedras todas. Foi preciso nivelar uns móveis.]
- ?? *Tenho*. - Disse o almirante.

Ainda que sintacticamente gramatical, a simples enunciação de ‘Tenho’ seria, em termos comunicativos, incorrecta, uma vez que o pronome pessoal *Eu*, além de desempenhar a função informativa *tema*, desempenha também a função *novo*, juntamente com ‘tenho’, acrescentando informação nova à informação partilhada ‘não tem as pedras todas’.

Como acabámos de ver, embora o pronome pessoal sujeito possa desempenhar a função *novo*, esta é uma situação pouco frequente, tendo-se registado apenas três ocorrências em todo o *corpus*, pelo que podemos afirmar que, normalmente, o pronome pessoal sujeito em posição pré-verbal transmite informação já conhecida, desempenhando a função informativa *dado*.

3.1. *Os Pronomes de Tratamento*

Como referimos no início da secção anterior, a expansão do sujeito foi realizada, em 4,7% dos casos, por uma forma de tratamento. Estes itens linguísticos apresentam um comportamento muito semelhante ao dos pronomes pessoais, ocorrendo, tal como estes, maioritariamente no discurso oral (cf. Quadro 2). O contexto em que ocorrem mais frequentemente é aquele exemplificado no enunciado seguinte:

(20) O *Senhor Doutor* fez vinte e uma vezes a volta ao mundo...
(DP91)

Com efeito, tal como acontece com os pronomes pessoais tónicos, também as formas de tratamento devem a sua presença, em cerca de 85% dos casos, ao facto de desempenharem a função informativa *tema* (cf. Quadro 6), tendo a seu cargo a tarefa de informar o interlocutor que é sobre aquele assunto que se vai falar a seguir.

Factores relevantes da ocorrência do pronome de tratamento anteposto no corpus total

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Determinação por relativa	2	3,7%	2	4,2%	0	0,0%
Determinação epítética	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Contraste	6	11,1%	5	10,4%	1	16,7%
Ambiguidade	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Tematização	46	85,2%	41	85,4%	5	83,3%
Total	54	100,0%	48	100,0%	6	100,0%

Quadro 6

Curiosamente, a forma de tratamento que ocorre com mais frequência no *corpus* escrito é *você* (cinco registos), o que poderá ser explicado pelo facto de ser a que se encontra mais pronominalizada. Já no *corpus* oral, não se regista qualquer ocorrência de *você*, correspondendo todas as ocorrências de pronomes de tratamento aos itens mais formais *o senhor* e *o senhor doutor*.

3.2. Síntese

A partir da análise dos dados, somos levados a crer que a presença do pronome pessoal sujeito não é nunca facultativa: ela pode ocorrer por motivos sintácticos, como a determinação, ou informativos, como o contraste, a ambiguidade ou a tematização. Quando desempenha a função informativa de tema, o pronome, se corresponder a informação já conhecida, poderá ser omitido, o que não poderá acontecer no caso de veicular informação nova. É interessante assinalar que os casos de uso informativo do pronome pessoal sujeito ocorrem apenas ou principalmente no discurso oral, enquanto os casos justificados por factores sintácticos têm maior ocorrência no discurso escrito.

A função informativa *tópico*, exemplificada em (21) e (22), não aparece, nos dados em estudo, realizada por um pronome pessoal:

(21) *Eu* parece-me que amanhã vai chover.

(22) *Eu*, marisco, nem vê-lo.

Em ambos os exemplos, o pronome pessoal não possui qualquer estatuto sintáctico, servindo apenas para delimitar o âmbito de validade daquilo que se diz em seguida. No segundo exemplo, porém, o *tópico* ocorre com um *tema* – ‘marisco’ –, que, embora com a mesma função informativa, tem estatuto sintáctico, desempenhando a função de complemento directo, manifestado descontinuamente em ‘marisco’ e no pronome clítico.

A ausência de casos deste tipo ficará talvez a dever-se ao facto de nenhum dos textos em análise ser completamente informal, uma vez que enunciados como (21) e (22) são muito frequentes no discurso oral informal.

Relativamente às formas de tratamento, estas apresentam um comportamento muito semelhante ao dos pronomes pessoais tónicos, justificando a denominação *pronomes de tratamento*.

4. Posição do Sujeito Lexical na Frase

Como constatámos no segundo capítulo, a língua portuguesa apresenta uma ordem de sintagmas relativamente livre. Na presente secção pretendemos verificar, através da análise do *corpus*, qual a posição dominante do sujeito lexical e quais os factores que intervêm na sua posposição ao verbo, bem como os efeitos comunicativos resultantes desta sua localização na frase.

Uma vez que os pronomes de tratamento se comportam de forma semelhante aos pronomes pessoais sujeito, serão, neste segmento do estudo, englobados, juntamente com aqueles, na designação mais ampla *pronomes*.

A análise dos enunciados declarativos e interrogativos é apresentada separadamente, dado que apresentam comportamentos sintacticamente muito diferentes.

4.1. Enunciados Declarativos

Como se pode verificar no Quadro 7, a posição dominante do sujeito em enunciados declarativos é a pré-verbal, correspondendo a quase 82% dos constituintes que desempenham aquela função. Apenas 18,1% dos sujeitos lexicais aparecem à direita do verbo¹², mantendo-se a proporção destes valores

¹² Estes valores alteram-se ligeiramente se excluirmos o verbo Dizer:

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Pré-verbal	1000	87,6%	225	90,0%	775	87,0%
Pós-verbal	141	12,4%	25	10,0%	116	13,0%
Total	1141	100,0%	250	100,0%	891	100,0%

tanto no discurso oral como no escrito. No entanto, o sujeito posposto ao verbo é ligeiramente mais frequente no discurso escrito (cf. Quadro 7).

Posição pré e pós-verbal do sujeito lexical em enunciados declarativos

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Pré-verbal	1127	81,9%	274	88,4%	853	80,0%
Pós-verbal	249	18,1%	36	11,6%	213	20,0%
Total	1376	100,0%	310	100,0%	1066	100,0%

Quadro 7

Também a forma como se manifesta o sujeito não altera esta relação entre os números, mantendo-se, *grosso modo*, estes valores tanto com o sujeito nominal como com o pronominal. Com efeito, nos enunciados declarativos, o sujeito aparece majoritariamente em posição pré-verbal, quer seja expandido por um SN quer por um pronome (cf. Quadro 8).

Posição pré e pós-verbal dos diferentes tipos de sujeito

	Total	Pré-verbal	%	Pós-verbal	%
Sintagma Nominal	1184	953	80,5%	231	19,5%
Pronome	192	174	90,6%	18	9,4%

Quadro 8

Se nos debruçarmos sobre a ocorrência do sujeito pós-verbal, verificamos que a maior parte dos constituintes nesta posição corresponde a um SN (92,8%), correspondendo apenas 7,2% a um pronome. Estes valores são, porém, substancialmente diferentes no discurso oral e escrito, uma vez que a ocorrência

do pronome posposto ascende aos 30,6%, no primeiro caso, e se limita aos 3,3%, no segundo (cf. Quadro 9)¹³, números muito semelhantes àqueles verificados nos mesmos elementos em posição pré-verbal (cf. Quadro 2).

Distribuição do sujeito pós-verbal

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Sintagma nominal	231	92,8%	25	69,4%	206	96,7%
Pronome	18	7,2%	11	30,6%	7	3,3%
Total	249	100,0%	36	100,0%	213	100,0%

Quadro 9

Deste modo, dos 249 sujeitos em posição pós-verbal, apenas 18 correspondem a um pronome, dos quais 12 (66,7%) ocorrem com o verbo *dizer*. É, aliás, com este verbo que se regista a maior ocorrência de sujeitos pospostos, como se pode verificar no quadro 10:

Ocorrência do sujeito pós-verbal por tipo de verbo

	Dizer	Fazer	Ver	Ter	Estar
Total de orações	237	186	46	420	490
Sujeito posposto	108 45,6%	18 9,7%	1 2,2%	16 3,8%	106 21,6%

Quadro 10

¹³ Estes valores são consideravelmente alterados se eliminarmos da análise o verbo *dizer*, uma vez que 54,5% dos pronomes no discurso oral e 85,7% no discurso escrito desempenham a função de sujeito deste verbo. Deste modo, excluído o verbo *dizer*, a percentagem de pronomes com função de sujeito em posição pós-verbal baixa para 20,0% no discurso oral e 0,9% no discurso escrito. A alta frequência destes itens à direita do verbo deve-se ao contexto em que este ocorre.

Com efeito, quase metade dos sujeitos lexicais que ocorrem em enunciados declarativos com o verbo *dizer* aparece à direita do verbo, o que é justificado pelo facto de estas construções formarem “orações intercaladas de citação”, que, de acordo com Bechara (1999: 480), indicam “a pessoa que proferiu a oração anterior”. Este dado é também apontado por Cunha e Cintra (1994: 164), que incluem nas “inversões de natureza gramatical” as construções com verbos de enunciação que “arrematam enunciados em DISCURSO DIRECTO ou neles se inserem”. Os enunciados (1) e (2) ilustram este tipo de estruturas:

- (1) Este cenário, diz *a Manuela Arcanjo*, deverá evitar um aumento da carga fiscal global sobre os contribuintes [...]. (RV, 183, 19/09/1996)
- (2) Imperdível, digo-vos *eu*. (RV, 183, 19/09/1996)

O facto de estas construções não admitirem o sujeito à esquerda do verbo – (1’) e (2’) – está na origem da sua classificação como “inversões de natureza gramatical” (Cunha e Cintra, 1994: 164):

- (1’) ?? Este cenário, *a Manuela Arcanjo* diz, deverá evitar um aumento da carga fiscal global sobre os contribuintes [...].
- (2’) ?? Imperdível, *eu* digo-vos.

A mesma posição é assumida por Ambar (1992: 72) no estudo que realizou sobre a sintaxe das construções com sujeito posposto, considerando também que “Em parentéticas (ou frases intercaladas) a inversão sujeito verbo é obrigatória [...]”¹⁴, embora note que o sujeito destas orações é, do ponto de

¹⁴ A autora considera “inversões obrigatórias” aquelas que decorrem do plano sintáctico: “Por *inversão obrigatória* entenda-se o processo sintáctico de alteração da ordem Sujeito Verbo em Verbo Sujeito que a não verificar-se resulta numa frase agramatical” (Ambar, 1992: 56).

vista informativo, um elemento novo (*idem*: 73).

Na verdade, porém, a posição do sujeito não parece ser determinada *apenas* por factores sintácticos, uma vez que o locutor pode optar por relatar o discurso de outra forma, como a indirecta – (1a) e (2a):

(1a) *A Manuela Arcanjo* diz que este cenário deverá evitar um aumento da carga fiscal global sobre os contribuintes [...].

(2a) *Eu* digo-vos que é imperdível.

Ainda que pretenda manter o relato em discurso directo, o locutor pode introduzi-lo com o verbo *dicendi* – (1b) e (2b) –, ao invés de intercalar esta oração (1) ou colocá-la no final do relato (2):

(1b) *A Manuela Arcanjo* diz: “este cenário deverá evitar um aumento da carga fiscal global sobre os contribuintes”.

(2b) *Eu* digo-vos: imperdível.

Deste modo, embora a “oração de citação”, em posição intercalar ou final, condicione a posição do sujeito, colocando-o à direita do verbo, a forma como se vai relatar o discurso é alvo de escolha do locutor, obedecendo a factores comunicativos. Com efeito, em (1), ao colocar no meio do relato o verbo de enunciação, o locutor trata como informação nova não só aquilo que é afirmado sobre o *tema*, com a função simultânea de *dado* – ‘Este cenário’ –, mas também a pessoa que o disse. Já em (2), tudo é considerado informação nova. Deste modo, o functivo sujeito posposto ao verbo nestas orações desempenha a função informativa *novo*, como demonstra a pergunta hipotética para a qual ambas poderiam constituir resposta:

(3) Quem disse [isso]?

Esta estrutura informativa contrasta grandemente com aquela apresentada em (1b) e (2b), uma vez que, nestes enunciados, aos constituintes que desempenham a função de sujeito do verbo *dizer* poderão ser também atribuídas as funções informativas de *tema* e *dado*, como se pode verificar através das perguntas hipotéticas a que poderiam responder:

(1b') O que diz a Manuela Arcaño?

(2b') O que vos digo eu?

Em suma, a opção pela posição intercalada ou final da “oração de citação” deve-se ao facto de o locutor atribuir a função informativa de *novo* ao(s) elemento(s) que designa(m) o(s) autor(es) daquilo que está a relatar. Esse mesmo facto parece ser o que impossibilita a posição pré-verbal do sujeito destas orações, uma vez que, do ponto de vista sintáctico, nada impede que este functivo ocupe esse lugar, como atestam os enunciados (1a), (1b), (2a) e (2b). Deste modo, parece comprovar-se a inadequação das denominações “inversões de natureza gramatical” (Cunha e Cintra: 1994: 164) ou “inversões obrigatórias [sintacticamente]” (Ambar, 1992: 72), já que o que preside à escolha deste tipo de construção e, em última instância, à posição pós-verbal do sujeito são factores de natureza comunicativa.

Também no *corpus* total são aspectos decorrentes do plano informativo que condicionam a posição pós-verbal do sujeito, como podemos verificar no Quadro 11. Uma vez que as “orações de citação”, em posição medial ou final, foram já analisadas tendo-se concluído que o sujeito destas construções se encontra à direita do verbo por representar informação nova, optámos por separá-las também no Quadro 11, sob a etiqueta “oração de citação intercalada ou final”.

Incluímos, também, a denominação ampla “factores gramaticais”, para contemplar situações em que a anteposição do sujeito ao verbo fosse sintacticamente impossível.

Factores relevantes da ocorrência de sujeito posposto no corpus total

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Factores gramaticais	1	0,4%	0	0,0%	1	0,5%%
Oração de citação intercalada ou final	86	34,5%	1	2,7%	85	40,1%
Função informativa <i>Novo</i>	161	64,7%	35	94,6%	126	59,4%
Função informativa <i>Tema</i>	1	0,4%	1	2,7%	0	0%
Total	249	100,0%	37	100,0%	212	100,0%

Quadro 11

Como se pode observar no quadro 11, apenas um dos 249 sujeitos em posição pós-verbal surge nesta posição por factores sintácticos, devendo-se a grande maioria ao facto de desempenhar a função informativa *novos*. É o caso dos exemplos que se seguem, cujo sujeito se encontra expandido por um SN:

- (3) [(...) os dois chefes militares ingleses, acusando-o de traição, ordenaram que respondesse a um conselho de guerra o tenente-rei da Praça de Almeida, o coronel Costa e Almeida.] A mesma sorte não teve *o major Barreiros* porque, entretanto, se passara para o inimigo. (RC, 01/01/1998)
- (4) [A tal ponto chega essa flexibilidade que hoje, juntamente com a cultura ancestral, cabem nos gostos chineses as expressões culturais ocidentais.] Em Pequim, entre as classes cultas, faz furor *o jazz*. (RV, 193, 28/11/1996)

Em (3), a posposição do sujeito é acompanhada pela anteposição do complemento directo, que desempenha as funções de *tema* e de *dado*. Com efeito, ao proferir ‘a mesma sorte’, o locutor indica que é a isso que se refere o *rema* – ‘não teve o major Barreiros porque, entretanto, se passara para o

inimigo’ – , ao mesmo tempo que remete para o contexto anterior. Já o constituinte que desempenha a função de sujeito ocupa a posição pós-verbal por corresponder a *informação nova*, constituindo a resposta apropriada à pergunta (3a), e não a (3b):

(3a) Quem não teve a mesma sorte?

(3b) O que não teve o major Barreiros?

Também em (4), o *functivo* sujeito desempenha a função de *novo*, aparecendo juntamente com o complemento directo depois do verbo. Neste enunciado, e uma vez que o contexto disponível não é suficientemente elucidativo, podemos considerar como *novo* apenas ‘o jazz’ ou ‘faz furor o jazz’, consoante responda a (4a) ou a (4b):

(4a) O que faz furor em Pequim, entre as classes cultas?

(4b) O que acontece em Pequim, entre as classes cultas?

Em quatro dos enunciados, todos com o verbo copulativo *estar*, o *functivo* sujeito é realizado por uma oração completiva finita¹⁵, parecendo confirmar que esta é a posição preferencial para “as completivas sujeito seleccionadas pela maioria dos adjectivos e nomes em construções copulativas” (Mateus *et al.*, 2003: 608).

Em (5), o constituinte com a função de sujeito veicula informação nova, juntamente com o restante enunciado, sendo a posição pós-verbal um modo de destacar aquele segmento informativo, através da atribuição da função *foco*:

¹⁵ Não se registou, no *corpus* total, qualquer outro enunciado em que o sujeito se encontrasse expandido lexicalmente através de uma oração completiva.

- (5) [...] Claro está *que o verdadeiro herói é aquele homem da RTP que teve a perspicácia e a visão de dar luz verde a este projecto.*
(RV, 182, 12/09/1996)

Já em (6), apenas o functivo sujeito veicula informação nova, como se pode verificar através da pergunta hipotética (6a), para a qual poderia constituir resposta:

- (6) [...] no comunicado da comissão política estava escrito *que a direita, em Portugal, nestas eleições, não escolhe, elimina [...].*
(DP91)

- (6a) O que estava escrito no comunicado da comissão política?

Em ambos os casos, a anteposição do sujeito seria possível, não afectando a gramaticalidade das frases, mas apenas as suas estruturas informativas, interpretando-se como *dado* a informação transmitida pelo constituinte com a função sintáctica de sujeito:

- (5') [...] *Que o verdadeiro herói é aquele homem da RTP que teve a perspicácia e a visão de dar luz verde a este projecto* está claro.
- (6') [...] *que a direita, em Portugal, nestas eleições, não escolhe, elimina* estava escrito no comunicado da comissão política [...].

Nos restantes dois enunciados, o functivo sujeito tem também a função informativa *novo*:

- (7) [(...) Responsável pelos acessos de crescimento nos jovens, esta hormona também restaura a massa muscular e redistribui as células gordas nos mais velhos.] A realidade: é cara e está

provado *que tem efeitos secundários graves, como a diabetes e a doença cardíaca*. (RV, 193, 28/11/1996)

- (8) [...] Em Portugal, pagam-se subsídios para que sejam tiradas as pedras das vinhas, quando está provado *que estas aumentam a produção e diminuem a erosão*. (RI, 27, 01/06/1998)

Em (7), toda a frase ‘é cara e está provado que tem efeitos secundários graves [...]’ é informação nova, sendo, porém, atribuída maior importância comunicativa ao último segmento – ‘tem efeitos secundários graves [...]’ –. Já em (8), a posposição do functivo sujeito do verbo *estar* parece ser motivada não só por factores informativos, mas também sintácticos¹⁶, como comprova a impossibilidade de anteposição ao verbo¹⁷:

- (8’) * [...] Em Portugal, pagam-se subsídios para que sejam tiradas as pedras das vinhas, quando *que estas aumentam a produção e diminuem a erosão* está provado.

O sujeito pós-verbal, que, como vimos, tem na maior parte dos casos a função informativa *novo*, aparece também expandido por pronomes pessoais ou de tratamento (cf. Quadro 9), apesar de, geralmente, estes itens lexicais possuírem um valor anafórico, representando por isso informação já conhecida. Na verdade, porém, o que motiva a sua posição à direita do verbo no *corpus* em análise é, em quase 100% dos casos, orações de citação incluídas, o facto de veicularem informação nova (cf. Quadro 12).

¹⁶ Por este motivo, este enunciado foi incluído nas posposições motivadas por factores sintácticos.

¹⁷ Uma vez que não é objectivo do presente estudo analisar os factores sintácticos que provocam a posposição do sujeito, não aprofundaremos este assunto, embora a impossibilidade de anteposição do functivo sujeito no enunciado (8’) pareça ser motivada pela presença da conjunção ‘quando’. Ou seja, será a ocorrência de duas conjunções subordinativas juntas – ‘quando’ e ‘que’ – que impede a posição pré-verbal da oração completiva naquele enunciado.

Factores relevantes da ocorrência de pronome posposto no corpus total

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Factores gramaticais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Oração de citação intercalada ou final	6	33,3%	0	0,0%	6	85,6%
Função informativa <i>Novo</i>	11	61,1%	11	100,0%	0	0,0%
Função informativa <i>Tema</i>	1	5,6%	0	0,0%	1	14,3%
Total	18	100,0%	11	100,0%	7	99,9%

Quadro 12

Vejam-se alguns exemplos com o pronome posposto, todos pertencentes ao discurso oral:

- (9) [MS – (...) e quando eu venho do vinte e cinco de Abril, depois do vinte e cinco de Abril e quando eu começo a tentar parar a guerra porque havia manifestações em Lisboa
BH – De braço dado com Cunhal!]
MS – Mas não estava lá *o Senhor Doutor* na altura! (DP91)
- (10) Dizia *eu* que, a não ser assim, os senhores ficarão conhecidos como «os senhores 20%». (DAR, 546 I SÉRIE – Nº 19, 22/12/1995)
- (11) [(...) À noite, quando foi à ceia, digo assim “ó tio Afonso, carambas, hoje é que vi uma cabra, tão linda, lá em cima, no atalho do cemitério de Vilela.] E diz *ele* “era uma tal cabra!” (PF1)

Em (9), o locutor pospõe o sujeito ‘o Senhor Doutor’ porque é esse o elemento *novo*, relativamente à informação já conhecida de o próprio ‘estar lá’, referindo-se à sua presença nas manifestações contra a guerra. A atribuição

dessa função informativa ao pronome de tratamento pode comprovar-se pelo facto de aquele enunciado constituir resposta a (9a) e não (9b):

(9a) Quem é que (não) estava lá?

(9b) Onde é que o Senhor Doutor (não) estava?

Se, como em (9b), ‘o Senhor Doutor’ tivesse a função de *tema*, pretendendo-se obter a informação do local onde (não) estava, o enunciado (9) seria comunicativamente incorrecto, devendo-se organizar a resposta da seguinte forma:

(9c) *O Senhor Doutor* não estava lá na altura.

Em (10), após uma interrupção e um diálogo lateral, o locutor informa os seus ouvintes de que a afirmação que vai proferir é da sua autoria, focalizando o pronome pessoal. Já em (11), o pronome pessoal *ele* tem a função de *novo*, juntamente com o restante enunciado, atribuindo-se também, através da posposição, a função informativa *foco*. Deste modo, concede-se uma maior importância comunicativa ao autor das palavras relatadas.

No discurso escrito, excluídas as ‘orações de citação’, já analisadas, regista-se apenas uma ocorrência do pronome pessoal sujeito à direita do verbo, que reproduzimos em (12):

(12) [(...) Também enfrentou um grupo de milicianos que tratavam de fazer-lhe uma busca à casa com a seguinte e impensável ofensa, que os fez bater em retirada: «Seus ordinários!»] Já quando o canhoneio se ouvia na vizinhança – em Madrid, para onde os Cela se haviam mudado –, teve *ela* este desabafo para o marido [...].
(RV, 193, 28/11/1996)

Embora o pronome pessoal *ela* pudesse ser omitido, uma vez que o seu referente seria recuperável a partir do contexto, a sua presença serve o propósito de lembrar o leitor de qual o *tema* principal do texto. Ao posicionar o pronome pessoal sujeito à direita do verbo, o locutor coloca-o em ênfase, atribuindo a este segmento de informação a função de *foco*, de modo a realçar a sua importância no processo informativo (cf. Gutiérrez Ordóñez, 1997: 34).

Também no enunciado (13), o sujeito posposto não desempenha a função informativa *novo*, sendo a sua posição motivada por outra função informativa.

(13) Portanto, fizeram boa vizinhança, *os alemães!* (PF2)

Com efeito, não estamos perante informação nova, como nos casos anteriores, sendo a posição final do sujeito motivada pelo facto de este constituinte desempenhar a função de *tema*. Ou seja, ao iniciar a sua enunciação, o locutor parte de um *tema* – ‘os alemães’ –, não o exprimindo por ser facilmente inferido a partir do contexto. Ao expressá-lo no final do enunciado, focalizando-o, o locutor pretende lembrá-lo, delimitando o âmbito de validade daquilo que foi dito. O estatuto de *foco* atribuído a ‘os alemães’ é marcado também pela prosódia, que se deduz do uso da vírgula na escrita.

4.2. *Enunciados Interrogativos*

Ao contrário dos declarativos, nos enunciados interrogativos em que há expansão lexical do sujeito (42,3% dos 52 existentes), este encontra-se equilibradamente repartido pela posição pré e pós-verbal, como se pode verificar no quadro 13. No entanto, a modalidade discursiva altera estes valores, já que a totalidade dos sujeitos lexicais presentes no discurso oral,

apenas dois, realizados por um SN, ocorre à direita do verbo, valor que no discurso escrito baixa para 50,0%:

Posição pré e pós-verbal do sujeito lexical em enunciados interrogativos

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Pré-verbal	10	45,5%	0	0,0%	10	50,0%
Pós-verbal	12	54,5%	2	100,0%	10	50,0%
Total	22	100,0%	2	100,0%	20	100,0%

Quadro 13

Já a forma do sujeito lexical parece não ter qualquer influência na sua posição na frase (cf. Quadro 14), dado que, quando realizado por um SN, se encontra equitativamente distribuído. Uma vez que se verifica apenas uma ocorrência do pronome pessoal sujeito, que se encontra em posição pós-verbal, registada no discurso escrito, não é possível concluir sobre a posição preferencial deste tipo de sujeito lexical em enunciados interrogativos.

Posição pré e pós-verbal dos diferentes tipos de sujeito

	Total	Pré-verbal	%	Pós-verbal	%
Sintagma Nominal	21	10	47,6%	11	52,4%
Pronome	1	0	0,0%	1	100,0%
Total	22	10	45,5%	12	54,5%

Quadro 14

A posição pós-verbal do sujeito dos enunciados interrogativos é, numa primeira análise, justificada por factores gramaticais e informativos,

registrando-se todas as posições gramaticais no discurso escrito, como se pode verificar no quadro 15.

Factores relevantes da ocorrência de sujeito posposto

	Total	%	Discurso Oral	%	Discurso Escrito	%
Factores gramaticais	6	50,0%	0	0,0%	6	60,0%
Factores informativos	6	50,0%	2	100,0%	4	40,0%
Total	12	100,0%	2	0,0%	10	100,0%

Quadro 15

Todos os enunciados onde a posposição do sujeito é justificada por factores gramaticais correspondem a interrogativas parciais¹⁸ que possuem os termos *qu-* em posição inicial, como os enunciados que se seguem:

(14) Como estará *o seu colega de carteira de liceu?* (RI, 27, 01/06/1998)

(15) E que vemos *nós?* (RV, 193, 28/11/1996)

(16) Onde está *o relógio?* (RV, 193, 28/11/1996)

Estes enunciados parecem confirmar que, tal como assinalou Ambar (1992: 58), “Com elementos QU– [...] em posição inicial de frase, apenas a

¹⁸ Uma vez que no presente trabalho só são analisadas interrogativas directas, por conveniência de exposição, entendemos por ‘interrogativa parcial’ todo o enunciado que possua um termo *qu-*: “Le terme en *qu-* est nécessaire et suffisant (à lui seul) pour qu’il y ait une interrogation partielle, et ce, quelle que soit sa place, quelle que soit la forme et la place du sujet, quelle que soit à l’oral l’intonation [...]” (Le Goffic, 1997: 16). Na verdade, porém, a presença do termo *qu-* não parece ser suficiente para considerarmos algumas subordinadas como interrogativas. É o caso de algumas frases tradicionalmente classificadas como interrogativas indirectas, como ‘Não sei quantos livros leste’.

ordem V_S (Verbo/Sujeito) é possível”¹⁹, como se constata pela agramaticalidade resultante da anteposição do sujeito ao verbo:

(14') * Como o seu colega de carteira de liceu estará?

(15') * E que nós vemos?

(16') * Onde o relógio está?

No entanto, enunciados como os que se seguem demonstram a inconsistência daquela teoria:

(17) Mas o que faz mover este grupo de homens, quase todos eles quadros superiores? (Ref: RV, 182, 12/09/1996)

(18) Quem faltou à estreia?

(19) Quantos poderão suportar tal dor?

(20) Quais são as mais bonitas?

Com efeito, quando os pronomes interrogativos *que*, *quem*, *quanto(s)* e *qual(ais)* desempenham a função de sujeito a anteposição é possível. Mesmo com outros termos *qu-*, como os utilizados em (14), (15) e (16), não consideramos, ao contrário da autora (cf. Ambar, 1992: 63), que o sujeito pós-verbal seja obrigatório nas interrogativas parciais, uma vez que, como

¹⁹ Posição semelhante é adoptada pelas autoras da *Gramática da Língua Portuguesa*: “São gramaticais as interrogativas com palavras Q em posição inicial em que o SU é nulo, ou, se realizado lexicalmente, aparece em posição pós-verbal: são agramaticais as frases [...] com o SU pré-verbal” (Mateus *et al.*, 1989: 242). Na edição mais recente, as autoras acrescentam apenas algumas especificações, sem contudo as explorar: “São gramaticais as interrogativas com constituintes Q simples (nominais, adverbiais ou quantificadores isolados (*que*, *o que*, *onde*, *quando*, *como*, *qual*), pouco informativos, ‘não discursivamente ligados’, em posição inicial quando o sujeito é nulo, ou, quando realizado lexicalmente, aparece em posição pós-verbal [...]” (2003: 471).

referiu a própria, a introdução de *é que* viabiliza o sujeito pré-verbal²⁰:

(14a) Como *é que* o seu colega de carteira de liceu estará?

(15a) E que *é que* nós vemos?

(16a) Onde *é que* o relógio está?

Deste modo, mesmo iniciando o seu enunciado pela palavra interrogativa, que, como vimos no primeiro capítulo, corresponde à informação nova que se pretende obter, o locutor pode optar por colocar o sujeito antes do verbo. Ao fazê-lo, a estrutura informativa do enunciado poderá manter-se intacta, continuando aquele constituinte frásico, juntamente com o termo *qu-*,

²⁰ De notar, porém, que a anteposição do sujeito com a construção *é que* não é possível em interrogativas parciais formadas com o verbo *ser* e com o termo *qual*, como demonstra o exemplo que aduzimos:

(i) Qual é o teu livro?

(i') * Qual é que o teu livro é?

Le Goffic (1997: 22) considera que, em francês, a anteposição do sujeito – através da construção *Qu- N V-il ?* – em casos semelhantes a (i), em que “la phrase commence par *quel* attribut [...]”, não é possível porque o sintagma que desempenha aquela função sintáctica está estreitamente ligado ao verbo. Por esse mesmo motivo, a posposição complexa do sujeito também não é possível em frases iniciadas por “Où est” ou por *que* com a função de complemento directo ou atributo: “[...] le COD et l’attribut (comme aussi le locatif essentiel) sont les compléments les plus étroitement liés au verbe, les plus fortement constitutifs du prédicat, les plus évidemment internes à celui-ci” (*idem: ibidem*). Esta justificação não é, porém, válida para explicar a impossibilidade de (i'), uma vez que, em português, o sujeito pode ser anteposto, através da introdução de *é que*, em frases iniciadas por *que* com a função de complemento directo – (15a) – ou de atributo (ii'), bem como por as frases iniciadas por ‘onde é’ (iii') e por *qual* com a função de atributo, desde que com um verbo diferente de *ser* (iv'):

(ii) O que é isso?

(ii') O que é que isso é?

(iii) Onde é o jogo?

(iii') Onde é que o jogo é?

(iv) Qual parece ele?

(iv') Qual é que ele parece?

Deste modo, a impossibilidade de anteposição do sujeito em construções com *é que* verifica-se apenas em frases com o verbo *ser* iniciadas por *qual*, questão que não exploraremos por ultrapassar o âmbito do nosso estudo.

com a função informativa *novo*²¹, deixando, porém, o functivo sujeito anteposto de ter associada a função de *foco*. No entanto, aquele constituinte frásico poderá também desempenhar a função de *dado*. A correcta interpretação das funções informativas atribuídas ao sujeito anteposto só é possível mediante o contexto.

A anteposição do sujeito na interrogativa parcial é também possível sem o recurso a *é que*, através da colocação do termo *qu-* no final do enunciado:

(14b) O seu colega de carteira de liceu estará como?

(15b) E nós vemos o quê?²²

(16b) O relógio está onde?

Ao enunciar (14b), (15b) ou (16b), o locutor atribui a função *novo* apenas aos elementos interrogativos ‘como’, ‘o quê’ e ‘onde’, sendo o restante enunciado considerado informação já conhecida do interlocutor. Com efeito, (16b), por exemplo, seria o enunciado adequado num contexto em que alguém já tivesse dito onde está o relógio, sem, porém, que toda a informação tivesse chegado ao destinatário. Assim, a pergunta mais adequada seria (16b), e não (16) ou (16a), uma vez que coloca a informação já conhecida (‘o relógio está’) no início, seguindo-se a palavra que representa aquilo que se deseja saber (‘onde’).

²¹ As interrogativas parciais partem de uma “pressuposição” (Mateus *et al.*, 2003: 463), ou “préconstruído” (Le Goffic, 1997: 17), pois, ao enunciar, por exemplo, “Onde foi o Paulo?”, o locutor “pressupõe” que “o Paulo foi a algum lado”. No entanto, não consideramos que o “préconstruído” desempenhe obrigatoriamente a função informativa *dado*, pois pode não ser informação partilhada pelo interlocutor.

²² Este enunciado pode ainda ser reordenado de outra forma: ‘E nós que vemos?’, sem focalização do termo *qu-*, já que, sendo uma variante contextual de ‘o quê’, só poderá aparecer em posição pré-verbal, como atesta a impossibilidade de (i):

(i) * E nós vemos que?

As interrogativas parciais com o termo *qu-* em posição final de frase podem ainda ter outra interpretação, no caso de aquele elemento receber um acento de intensidade, assinalado em (16b') pela utilização de maiúsculas:

(16b') O relógio está ONDE?

Com efeito, este enunciado poderia ser interpretado como uma manifestação de estranheza, por parte do locutor, a algo proferido anteriormente pelo seu interlocutor (cf. Mateus *et al.*, 2003: 475).

Em suma, mesmo nas interrogativas parciais, a posposição do sujeito é determinada, em última análise, por factores informativos, uma vez que o locutor pode recorrer a estratégias que permitem a posição daquele functivo quer à esquerda quer à direita do verbo.

Já nos seis restantes enunciados interrogativos com posposição do sujeito presentes no *corpus*, a posição daquele functivo é apenas explicável por factores informativos, uma vez que, do ponto de vista sintáctico, nada impede a sua anteposição ao verbo. Com efeito, dois dos enunciados são interrogativas parciais com *é que*, enquanto os restantes quatro correspondem a interrogativas totais. Este último tipo de enunciados distingue-se dos declarativos apenas pela curva de entoação, pretendendo-se, através dele, obter do alocutário uma resposta afirmativa ou negativa (cf. Mateus *et al.*, 1989: 237; 2003: 461). O facto de a posição pós-verbal do sujeito não ser determinada por factores sintácticos é demonstrada pela possibilidade de anteposição:

(21) [(...) Mas é preciso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer duas perguntas fundamentais.] Fez o Prof. Cavaco Silva qualquer esforço para unir o centro e a direita? (DAR, 695, I Série, Nº 25, 12/01/1996)

(21') O Prof. Cavaco Silva fez qualquer esforço para unir o centro e a direita?

- (22) [(...) Assim, compete ao mercado indicar os bens e serviços que pretende ver certificados, e o IPQ estudará atempadamente a forma como o Sistema deve certificá-los e acompanhá-los de forma credível.] Estará à vista *uma redefinição da política de compras públicas do Estado*, tendo em vista uma melhor especificação das exigências dos bens e serviços? (RV, 183, 19/09/1996)
- (22') *Uma redefinição da política de compras públicas do Estado* [...] estará à vista?
- (23) [(...) e ficou claro que os políticos locais o compreenderam bem e disso se aproveitaram para, por seu turno, fazerem prevalecer os respectivos particularismos.] Está então *tudo* escrito quanto ao futuro da Bósnia? (RV, 183, 19/09/1996)
- (23') *Tudo* está então escrito quanto ao futuro da Bósnia?
- (24) – [(...) Ninguém me dizia que quanto mais gasolina consumo mais ganho, só porque me habilito a ganhar um prémio! Houve também uma sofisticação dos meios de produção...]
– Não estarão também *os consumidores* mais desatentos, hoje em dia? (RC, 01/01/1998)
- (24') *Os consumidores* não estarão também mais desatentos, hoje em dia?

Na verdade, nas interrogativas totais, a posição do sujeito à direita do verbo não é apenas “marginalmente possível” (Ambar, 1992: 64), resultando até, em alguns casos, em frases mais aceitáveis do que aquelas obtidas com anteposição daquele functivo²³. Além disso, o facto de a maior parte das sete interrogativas totais presentes no *corpus* ter o sujeito posposto parece contrariar

²³ De acordo com a minha intuição, (22) e (23) parecem mais naturais do que (22') e (23'). As razões parecem prender-se com a extensão do sujeito, em (22), e com o pronome indefinido *tudo*, em (23).

a tese de que estas “não são em Português estruturas típicas de inversão” (*idem*: 63).

Com efeito, a posição do sujeito nestes enunciados é determinada por factores informativos, não sintácticos. Em todos eles o functivo sujeito desempenha a função informativa *novo*, juntamente com o restante enunciado, sendo a sua posposição ao verbo uma forma de realçar a importância daqueles elementos no processo comunicativo, tendo, portanto, também a função de *foco*. Deste modo, em (19), por exemplo, ao colocar ‘o Prof. Cavaco Silva’ à direita do verbo, o locutor destaca aquela personagem, opondo-a a todas as outras que poderiam ocupar aquele lugar. Já em (24), o constituinte ‘os consumidores’ é focalizado de modo a alertar o interlocutor para a recuperação do *tema*.

Os enunciados (22) e (24) possuem a particularidade de ter o verbo conjugado no futuro do indicativo, o que, de acordo com Ambar (*idem*: 65), é o que parece legitimar a posposição do sujeito nas interrogativas totais. No entanto, e embora aqueles enunciados tenham presente uma modalidade de dúvida, mantém-se o objectivo de obter uma resposta. Ou seja, a presença do futuro do indicativo, a que está associada a modalidade de dúvida, não impede que estejamos perante “verdadeiras interrogativas (verdadeiros pedidos de informação)” (*idem: ibidem*).

4.3. Síntese

A análise dos dados que constituem o nosso *corpus* permitiu comprovar a tendência pré-verbal do sujeito lexical dos enunciados declarativos. A posição pós-verbal, ao contrário do que uma análise meramente empírica faria supor, encontra-se com mais frequência no discurso escrito, sendo determinada por factores informativos. Mesmo nos casos tradicionalmente explicados por motivos sintácticos, como a ‘oração intercalada de citação’, a posição do

sujeito está condicionada ainda por factores informativos, uma vez que desempenha a função de *novo*.

Também nos enunciados interrogativos, são os factores informativos que motivam a posição pós-verbal do sujeito. As interrogativas parciais, tradicionalmente indicadas como um contexto que acarreta a posição pós-verbal, podem igualmente ter este functivo à esquerda do verbo, pelo que a posição à direita do verbo não pode ser justificada por factores sintácticos. Quanto às interrogativas totais, a análise dos dados permitiu concluir que o sujeito pós-verbal naqueles enunciados não é apenas “marginalmente possível”, sendo, aliás, a posição preferencial.

Tal como nos enunciados declarativos, a posposição do sujeito é determinada nos interrogativos por factores informativos, desempenhando também a função de *novo*, a que se associa frequentemente a função *foco*.

CONCLUSÃO

Ao longo da história dos estudos linguísticos do português, a presença do pronome pessoal sujeito e a posição pós-verbal daquele functivo foram atribuídas a factores estilísticos sempre que, do ponto de vista sintáctico, nada condicionasse aquelas ocorrências. Também as correntes linguísticas modernas, nomeadamente a estruturalista e a generativa, tentaram uma explicação daqueles aspectos linguísticos. No entanto, à semelhança do que fizera a gramática tradicional, o conceito de valor informativo foi quase sempre esquecido, excepção feita aos estudos mais recentes, que têm apontado para o tratamento do português como uma língua orientada para o discurso (Duarte, 1997; Costa, 2000).

A presença ou ausência do pronome pessoal tónico e a posição do sujeito à esquerda ou à direita do verbo eram tradicionalmente atribuídas ao livre arbítrio do falante, sendo, frequentemente, a utilização das estruturas menos habituais (ocorrência do pronome pessoal sujeito e posição pós-verbal daquele functivo) explicadas pelo desejo do falante em enfatizá-las. Por esse motivo, eram também consideradas construções mais usuais no discurso oral.

Embora a análise do *corpus* tenha confirmado parte desta intuição, uma vez que 88,9% dos pronomes pessoais tónicos surgem no discurso oral, o mesmo não aconteceu relativamente à posição pós-verbal do sujeito. Com efeito, a posição à direita do verbo é mais frequente no discurso escrito, onde se registaram 85,4% dos casos. Em ambas as situações, verificou-se que aqueles factos linguísticos não ocorrem livremente, sendo antes informativamente motivados, uma vez que estão dependentes do modo de se articular a informação numa oração ou, numa perspectiva mais ampla, numa cadeia de orações. Deste modo, excluído o único factor sintáctico que condiciona a presença do pronome pessoal sujeito – a determinação –, este

item ocorre quer para marcar um contraste informativo, quer para veicular informação nova, quer para indicar ao leitor / ouvinte qual o assunto a propósito do qual se vai falar, desempenhando a função de *tema*.

Também a presença do functivo sujeito à direita do verbo é motivada por factores informativos, podendo dever-se à atribuição das funções informativas *novo*, *foco* e *tema*. Assim, embora muito pouco frequente (apenas uma ocorrência no *corpus* em análise), o sujeito posposto pode corresponder ao *tema* do enunciado, ocorrendo, focalizado, no final para lembrar o interlocutor do assunto de que estava a falar¹, marcando uma certa insistência. Neste caso, esse segmento tem também a função *dado*, já que, obviamente, é informação partilhada por locutor e alocutário, podendo ser recuperada por este a partir do contexto.

Uma outra função informativa determinante na posição pós-verbal do functivo sujeito é o *foco*. Com efeito, quando o sintagma com a função sintáctica de sujeito não é o único elemento novo, a sua posposição é uma forma de realçar a sua importância comunicativa relativamente aos restantes segmentos com a mesma função informativa. O *foco* pode ainda ser atribuído a um constituinte com a função de *dado*, como se verificou numa única ocorrência do pronome pessoal sujeito à direita do verbo. Todos os outros casos de pronome pessoal tónico posposto devem-se ao facto de representarem informação nova.

Com efeito, comprovou-se que os elementos que desempenham a função informativa *novo* ocorrem preferencialmente em final de frase, sendo esta a principal causa para a posição pós-verbal do sujeito. Na verdade, concluiu-se que tanto nos enunciados declarativos como nos interrogativos o functivo sujeito ocorre à direita do verbo porque representa informação nova, justificação válida também para as posposições ditas sintácticas, como as que se encontram nas “orações intercaladas de citação” e nas “interrogativas parciais”.

¹ Na terminologia de Touratier (1993) e de Perrot (1994), esta função informativa denomina-se *report*.

Embora a posposição do sujeito seja quase sempre motivada pela função informativa desempenhada, casos há em que se deve a motivos extra-informativos, como aqueles que se prendem com a dimensão do constituinte. Efectivamente, quando todos os sintagmas desempenham a mesma função informativa, a sua disposição na frase é mais livre, podendo o locutor norteá-la por factores estilísticos. Deste modo, os constituintes longos tendem a surgir depois do verbo² e, inversamente, os constituintes muito curtos, qualquer que seja a sua função sintáctica, não irão para o final se para isso não houver importante motivo de natureza informativa.

Também nos casos em que o referente é bastante indeterminado, o constituinte tende a surgir em posição pós-verbal, uma vez que dificilmente corresponderia a *dado*, como sucede com pronomes indefinidos³ e com nomes não actualizados por artigo definido:

(1) Tudo está feito.

(2) Moscas zumbiam com asas lampejantes em giros idiotas.⁴

Em suma, excluídos os casos marginais que referimos, e que se prendem mais com motivos estilísticos do que informativos, a ordem dos sintagmas, em geral, e a posição do sujeito, em particular, é determinante na atribuição das funções informativas, enquanto a estrutura sintáctica da frase é irrelevante, uma vez que se situa num outro nível de análise linguística. Na verdade, a ordem dos sintagmas em português não é alheia a regras, não estando simplesmente submetida ao estilo; é antes regulada por regras informativas.

² É o que acontece no exemplo (22) do terceiro capítulo, que aqui reproduzimos:

(i) Estará à vista *uma redefinição da política de compras públicas do Estado*, tendo em vista uma melhor especificação das exigências dos bens e serviços? (RV, 183, 19/09/1996)

³ Cf. exemplo (23) e nota de rodapé número 23 do terceiro capítulo.

⁴ Exemplos deste tipo, retirado de *Eusébio Macário*, são característicos da sátira de Camilo Castelo Branco ao estilo “realista”.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCOS LLORACH, E., 1972. *Estudios de Gramática Funcional del Español*. 2ª ed. Madrid: Gredos.
- 1994. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe.
- ALI, Said, 1971. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª ed.: melh. e aument. de lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- AMBAR, Maria Manuela, 1992. *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-Verbo em Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- ARISTÓTELES, 1994. *Poética*, Lisboa: INCM.
- BACH, E. & HARMS, R. T. (org.), 1968. *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Reinhart and Winston.
- BAILARD, J., 1981. “A Functional Approach to Subject Inversion”. *Studies in Language*, V: 1-29.
- BALLY, Charles, 1965. *Linguistique Générale et Linguistique Française*. Éditions Francke Berne.
- BARBOSA, Jorge Morais, 1998. “Détermination Epithétique et Détermination Prédicative”. *La linguistique*, vol. 34, fasc. 2: pp. 15-20.
- BARBOSA, J. Soares, 1830. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á Nossa Linguagem*. (2ª edição). Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- BARBOSA, Pilar, 1996. “Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects”. In HALPERN & ZWICKY (org.): 1-40.
- Duarte, Mª E. L. e Kato, M. A., 2001. “A Distribuição do Sujeito Nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro”. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 539-550. Lisboa: APL e Colibri.
- BECHARA, E., 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. (37ª edição revista e ampliada). Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

- BENTIVOGLIO, Paola, 1983. "Topic Continuity and Discontinuity in Discourse: A Study of Spoken Latin-American Spanish". In GIVÓN (org.): 255-311.
- BENVENISTE, Émile, s.d.. *O Homem na Linguagem*. Lisboa: Vega.
- 1966. *Problèmes de Linguistique Générale II*. Paris: Gallimard.
- BOSQUE, I. e DEMONTE, V. (org.), 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa.
- BRITO, A. M. e DUARTE, I., 1980. "Condições sobre a Posposição do Sujeito em Português". *Boletim de Filologia*, 27 (1-4): 191-253. Lisboa.
- BRITO, A. M., Fátima OLIVEIRA, Isabel PIRES DE LIMA e Rosa Maria MARTELO (org.), 1997. *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- CASANOVA SEUMA, Lourdes, 1999. "El Sujeto en el Catalán Coloquial". *Revista Española de Lingüística*, 29, 1: 105-131 Edição virtual, <http://www.uned.es/sel/pdf/ene-jul-99/29-1-105-131.pdf>
- CHAFE, W. L., 1970. "New and Old Information". In CHAFE: 210-233.
- 1970. *Meaning and the Structure of Language*. Chicago: University of Chicago Press.
- 1976. "Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects and Topics". In LI, Ch. (org.): 25-55. New York: Academic Press.
- 1987. "Cognitive Constraints on Information Flow". In TOMLIN, R. (org.): 21-51.
- CHOMSKY, Noam, 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. MIT Press. (pp. 124-130).
- COMRIE, Bernard, 1981. *Language Universals and Linguistic Typology*. Oxford: Basil Blackwell.
- CONTRERAS, H., 1976. *A Theory of Word Order with Special Reference to Spanish*. Amsterdam: North Holland.

- COSTA, João, 2000. “Word Order and Discourse Configurability in European Portuguese”. In COSTA (org.): 94-115.
- (org.), 2000. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley, 1994. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 10ª ed. Lisboa: João Sá da Costa.
- DANEŠ, František, 1974. “Functional Sentence Perspective and the Organization of the Text”. In DANEŠ (org.): 106-128.
- (org.), 1974. *Papers on Functional Sentence Perspective*. Mouton, The Hague, Paris: Academia, Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences.
- DEMONTE, Violeta, 1994. *Gramática del Español*. ed. México: El Colegio de México. (Publicaciones de la Nueva Revista de Filología Hispánica, 6).
- DEZSÓ, L. & SZÉPE, G., 1974. “Two Problems of Topic-Comment”. In DANEŠ (org.): 81-86.
- DIAS, Augusto Epiphany da Silva, 1918. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- 1869. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. Sem indicação de editor.
- DIK, S. C., 1978. *Functional Grammar*. Amsterdam: North-Holland.
- DUARTE, I., 1987. “A Construção de Topicalização no Português Europeu: Alguns Argumentos a Favor de uma Teoria de Princípios e Parâmetros”. *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 335-348. Lisboa: A.P.L.
- 1997. “Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva”. In BRITO, OLIVEIRA, PIRES DE LIMA e MARTELO (org.): 581-592.
- DUCROT, O. e TODOROV, T., 1991. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. 7ª ed. Lisboa: Dom Quixote.

- FANT, L., 1980. *Estructura Informativa del Español. Estudio Sintáctico y Entonativo*. Uppsala.
- ESCANDELL VIDAL, M. Victoria, 1999. “Los Enunciados Interrogativos. Aspectos Semánticos y Pragmáticos”. In BOSQUE e DEMONTE (org.): 3929-3991.
- FILLMORE, C. J., 1968. *The Case for Case*. In BACH & HARMS (org.): 1-88.
- FIRBAS, Jan, 1974. “Some Aspects of the Czechoslovak Approach to Problems of Functional Sentence Perspective”. In DANEŠ (org.): 11-37.
- 1996. “Mobility of Clause Constituents and Functional Sentence Perspective”. In PARTEE & SGALL (org.): 221-233.
- “Notes on Some Basic Concepts of the Theory of FSP: With a Response to Robert de Beaugrande”, disponível em <http://beaugrande.bizland.com/FirbasFest.htm> [consultado em 16/11/2002].
- FUCHS, Catherine (org.), 1997. *La Place du Sujet en Français Contemporain*. Louvain-la-Neuve : Duculot.
- GILI GAYA, S., 1948. *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Spes.
- GIVÓN, T., 1983. “Topic Continuity in Discourse: An Introduction”. In GIVÓN (org.): 1-41.
- (org.), 1983. *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., Vol. 3.
- GREENBERG, J., 1963. “Some Universals of Grammar with Special Reference to the Order of Meaningful Elements”. In GREENBERG (org.): 73-113.
- (org.), 1963. *Universals of Language*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- GUNDEL, J. K., 1974. *Role of Topic and Comment in Linguistics Theory*. Thesis doctoral. Ohio State University. (Publicada em 1977 por Indiana University Linguistics Club).

- GUTIÉRREZ ARAUS, María Luz, 1985. *Las Estructuras Sintácticas del Español Actual*. Madrid: Sociedad General Española de Librería, S.A.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, Salvador, 1994. “Estructuras Ecuandicionales”. In DEMONTE (org.): 363-384.
- 1997. *Temas, Remas, Focos, Tópicos y Comentarios*. Madrid: Arco Libros.
- HALLIDAY, M. A. K., 1974. “The Place of ‘Functional Sentence Perspective’ in the System of Linguistic Description”. In DANESŠ (org.): 43-53.
- HALPERN, Aaron L. & ZWICKY, Arnold M. (org.), 1996. *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*. Stanford: CSLI.
- HAWKINS, John A., 1983. *Word Order Universals*. New York: Academic Press.
- HERNÁNDEZ ALONSO, César, 1995. *Nueva Sintaxis de la Lengua Española*. Salamanca: Ediciones Colegio de España.
- HOCKETT, Ch. F., 1958. *A Course in Modern Linguistics*. New York: Macmillan.
- HOUAISS, 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss / Editora Objetiva.
- HUBER, Joseph, 1884. *Altportugiesisches Elementarbuch*. (*Gramática do Português Antigo*, trad. de Maria Manuela Gouveia Delile). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- KATO, Mary, 1989. “Sujeito e Tópico: duas Categorias em Sintaxe?” *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 17: 109-132.
- KEENAN, Edward L., 1976. “Towards a Universal Definition of ‘Subject’”. In LI (org.): 303-333.
- KUNO, Susumu, 1976. “Subject, Theme, and the Speaker’s Empathy – A Reexamination of Relativization Phenomena”. In LI (org.): 417-444.
- LAMBRECHT, Knud, 1987. “On the Status of SVO Sentences in French Discourse”. In TOMLIN (org.): 217-261.

- LAPA, M. Rodrigues, 1984. *Estilística da Língua Portuguesa*. 11^a ed. Coimbra Editora, Limitada.
- LEHMAN, W. P., 1976. "From Topic to Subject in Indo-European". In Li (org.): 445-456.
- LE GOFFIC, P., 1997. "Forme et Place du Sujet dans l'Interrogation Partielle". In Fuchs (org.), 1997: 15-42.
- LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra, A., 1976. "Subject and Topic: A New Typology of Language". In LI (org.): 457-489.
- LI, Charles (org.), 1976. *Symposium on Subject and Topic*. New York: Academic Press.
- LUJÁN, Marta, 1999. "Expresión y Omisión del Pronombre Personal". In BOSQUE e DEMONTE (org.): 1275-1316.
- MARTINET, A., 1971. *El Lenguaje desde el Punto de Vista Funcional*. Madrid: Gredos.
- 1979. *Grammaire Fonctionnelle du Français*. Paris : Crédif.
- 1985. *Syntaxe Générale*. Paris: Armand Colin.
- 1991. *Elementos de Linguística Geral*. 11.^a ed. Lisboa: Sá da Costa.
- 1995. *Função e Dinâmica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.*, 1989. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2.^a ed. Lisboa: Caminho.
- 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Lisboa: Caminho.
- MENDENHALL, Vance, 1990. *Une Introduction à l'Analyse du Discours Argumentatif*. Les Presses de l'Université d'Ottawa.
- MITHUN, Marianne, 1987. "Is Basic Word Order Universal?". In TOMLIN (org.): 281-328.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos, 1991. *Curso Universitario de Lingüística General*. Madrid: Editorial Síntesis.

- 1999. “Las Funciones Informativas: las Perífrasis de Relativo y Otras Construcciones Perifrásticas”. In BOSQUE e DEMONTE (org.): 4245-4302.
- PÁDUA, M^a da Piedade Mariz de, 1960. “A Ordem das Palavras no Português Arcaico”. *Revista Portuguesa de Filologia*, suplemento I. Coimbra.
- PADUCHEVA, Elena, V., 1996. “Theme-Rheme Structure: Its Exponents and its Semantic Interpretation”. In PARTEE & SGALL (org.): 273-287.
- PANHUIS, Dirk G. J., 1982. *The Communicative Perspective in the Sentence – A Study of Latin Word Order*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- PARTEE, Barbara & SGALL, Petr (org.), 1996. *Discourse and Meaning – Papers in Honor of Eva Hajičová*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- PEREGRIN, Jaroslav, 1996. “Topic and Focus in a Formal Framework”. In PARTEE & SGALL (org.): 234-254.
- PERROT, Jean, 1978. “Fonctions Syntaxiques, Énonciation, Information”. *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, tome LXXIII, fascicule 1: 85-101.
- 1994. “Éléments pour une Typologie des Structures Informatives”. *Mémoires de la Société de Linguistique de Paris, Nouvelle série*, tome II. *La phrase, énonciation et information*: 13-26. Paris : Klincksieck.
- PLATÃO, s.d. *O Sofista*. Porto: Sousa e Almeida.
- PULLUM, Geoffrey K., 1977. “Word Order Universals and Grammatical Relations”. In COLE & SADOCK (org.): 249-277.
- REIS, Francisco Sotero dos, 1868. *Postillas de Grammatica Geral, Applicada á Lingua Portuguesa [...]*, 2.^a ed. revista e acrescentada pelo autor. S. Luiz do Maranhão: Imp. B. de Mattos.

- REYES, G., 1985. "Orden de Palabras y Valor Informativo en Español". *Philologica Hispaniensa in Honorem M. Alvar* (2º vol.): 567-588. Madrid: Gredos.
- RIBEIRO, João, 1920. *Grammatica Portuguesa. Curso Superior*. 19.ª ed. Rio de Janeiro / S. Paulo / Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves.
- ROJO, Guillermo, 1983. *Aspectos Básicos de Sintaxis Funcional*. Málaga: Librería Ágora.
- ROSENGREN, P., 1974. *Presencia y Ausencia de los Pronombres Personales Sujetos en Español Moderno*. Gothenburgo.
- SAIANDA, Maria Helena Alberto de Carvalho Rosado, 1998. *A Palavra: Instrumento de Acesso ao Poder: o Caso Particular de Debate Eleitoral em Portugal em 1986 e 1991*. Dissertação de Doutoramento, Évora: Universidade de Évora.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos, 1989. *Estruturas Trecentistas – Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SVOBODA, Aleš, 1974. "On Two Communicative Dynamisms". In DANES (org.): 38-42.
- TESNIERE, Lucien, 1969. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Éditions Klincksieck.
- TOMLIN, R. (org.), 1987. *Coherence and Grounding in Discourse*. Amsterdam: John Benjamins.
- TORREGO, E., 1984. "On Inversion in Spanish and Some of its Effects". *Linguistic Inquiry* 15.1: 103-129. Cambridge, Mass.
- TOURATIER, Christian, 1993. "Structure Informativ et Structure Syntaxique". *Bulletin de la Société de Paris*, tome 8, fascicule 1: 49-63.
- VACHEK, Josef, 1960. *Dictionnaire de Linguistique de l'École de Prague*. Utrecht / Anvers : Éditions Spectrum.

- VASCONCÉLLOZ, António Garcia Ribeiro de (1900). *Grammática Histórica da Língua Portuguesa: VI e VII Classes do Curso dos Lyceus*. Lisboa: Aillaud & C^a, Alves.
- (1920). *Grammática portuguesa: para uso dos alumnos dos lyceus*. 19^a ed. Lisboa: Aillaud & C^a, Alves
- VILELA, Mário (1995). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2^a ed., revista e melhorada. Coimbra: Almedina.
- WALL, K. (1980). *L'Inversion dans la Subordonnée en Français Contemporaine*. Uppsal : Acta Universitatis Upsaliensis, 30.
- WEIL, Henri (1879). *De l'Ordre des Mots dans les Langues Anciennes Comparées aux Langues Modernes : Question de Grammaire Générale*. 3^a ed. Paris : Vieweg.
- WILKINS, Wendy (1988). "Thematic Relations". *Syntax and semantics*, Vol. 21. ed. by. San Diego, Califórnia: Academic Press.
- YAGUELLO, Marina (org.) (1994). *Subjecthood and Subjectivity: The Status of Subject in Linguistic Theory – Proceedings of the Colloquium "The Status of the Subject in Linguistics Theory"*, London, 19-20 Março 1993. Paris: Editions Ophrys.
- ZUBIZARRETA, María Luisa (1994). "El Orden de Palabras en Español y el Caso Nominativo". In DEMONTE (org.): 21-49.
- (1999). "Las Funciones Informativas: Tema y Foco". In BOSQUE e DEMONTE (org.): 4215-4244.

ÍNDICE

<i>Agradecimentos</i>	3
<i>Nota Prévia</i>	4
INTRODUÇÃO	6
CONCEITOS PRELIMINARES PARA UMA ABORDAGEM DO SUJEITO PÓS-VERBAL.....	9
1. Os Diferentes Planos de Análise Linguística	9
2. Da Dificuldade em Definir “Sujeito”	14
2.1. Estruturas Equativas	20
2.2. Estruturas Equacionais	25
3. Funções Desempenhadas pelo Funcativo Sujeito nos Planos Semântico e Informativo	28
3.1. Funções Semânticas	28
3.2. Funções Informativas	33
3.2.1. Tema / Rema	34
3.2.2. Informação Conhecida / Informação Nova	44
3.2.3. Foco	49
4. Síntese	50
A POSIÇÃO DO SUJEITO NA ORDEM DOS CONSTITUINTES	52
1. Reflexões sobre a Posição do Sujeito na Língua Portuguesa	52
1.1. Gramáticas Publicadas em Portugal	53
1.2. Gramáticas Publicadas no Brasil	73
2. (In)Existência de uma Ordem Básica das Palavras em Português	76
3. Síntese	84

SOBRE A EXPANSÃO LEXICAL DO SUJEITO	86
1. A Categoria Sintáctica “Pronome Pessoal”	87
2. A Não Obrigatoriedade do Sujeito Lexical em Português	90
3. Ocorrência do Pronome Pessoal Sujeito	95
3.1. Os Pronomes de Tratamento	105
3.2. Síntese	107
4. Posição do Sujeito Lexical na Frase	108
4.1. Enunciados Declarativos	108
4.2. Enunciados Interrogativos	120
4.3. Síntese	128
CONCLUSÃO	130
<i>Bibliografia</i>	134

Licença Creative Commons:

```
<a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/"></a><br /><span xmlns:dc="http://purl.org/dc/elements/1.1/" property="dc:title">A Posi&#231;&#227;o do Sujeito em Portugu&#234;s: Estudo Sint&#225;tico, Sem&#226;ntico e Informativo</span> by <span xmlns:cc="http://creativecommons.org/ns#" property="cc:attributionName">Clara Amorim</span> is licensed under a <a rel="license" href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/">Creative Commons Atribui&#231;&#227;o-Usado N&#227;o-Comercial-Vedado a Cria&#231;&#227;o de Obras Derivadas 2.5 Portugal License</a>.
```